

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E
DEFESA
CURSO DE MESTRADO ACADÊMICO EM SEGURANÇA INTERNACIONAL E
DEFESA

AMANDA DA ROCHA MEDEIROS

O HIBRIDISMO DE UM PENSAMENTO BRASILEIRO:
O CASO DAS CONDICIONANTES PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL

Rio de Janeiro

2023

AMANDA DA ROCHA MEDEIROS

**O HIBRIDISMO DE UM PENSAMENTO BRASILEIRO:
O CASO DAS CONDICIONANTES PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Segurança Internacional e Defesa da Escola Superior de Guerra
como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Segurança
Internacional e Defesa.

Orientadora: Prof.^a Dra. Mariana Alves da Cunha Kalil

Rio de Janeiro

2023

Este trabalho, nos termos de legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG



AMANDA DA ROCHA MEDEIROS

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M488h Medeiros, Amanda da Rocha

O hibridismo de um pensamento brasileiro: o caso das condicionantes para a integração regional / Amanda da Rocha Medeiros. - Rio de Janeiro: ESG, 2023.

163 f.

Orientador: Dra. Mariana Alves da Cunha Kalil

Dissertação de Conclusão de Curso - Dissertação apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Mestrado Acadêmico da Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa.

1. Cooperação econômica internacional. 2. América do Sul - Integração econômica. 3. Relações internacionais. 4. Regionalismo. 5. Integração econômica internacional. I. Título.

AMANDA DA ROCHA MEDEIROS

**O HIBRIDISMO DE UM PENSAMENTO BRASILEIRO:
O CASO DAS CONDICIONANTES PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa da Escola Superior de Guerra como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Segurança Internacional e Defesa.

Banca Examinadora

Mariana Alves da Cunha Kalil

Professora Doutora Mariana Alves da Cunha Kalil

ESG PPGSID

Professor Doutor Danilo Marcondes de Souza Neto

ESG PPGSID

Professor Doutor Antônio Carlos Lessa

Unb

Miriam Gomes Saraiva
Miriam Gomes Saraiva
Mat.: 3274415
PPGR17/UERJ

Professora Doutora Miriam Gomes Saraiva

UERJ

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

À minha mãe, Luciana, minha maior inspiração

AGRADECIMENTOS

O processo do mestrado não é uma trajetória simples, requer muita dedicação e existem muitos desafios. Dentre eles, considero que o mais difícil foi realizar todo esse processo a distância devido a pandemia da COVID-19. Tivemos que nos adaptar a realizar todo esse processo por vídeo conferência além de ter que cuidarmos de nós mesmo tentando lidar com toda essa situação. Considerando todos esses aspectos, neste espaço vou agradecer a todos que me ajudaram a lidar com tudo isso e com as minhas inseguranças.

Começo agradecendo a minha família que sempre esteve do meu lado me apoiando, ter eles ao meu lado me apoiando me serviu de motivação. Principalmente a minha mãe, Luciana a quem eu também dediquei essa pesquisa, ter ela ao meu lado e podendo compartilhar minhas conquistas é incrível.

Estendo meus agradecimentos aos meus professores da graduação em Relações Internacionais na Universidade Católica de Petrópolis (UCP), principalmente a professora Luiza Bizzo Affonso, minha orientadora, e ao professor Tiago Haymussi Sales. Eles foram muito importantes durante a minha formação e me incentivaram para que eu fizesse o mestrado. Com certeza sem a ajuda deles esse processo também não seria possível.

Agradeço a minha orientadora professora Mariana Kalil, ela foi fundamental neste período. A minha primeira aula no mestrado foi com ela e naquele dia eu já pensei que gostaria que ela fosse minha orientadora. Além disso, conheci a *Global IR* com a professora Mariana e, assim que ouvi sobre essa temática fiquei fascinada e fez com que eu buscasse construir minha dissertação dentro desta perspectiva.

Também estendo meus agradecimentos aos professores Guilherme Sandoval e Antônio Carlos Lessa que participação da minha banca de qualificação e apresentaram excelentes comentários que contribuíram para a construção da dissertação. Aos demais professores da Escola Superior de Guerra (ESG), professora, Ariela Leske, professor Danilo Marcondes, professora Érica Resende e professora Lara Góes agradeço por todo o conhecimento compartilhado neste período. Deixo meus agradecimentos também aos demais funcionários da ESG, da biblioteca, da copa, da limpeza e da secretaria.

Quero agradecer ao meu amigo da graduação, Gustavo Alves Santana no qual compartilhamos a vontade de fazer mestrado depois de ter participado do Grupo de Pesquisa em Segurança Internacional na UCP. Durante o mestrado, conversamos muito sobre os desafios desse processo. Agradeço aos meus colegas do mestrado, em especial ao André, Ângela e ao Flávio que foram muito importantes para conseguir chegar até aqui.

Porque en realidad, nuestro norte es el Sur. No debe haber norte, para nosotros, sino por oposición a nuestro Sur. Por eso ahora ponemos el mapa al revés, y entonces ya tenemos justa idea de nuestra posición, y no como quieren en el resto del mundo. La punta de América, desde ahora, prolongándose, señala insistentemente el Sur, nuestro norte.
(Joaquín Torres García)

RESUMO

A agenda de *Global International Relations (Global IR)* denuncia a concentração de produção teórica em acadêmicos filiados a instituições baseadas no norte global no qual estabelecem teorias ditas como universais, mas que são desenvolvidas a partir da realidade e dos interesses do norte global. Ao mesmo tempo que reconhecem a importância do pensamento produzido no sul global e sua tendência ao hibridismo em face do colonialismo. O hibridismo é o marco teórico desta pesquisa e é um conceito de Homi Bhabha em que as reformulações de normas ou teorias pelos países do sul global seriam uma combinação dos conceitos do norte global com os conceitos locais. Esta pesquisa reconhece essas características e busca engajar-se em um debate sobre as condicionantes da integração regional sul-americana identificadas por uma literatura brasileira, aqui traduzida na bibliometria da Coleção Brasil do sistema Scielo de modo a demonstrar que parte de um substrato empírico distinto da literatura do *mainstream*, aqui traduzidas nas teorias liberais de integração regional. Assim, a investigação das condicionantes nestas duas literaturas fornece as bases para identificar os possíveis híbridos nessa literatura nacional. Foi utilizado o método da leitura contra pontual para identificar um possível diálogo entre diferentes perspectivas de modo a identificar possíveis conexões, neste caso, as possíveis condicionantes da integração regional que são híbridas. Essa análise identificou que a integração regional sul-americana apresenta tanto condicionantes locais como condicionantes híbridas e buscou dar visibilidade a um pensamento local de modo a demonstrar que ao mesmo tempo que há uma absorção das ideias internacionais, há uma modificação delas a partir de categorias de análise derivada, principalmente da observação da realidade da região.

Palavras-chave: Integração Regional; América do Sul; Literatura Brasileira; Literatura do Mainstream; Hibridismo

ABSTRACT

The Global IR agenda complains about the centrality of theory production in Western institutions where they create theories characterized by universalism, but they are not universal and just reflect the Western reality and their interests. At the same time, Global IR identifies that non-Western thoughts are important and tends to be hybrid because of colonialism. Hybrid is the theory perspective of this essay, it was elaborated by Homi Bhabha and means that the non-Western countries modify norms or theories according to their own reality, this new norm or theory combines concepts of Western and non-Western countries. This essay recognizes those features and has the objective to promote a debate about the reasons of regional integration between Brazilian's literature, delimited by Brazil Collection in Scielo and the mainstream liberal integration theory. This debate will show that those two literatures were elaborated by different empirical substrates. The investigation of these two literatures provides the bases to identify the possible hybridism in Brazilian's literature. To seek this goal, we adopt the contrapuntal reading to identify the possibility of a dialogue between those perspectives and see the possible connections to identify the hybridism. This analysis shows that South America regional integration causes combined local concepts and hybrid concepts and enabled a non-Western thought demonstrating that when a Western concept enters in a non-Western reality, they are modified according to the reality of this place, in this case, according to South America reality.

Keywords: Regional Integration; South America; Brazilian's literature; Mainstream literature; Hybrid

LISTA DE ABERVIATURAS E SIGLAS

- ABEC – Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC)
- ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
- AP – Aliança do Pacífico
- APEC – Conselho Econômico da Ásia–Pacífico
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- CAN – Comunidade Andina de Nações
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CECA – Comunidade do Carvão e do Aço
- CEE – Comunidade Econômica Europeia
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CDS – Conselho de Defesa Sul-Americano
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico
- CPLP – Comunidade de Países de Língua Portuguesa
- DOAJ – Directory of Open Access Journals
- DOI – Digital Object Identifier
- EFSF – European Financial Stability Facility
- ESG – Escola Superior de Guerra
- ESM – European Stability Mechanism
- EUA – Estados Unidos da América
- Euratom – Comunidade Europeia de Energia Nuclear
- FAPESP – Fundação Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
- FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
- FEAGA – Fundo Europeu Agrícola de Garantia
- FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
- FEOGA – Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FOCEM – Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul

FSE – Fundo Social Europeu

Global IR – Global International Relations

IIRSA – Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana

IPA – Iniciativa para as Américas

ISA – International Studies Associations

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

Mercosul – Mercado Comum do Sul

Nafta – Acordo de Livre Comércio da América do Norte

ORCID – Open Researcher and Contributor Identifies

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PeSd – Política Europeia de Segurança e Defesa

PEA – Política Externa Argentina

PEB – Política Externa Brasileira

PEI – Política Externa Independente

PR – Pragmatismo Responsável

PROSUL – Progresso e Desenvolvimento da América do Sul

RBPI – Revista Brasileira de Política Internacional

RI – Relações Internacionais

RIAL – Conselho de Relações Internacionais da América Latina e o Caribe

SME – Sistema Monetário Europeu

TCA – Tratado de Cooperação Amazônica

TEC – Tarifa Externa Comum

TRI – Teoria das Relações Internacionais

UCP – Universidade Católica de Petrópolis

UE – União Europeia

UNASUL – União de Nações Sul-americanas

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 AS CONDICIONANTES DA INTEGRAÇÃO REGIONAL DA AMÉRICA DO SUL PARA UMA LITERATURA BRASILEIRA	43
2.1 AS CONDICIONANTES DA INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANA.....	48
2.2 IDENTIFICANDO AS CONDICIONANTES DA INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANA	73
3 AS CONDICIONANTES DA INTEGRAÇÃO REGIONAL PARA AS TEORIAS LIBERAIS.....	76
3.1 FEDERALISMO E FUNCIONALISMO.....	82
3.2 NEOFUNCIONALISMO, INSTITUCIONALISMO E NEOINSTUCIONALISMO ...	86
3.3 INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA, TEORIA DOS REGIMES INTERNACIONAIS E INTERGOVERNAMENTALISMO LIBERAL	94
3.4 IDENTIFICANDO AS CONDICIONANTES DA INTEGRAÇÃO REGIONAL PARA A LITERATURA DO MAINSTREAM	101
4 AS CONDICIONANTES DA INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANA: IDENTIFICANDO O PROCESSO DO HIBRIDISMO	103
4.1 PROCESSO MIMÉTICO AMBIVALENTE: A RELAÇÃO BILATERAL BRASIL-ARGENTINA	105
4.2 O PROCESSO MIMÉTICO AMBIVALENTE: O PAPEL DO BRASIL NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO E AS MUDANÇAS NA POLÍTICA EXTERNA.....	117
4.3 O PROCESSO MIMÉTICO AMBIVALENTE: OS OBJETIVOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANA	123
4.4 O PROCESSO MIMÉTICO AMBIVALENTE DAS CONDICIONANTES DA INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANA.....	131
5 CONCLUSÃO.....	136
REFERÊNCIAS.....	144
ANEXO A – Critérios Adotados pelo Scielo para fazer parte da Coleção Brasil	154

ANEXO B - Bibliometria da Coleção Brasil referente as ciências humanas no Scielo	156
ANEXO C – Recorte dos autores baseados em instituições estrangeiras e pratiners	159
ANEXO D – Codificação temática	161
ANEXO E - Codificação Final.....	163

1 INTRODUÇÃO

A agenda de pesquisa de *Global International Relations (Global IR)*¹ denuncia a concentração de produção teórica em acadêmicos filiados a instituições baseadas no norte global (KRISTENSEN, 2015). Ao mesmo tempo reconhece a relevância do pensamento produzido no sul global, bem como sua tendência ao hibridismo² em face das dinâmicas do colonialismo (TICKNER, 2003a; WAEVER; TICKNER, 2009; BILGIN, 2016).

A reflexão sobre *Global IR* deu-se em seus próprios termos também na literatura brasileira de Relações Internacionais (RI). Em Cervo (2008), observa-se a denúncia de que a Teoria das Relações Internacionais (TRI) se apresenta como universal, desconsiderando as particularidades de regiões alheias às experiências no norte global. Ainda em Cervo (2008), essas teorias não seriam universais por terem sido elaboradas a partir dos interesses e valores de um determinado país ou grupo de países, refletindo, portanto, esses interesses e valores das sociedades, não levariam em consideração os aspectos das demais nações, logo apresentando limitações explicativas. Essas limitações explicativas acontecem justamente por não considerarem condicionantes que são identificadas na literatura nacional como, por exemplo, a busca pela autonomia e pelo desenvolvimento, fundamental à inserção internacional do Brasil de acordo com o pensamento brasileiro.

Esta pesquisa reconhece essas características da área de RI e, diante delas, busca engajar-se em debate sobre as condicionantes da integração regional, tema teórico de importância fundamental também para o estudo da Segurança Internacional e da Defesa, já que nele é fundamentada parte relevante dos estudos da paz (BUZAN; HANSEN, 2010). A pesquisa apresenta a seguinte pergunta de partida: “Quais são as condicionantes da integração regional na literatura brasileira de Relações Internacionais?” Para respondê-la serão analisados uma literatura nacional que versa sobre o tema, aqui traduzida na análise bibliométrica da Coleção Brasil de Ciências

¹ Para esse trabalho, compreende-se *Global IR* não como uma perspectiva teórica, mas uma agenda que engloba conhecimentos de outros lugares além dos EUA e Europa, e defende a maior interação entre essas perspectivas (ACHARYA, 2016).

² Esse conceito é estipulado por um processo de reavaliação das normas pelos países do sul global que leva à sua reformulação, gerando uma norma que é uma combinação tanto dos desígnios das normas locais como das normas internacionais (BHABHA, 1994).

Humanas no Sistema Scielo a partir do termo “integração regional” e em uma literatura do *mainstream* sobre o tema aqui traduzida nas teorias liberais.

Portanto, busca-se engajar em um debate sobre as condicionantes da integração regional de modo a dar visibilidade ao pensamento local. Para mostrar que, ao mesmo tempo em que há uma absorção de ideias internacionais, também há uma modificação delas a partir de categorias de análise derivada, sobretudo, da observação da realidade da região. O que mostraria que a América do Sul não é só uma receptora de normas, mas também uma formuladora.

Em relação à definição de norte global e de sul global, a literatura de *Global IR* (TICKNER, 2003b; ACHARYA, 2004, 2011, 2016; BILGIN, 2016; DECIANCIO, 2016) demonstra que os países do sul global possuem uma contribuição teórica-conceitual relevante que tende a ser invalidada pelo centro de produção de conhecimento, porque o norte global (Estados Unidos e Europa Ocidental) estabelece dinâmicas de validação do conhecimento que geram uma estratificação que tem como consequência uma tendência de divisão do trabalho intelectual na área. Os países do sul global seriam meros receptores dessas normas, aplicadores de teoria.

O que se observa é que existe uma colonialidade do poder³ que continua a perpetuar uma relação hierárquica entre a Europa e os EUA com o restante do mundo (GROSFOGUEL, 2002, 2008; CASTRO-GÓMEZ; GROSFOGUEL, 2007). Mesmo que esses países tenham conquistado a sua independência, ainda existe uma relação de dominação. No que tange a produção do conhecimento, essa relação de dominação fez com que conhecimentos que foram produzidos fora da Europa ou dos Estados Unidos da América (EUA) fossem marginalizados (CASTRO-GÓMEZ; GROSFOGUEL, 2007). Pois, compreende que a produção do conhecimento precisa separar o sujeito e o objeto, sendo os demais países os objetos de análise, não seriam capazes de criar teorias universais e de caráter abstrato (CASTRO-GÓMEZ; GROSFOGUEL, 2007).

É a partir dessa lógica é que propõe uma perspectiva decolonial para ampliar as áreas de estudo para de fato poder compreender as realidades para além do

³ Para o autor esse conceito é diferente do conceito de colonialismo. O colonialismo se refere ao processo de colonização com a formação das administrações coloniais, enquanto a colonialidade se refere a continuação de formas de dominação mesmo com a independência desses Estados (GROSFOGUEL, 2002, 2008; CASTRO-GÓMEZ; GROSFOGUEL, 2007).

sistema europeu e norte-americano (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007). É uma ideia de diversidade na produção de conhecimento em oposição ao universalismo, se ampliaria as áreas do conhecimento para dar espaço a produção do conhecimento do subalterno, para de fato ter um conhecimento universal (GROSFUGUEL, 2008).

Assim, nessa pesquisa, considera-se que o norte global seriam os EUA e a Europa Ocidental por concentrarem a produção teórica de conhecimento na área de Ciência Política, Relações Internacionais, Estudos de Defesa e Políticas Públicas. O sul global seriam os demais países que são considerados como os meros receptores dessas ideias, que passam a funcionar como normas para a reflexão. Assim, embora nesses lugares também existam contribuições de ordem teórica-conceitual, elas tendem a ser invisibilizadas pela estrutura social da ciência.

Especificamente a respeito da integração regional, Briceño-Ruiz e Lombaerde (2018) demonstram que as teorias europeias e o modelo europeu só poderiam ser utilizados como um parâmetro de comparação se os aspectos do regionalismo apresentassem categorias comuns e se as teorias fossem abstratas. Na verdade, a comparação entre os sistemas só faria sentido dependendo da pergunta de pesquisa, mas o modelo europeu não deveria ser considerado uma referência ou norma e as particularidades da região devem ser acrescentadas na análise. Em relação à segunda condição, não existe um consenso entre os autores de integração se a teoria é ou não abstrata, muitos argumentam que por ser uma teoria com base no processo de observação do caso europeu ela não seria adequada para outras regiões. Inclusive Ernst Haas, autor fundamental da teoria neofuncionalista, afirma ter dúvidas sobre a aplicabilidade da lógica sobre a integração regional derivada da experiência europeia em outras regiões.

Acharya (2014) destaca que não é possível fazer uma comparação dos regionalismos a partir do regionalismo europeu, porque possuem diferentes características históricas, distintos objetivos para a formação da organização, diferentes políticas domésticas e padrões de relação com os países fora da região. A partir dessas categorias de análise, a América do Sul, identificada como objeto de reflexão preferencial de uma literatura nacional sobre integração regional, é uma região com um passado colonial, com forte presença estrangeira e que não tem um

conflito armado tradicional desde século XIX, além de gozar de forte instabilidade política ao longo do século XX, diferenciando-se, portanto, do modelo europeu (DECIANCIO, 2016).

Entretanto, vale destacar que demonstrar que há uma limitação explicativa da TRI para a análise da integração regional no restante do mundo, incluindo a América do Sul, não enseja necessariamente a completa insignificância da TRI, indicando o potencial de que as reflexões locais sejam híbridas⁴, ou seja, apresentem características do pensamento do *mainstream* e do pensamento local. Afinal, no processo mimético ambivalente⁵ as ideias passam por um processo de modificação a partir da realidade do sul-global, mas no final do processo não é tão diferente, pois são mantidos alguns valores do norte-global.

Assim, esta dissertação tem como objetivo geral investigar as condicionantes da integração regional em uma literatura com um substrato empírico distinto da literatura do *mainstream*. E tem como objetivos específicos compreender as condicionantes para a integração regional na TRI e em uma literatura brasileira sobre o tema, além de visar compreender o processo mimético da TRI na literatura nacional que versa sobre a integração regional e o hibridismo produzido por esse processo. A identificação das condicionantes nas duas literaturas que possuem um substrato empírico distinto fornecerá as bases para observar se houve um mimetismo, tendo havido, como se deu esse produto híbrido.

O marco teórico-metodológico dessa pesquisa são o conceito de hibridismo do Homi Bhabha (1994) e a leitura contra pontual apresentado em Bilgin (2016). É através da leitura contra pontual entre uma literatura brasileira e a literatura do *mainstream* que serão fornecidas as bases para identificar se houve um processo de mimético tendo como resultado um híbrido.

A respeito do conceito de hibridismo, Bhabha (1994) compreende que há um processo de reavaliação das normas pelos países do sul global que leva à sua

⁴ O hibridismo é resultado do processo mimético ambivalente que significa que os países do sul global se apropriam de um conceito vindo do norte global que passa por processo de reformulação e regulação que faz com que surja um novo conceito (BHABHA, 1994).

⁵ O processo mimético ambivalente é uma reformulação dos conceitos ou normas do norte-global para que se adequem a realidade do sul-global. Entretanto, ao mesmo tempo que se estabelece uma ideia ou conceito novo, não é tão diferente da norma do norte-global, por isso há uma ambivalência (BHABHA, 1994).

reformulação, de modo que esse processo gera uma norma que é uma combinação tanto dos desígnios das normas locais como das normas internacionais. E é a partir desse processo que essa nova norma passa a ser uma condicionante do sul global.

O conceito de hibridismo surge do processo mimético ambivalente que significa que os países do sul global se apropriam de um conceito vindo do norte global que passa por processo de reformulação e regulação que faz com que surja um novo conceito (BHABHA, 1994). Mas, esse novo conceito não é tão diferente do anterior – por mais que tenha acrescentado questões do sul global, alguns valores do norte global ainda foram mantidos, por essa razão é que há uma ambivalência (BHABHA, 1994). Essa apropriação do conceito pelos países do sul global faz com que uma norma que antes podia ser uma representação de poder na região acabe perdendo esse *status*, pois agora essa norma já faz parte do conjunto de normas do sul global. É importante destacar que essas normas ainda possuem caracteres de dominação, afinal dentro de uma região ainda existem assimetrias, esse processo só ameniza os fatores de dominação do norte em relação ao sul, e não dentro da própria região.

Mas, neste processo não haveria a modificação das normas locais. Bhabha (1994) compreende que nesse processo os países do sul global reformulam essas normas para se adequarem a partir da realidade dos países, ou seja, retirariam o que seria “inapropriado”⁶ para a região. Esses processos são estratégicos para os países do sul global, pois as normas se tornam menos discriminatórias, aumentam a sua representatividade e consolidam a região como uma formadora de normas, não apenas uma receptora (BHABHA, 1994).

Para esta pesquisa, por meio do conceito do hibridismo, será possível analisar se essas condicionantes passaram por um processo mimético ambivalente e se tornaram ideias híbridas ou se são mantidos dois sistemas de valores, um internacional e um regional, dissociados. A análise de uma literatura brasileira apontará as variáveis causais para o processo de integração regional, frequentemente referindo-se à integração regional na América do Sul.

A metodologia empregada é qualitativa e tem como método a leitura contra pontual que propõe uma discussão entre a literatura brasileira sobre a integração regional a teoria liberal das RI. A utilização da leitura contra pontual como um método

⁶ Grifo do Bhabha (1994).

parte da ideia de Bilgin (2016) que a leitura contra pontual, conceito desenvolvido por Edward Said (1975, 1983, 1984, 1993), é um dos métodos possíveis para trabalhos voltados para agenda de *Global IR*. Said (1975, 1983, 1984, 1993) identifica que a leitura contra pontual é uma forma de análise em que se estabelece um diálogo entre diferentes perspectivas de modo a possibilitar a percepção de conexões entre as situações – e, é importante ressaltar, que não tem o objetivo substituir nenhuma teoria ou conceito já existente.

Uma pesquisa utilizando uma leitura contra pontual possibilita olhar para o sul global a partir da sua própria história e não como um reflexo do norte global e como uma maneira de recuperar um conhecimento que não domina o debate das RI. Ademais, Bilgin (2016) demonstra que é um método que oferece uma conexão entre diferentes perspectivas a respeito de um tema fazendo com que essas perspectivas se tornem um problema de pesquisa. Criando, assim, uma consciência contra pontual que possibilita com que se crie outras conexões para pensar esse problema e, também, para descobrir novos problemas a partir desse.

Em síntese, o objetivo é criar uma visão alternativa em relação as perspectivas já existentes e não tem como função impor um conhecimento em relação ao outro. A ideia do contra pontual do Said partiu de uma analogia da música no sentido de identificar a harmonia entre as notas. Esse é o objetivo do método contra pontual, possibilitar a geração de uma literatura que identifique uma narrativa harmônica entre duas perspectivas distintas de modo a criar um diálogo entre perspectivas para contribuir com o enriquecimento da disciplina.

É precisamente este o objetivo subjacente dessa pesquisa: busca-se compreender os limites teóricos das perspectivas liberais sem rejeitar a relevância dessa corrente teórica ou propor uma substituição por uma perspectiva do sul global, ainda que oferecendo a esta última visibilidade. O objetivo aqui é criar um diálogo entre as teorias liberais e a literatura nacional para se identificarem as condicionantes da integração regional em literatura que privilegia substrato empírico distinto da literatura do *mainstream*.

Desse modo, o método de leitura contra pontual proporciona um diálogo com vistas a identificar semelhanças e diferenças entre as seguintes bibliografias: a literatura nacional sobre o tema traduzida na bibliografia fornecida pelas publicações

mais citadas na Coleção Brasil do Scielo em torno dos termos “integração regional”; a literatura teórica do norte global, ou o *mainstream* da TRI, sobre integração regional traduzida nas teorias liberais funcionalistas e neofuncionalistas, interdependência complexa e teoria dos regimes. Explora-se a leitura contra pontual entre uma literatura nacional sobre a integração regional e a literatura do norte global sobre o tema no sentido de identificar potencial hibridismo da literatura nacional sobre integração regional.

A partir dessa reflexão inicial, foi deduzida a seguinte hipótese: Em uma literatura brasileira sobre integração regional, o processo de integração regional é condicionado por princípios e objetivos híbridos que revelam ligações entre o pensamento nacional e o pensamento do *mainstream* da Teoria das Relações Internacionais.

A pesquisa será uma pesquisa bibliográfica realizada a partir uma análise bibliométrica da literatura brasileira levando em consideração a base de dados da Coleção Brasil no sistema Scielo. A escolha do sistema Scielo ocorre pelos critérios adotados para publicação dos artigos e periódicos destacados no ANEXO A do presente trabalho.

Foi pesquisado o termo “integração regional” na página do Scielo filtrando-se a relação de artigos a partir da Coleção Brasil, na área temática de ciências humanas e ordenado a partir dos mais citados primeiro que apresentou como resultado um total de 75 artigos (ANEXO B). Com esse resultado, estabeleceu-se como filtro a filiação a instituições brasileiras no momento da publicação do artigo e os autores *practioners* (diplomatas e jornalistas), estabeleceu-se como resultado um total de 54 artigos (ANEXO C).

No passo seguinte, foi realizado recorte temático codificando-se a lista: em regiões sobre as quais se tratavam as contribuições acerca da integração regional (Américas, América Latina, América do Sul, Interregional, Subregional); os sistemas de integração regional (Mercosul, UNASUL, CAN e outros); os assuntos gerais (Teoria, Temática, Diplomacia/Política Externa, Segurança, Comércio) (ANEXO D).

A partir dessa codificação (ANEXO D), realizou-se um levantamento quantitativo levando em consideração a incidência e ocorrência do recorte temático, das revistas acadêmicas, dos anos que predominam esses artigos, do idioma e a lista

de autores. Em relação ao recorte temático, a lista de ocorrência e incidência apresentou artigos com a temática das seguintes regiões e sistemas de integração: América (1 artigo); América Latina (2 artigos); América do Sul (9 artigos); Cone Sul (1 artigo); Amazônia (2 artigos); Países (Argentina, EUA, Uruguai) (3 artigos); São Paulo (1 artigo); Mercado Comum do Sul (Mercosul) (19 artigos); União de Nações Sul-americanas (UNASUL) (2 artigos); Comunidade Andina de Nações (CAN) (1 artigo); outros referentes a artigos sobre a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), Aliança do Pacífico (AP), União Europeia (UE), Pacífico e Atlântico (11 artigos sendo 1 da CPLP, 2 da ALCA, 1 da AP, 4 da EU, 2 sobre o Pacífico e 1 sobre o Atlântico).

Além disso, também tiveram artigos com a temática de assuntos gerais como sobre teoria (17 artigos); Política Externa Brasileira (PEB) (21 artigos); segurança (2 artigos); segurança pública (1 artigo); comércio (5 artigos); cultura (1 artigo); educação (5 artigos); energia (1 artigo); meio ambiente (1 artigo); migrações (3 artigos); geopolítica (1 artigo); saúde (1 artigo); desenvolvimento (1 artigo); Política Externa Argentina (PEA); trabalho (1 artigo); direito (1 artigo); economia (1 artigo); democracia (1 artigo); segurança regional (1 artigo); inter-regional (2 artigos); subnacional (5 artigos); e direitos humanos (1 artigo).

Com este levantamento, nota-se que a região predominante é a América do Sul, pois o levantamento quantitativo demonstra que essa localidade aparece com maior incidência em comparação as demais. Já a respeito do sistema de integração, o que predomina é o Mercosul e nos assuntos gerais há um predomínio em artigos voltados para teoria e PEB.

Em relação ao recorte das revistas acadêmicas, o levantamento quantitativo demonstrou que esses 54 artigos estão concentrados em 22 revistas acadêmicas. Essas revistas são: Contexto Internacional (11 artigos); Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI) (8 artigos); Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas) (1 artigo); Caderno CRH (1 artigo); Civitas – Revista de Ciências Sociais (1 artigo); Dados (1 artigo); Educação & Realidade (1 artigo); Educação & Sociedade (1 artigo); Estudos Avançados (1 artigo); Estudos Históricos (Rio de Janeiro) (1 artigo); História, Ciência, Saúde-Manguinhos (1 artigo); História da Educação (1 artigo); Interações (Campo Grande) (1 artigo); Revista Brasileira de Ciência Política (1 artigo); Revista Brasileira de Educação Médica (1 artigo);

Sociedade & Natureza (1 artigo); Brazilian Journal of Political Economy (2 artigos); Revista Brasileira de Ciências Sociais (2 artigos); São Paulo em Perspectiva (3 artigos); Revista de Economia e Sociologia Rural (4 artigos); Lua Nova: Revista de Cultura e Política (5 artigos); e a Revista de Sociologia Política (5 artigos).

Esse levantamento demonstra que o predomínio das publicações é centrado na Contexto Internacional e na RBPI que aparecem com 11 e 8 artigos respectivamente enquanto as demais revistas aparecem em uma proporção bem menor em comparação com a Contexto Internacional e a RBPI.

Já a concentração anual, as publicações aparecem a partir de 1998, sendo que de 1999 até 2001 não aparecem publicações na bibliometria. Na verdade, os artigos estão concentrados, principalmente, nos anos de 2002 até 2021. As publicações dos anos de 1998, 2003, 2004, 2005, 2011, 2017 e 2020 aparecem na bibliometria com apenas 1 artigo em cada ano; já os anos de 2002, 2006, 2007, 2009 e 2016 aparecem em 4 artigos na bibliometria; o ano de 2008 é o único que aparece com 6 artigos; enquanto os anos de 2010, 2013, 2015, 2018 e 2019 aparecem com 2 artigos cada ano; os anos de 2012 e 2014 aparecem com 3 artigos; e o ano de 2021 é o único que aparece com 5 artigos.

Nota-se, portanto, que há uma concentração maior das publicações entre os anos de 2006-2009 e os anos de 2012-2016. Mas, é importante ressaltar que os anos de 2002 e 2021 apresentam um número alto de publicações em comparação outros anos. No caso de 2002 é em relação aos posteriores (1999, 2000, 2001, 2003, 2004 e 2005), enquanto o ano de 2021 é em relação aos anos anteriores (2017, 2018, 2019 e 2020).

Em relação ao levantamento realizado sobre os idiomas, a maior concentração é de artigos publicados em português (46 artigos). Mas, aparecem 5 artigos em inglês e 3 artigos que apresentam uma particularidade de terem uma publicação tanto em inglês como em português.

O levantamento realizado sobre os autores demonstrou que esses 54 artigos apresentam 81 autores, sendo eles: Abba, Maria Julieta; Alvim, Augusto M; Amal, Mohamed; Aragón, Luis E; AZEVEDO, ANDRÉ FILIPE ZAGO DE; Baeninger, Rosana; Bender Filho, Reisoli; Botelho, João Carlos Amoroso; Bressan, Regiane Nitsch; Bueno, Clodoaldo; Camargo, Sonia de; Carmo, Corival Alves do; Clemente, Isabel; Correia, Rodrigo Alves; Coutinho, Marcelo; Couto, Leandro Freitas; Favaron, Gustavo

de Mauro; Ferrão, André Munhoz de Argollo; FIORI, JOSÉ LUÍS; Fonsêca, Márcia Batista da; Fuccille, Alexandre; Giannini, Renata Avelar; Guzzi, André Cavaller; Heckert, Uriel; Hernández, Lorena Granja; Hidalgo, Álvaro Barrantes; Hoffmann, Andrea Ribeiro; Ilha, Adayr da Silva; Jaguaribe, Helio; Kegel, Patrícia Luíza; Kfuri, Regina; Klemi, Albene Miriam Menezes; Krawczyk, Nora, Sandoval; Lamas, Bárbara; Lamoso, Lisandra Pereira; Las Casas, Taiane; Lima, Jean Santos; Lima, Manolita Correia; Lima, Maria Regina Soares de; Luciano, Bruno Theodoro; Mallmann, Maria Izabel; MARIANO, KARINA L. PASQUARIELLO; Mariano, Marcelo Passini; Mathias, Suzeley Kalil; Medeiros, Angélica Pott de; Medeiros, Marcelo de Almeida; MENDES, RICARDO GLÖE; Menezes, Roberto Goulart; MIYAMOTO, SHIGUENOLI; Moniz, Gonçalo Canto; Oliveira, Amâncio Jorge de; Onuki, Janina; PADULA, RAPHAEL; Patarra, Neide Lopes; Pecequilo, Cristina Soreanu; Procópio, Argemiro; Prolo, Ivor; Pozzer, Carlos Eduardo; Ramanzini Júnior, Haroldo; Reis, Elton Gomes dos; Ribeiro, Daniela M. de F.; Roa, Alejandra Carrillo; Rocha, Felipe Ferreira de Oliveira; Rubin, Luciane da Silva; Salvador, Antonio Mireles; Santos, Luan; Santos, Raquel Paz dos; Santos, Thauan; Saraiva, Miriam Gomes; Silva, Danielle Costa da; Silva, Felipe Ricardo Baptista e; S. Silveira, Zuleide; Spektor, Matias; Streck, Danilo Romeu; Souza Neto, Danilo Marcondes de; Teixeira Júnior, Augusto Wagner Menezes; Vadell, Javier A.; Vieira, Amanda Aires; Vigevani, Tullo; Villa, Rafael Duarte; Waquil, Paulo D.

Desses autores, destaca-se que a Andrea Ribeiro Hoffmann e o Paulo D. Waquil aparecem como coautores de 2 artigos, o Marcelo Passini Mariano é coautor de 3 artigos, o Marcelo Almeida de Medeiros é coautor de 4 artigos e o Haroldo Ramanzini Júnior e o Tullo Vigevani são coautores de 7 artigos.

Mas, antes de realizar o recorte final da bibliometria é necessário delimitar o que é teoria, o que é teoria na América Latina e América do Sul, o que é teoria no Brasil e o que é teoria de integração para o *mainstream* e o que é teoria de integração para a América Latina e América do Sul.

Em relação ao conceito de teoria, Wight, Joseph (2010) e Dunne, Hansen e Wight (2014) afirmam que dada a complexidade da realidade, são necessárias várias teorias para compreendê-la. Partindo desse princípio, esses autores criticam o positivismo como teoria e como filosofia da ciência. Dunne, Hansen e Wight (2014) afirmam que a maioria das TRI são desenvolvidas a partir de abstrações de uma realidade complexa e pela criação de premissas generalizáveis para compreender um

fenômeno. Mas, como essa realidade pode não ser a mesma de outro lugar ou ser baseada em um fenômeno que aconteceu em uma única vez, não seria possível criar premissas generalizáveis (DUNNE; HANSEN; WIGHT, 2014). O que os autores querem dizer é que as teorias não conseguiriam explicar diferentes realidades, apenas as realidades que apresentassem as mesmas características do objeto observado para a elaboração teórica.

Essa ideia se relaciona com o que Wight e Joseph (2010) buscaram compreender sobre a produção da ciência nas RI. Os autores criticam o positivismo como uma filosofia da ciência devido a um maior foco na epistemologia do que na ontologia (WIGHT; JOSEPH, 2010). Como essas teorias seguem um método indutivo, não partiriam da observação da realidade, mas sim de uma previsibilidade. Portanto, essa previsibilidade leva a criação de premissas generalizáveis, ou seja, partindo da observação de um único caso poderia se explicar todos os demais.

Como resultado, essas teorias geram dinâmicas de validação do conhecimento e da própria maneira de se fazer ciência. Sendo assim o amplo debate sobre o que é ou não teoria gera uma divisão do trabalho intelectual que separa o mundo em zonas de produção do conhecimento e de aplicação desse conhecimento (DUNNE; HANSEN; WIGHT, 2014). Entretanto, ao delimitar o que é ou não teoria, criou-se uma falsa premissa de que havia chegado ao fim do debate teórico só que a realidade está em constante mudança fazendo com que seja necessário a criação de novas teorias ou a sua atualização (DUNNE; HANSEN; WIGHT, 2014).

É por essa razão que os autores defendem que em vez de definir o que é teoria e quais seriam seus limites, deveria se pensar a teoria partir de um processo de teorização e do pluralismo (DUNNE; HANSEN; WIGHT, 2014). A respeito da teorização, existiriam quatro modelos de teorização: a explicativa, a crítica, a normativa e a constitutiva. Para os autores, as teorias explicativas seriam as que buscam elucidar a realidade de modo a delimitar as causas e efeitos desse acontecimento. Enquanto, a teorização crítica⁷ analisa os fatores causais que levaram a um certo estado, significa ter a intenção de criticar determinadas questões sociais

⁷ De acordo com os autores, essa perspectiva não está relacionada a Teoria Crítica (DUNNE; HANSEN; WIGHT, 2014).

e/ou os seus resultados e a sua construção para compreender as causas desse fenômeno (DUNNE; HANSEN; WIGHT, 2014). Os autores destacam que algumas teorias podem ser tanto explicativas como críticas.

Já as teorias normativas descrevem o que certo ou errado, ou o que deve ou deveria ser e compreendem que algumas premissas teóricas por mais que sejam usadas para descrever algo, tem caráter normativo (DUNNE; HANSEN; WIGHT, 2014). Para exemplificar, os autores afirmam que a ideia do realismo de que os Estados são movidos pelos seus próprios interesses é uma característica que apresenta um caráter normativo, porque é como os países deveriam se comportar, mas, ao mesmo tempo, essa condição descreve e explica a ação dos Estados. Por outro lado, a teorização constitutiva tem objetivo entender certas questões sem compreender os padrões de causa e efeito (DUNNE; HANSEN; WIGHT, 2014).

Esse processo de teorização demonstra que os autores compreendem que as teorias são lentes, ou seja, dependendo da lente utilizada certas particularidades podem ser desconsideradas por não fazerem parte daquele preceito teórico (DUNNE; HANSEN; WIGHT, 2014). A questão aqui é que se a teoria foi pensada com base na observação de uma realidade, essa situação pode mudar a qualquer momento e/ou pode não ser a mesma realidade de outra região. E se tiver sido elaborada a partir da crítica de uma perspectiva teórica já existente, essas premissas serão baseadas em valores e interesses de uma sociedade que podem não ser os mesmos valores e interesses de outras sociedades.

Já a respeito do pluralismo, Dunne, Hansen e Wight (2014) demonstram que essa característica existe devido a percepção da academia de que novos contextos históricos precisam de novas teorias; pela prática da própria disciplina de importar ideias de outras perspectivas teóricas das ciências sociais, humanas e da natureza; e pelo próprio desenvolvimento das RI. Porém, existem dinâmicas de validação do conhecimento que limitam o crescimento da disciplina que estão diretamente relacionadas ao método de pesquisa, no qual o método das ciências naturais é visto como melhor do que os demais (DUNNE; HANSEN; WIGHT, 2014). Portanto, para que a disciplina mantenha essa característica defendem que deveriam adotar um processo de pluralismo integrado (DUNNE; HANSEN; WIGHT, 2014). Esse processo estabelecerá o aumento do debate das RI porque seriam estabelecidos critérios

epistemológicos para compreender a relação entre as teorias ou compreender as visões alternativas.

O método proposto por Wight e Joseph (2010) do realismo científico é um caminho para a expansão do debate teórico das RI. Os autores partem dessa crítica da premissa de que as ciências naturais apresentam o melhor método de pesquisa, pois, utilizar o positivismo como filosofia da ciência gera problemas ontológicos, epistemológicos e metodológicos por apresentarem premissas normativas, universalistas e reducionistas (WIGHT; JOSEPH, 2010). Essas características estão relacionadas ao método indutivo que ao observar um único caso afirma que todos os demais seriam iguais, estabelecendo, assim, o universalismo e o reducionismo como norma.

É por essa razão que Wight e Joseph (2010) compreendem que a produção da ciência nas RI deve se centrar em um realismo científico. Essa perspectiva compreende que a epistemologia só será desenvolvida a partir da ontologia e, dado a complexidade do sistema internacional existiriam diferentes tipos de teoria. Sendo assim, teriam como característica um relativismo epistemológico, pois nenhuma teoria consegue explicar todas as realidades, diferentemente do positivismo que apresenta um relativismo ontológico⁸.

Para o realismo científico, portanto, a ciência é feita para explicar a realidade e a sua evolução é feita pelas mudanças nessa realidade. A questão aqui é que a ontologia importa mais que a epistemologia, sendo assim, as perguntas que as teorias buscam responder tem que ser as mesmas que a realidade propõe (WIGHT; JOSEPH, 2010). Além de ser caracterizada por um relativismo epistemológico, é caracterizada por um realismo ontológico, ou seja, a realidade existe independentemente do que a teoria espera que ela seja e por um julgamento relativista que significa que mesmo com o relativismo epistemológico, em tese ainda seria possível escolher as teorias a serem utilizadas.

Para explicitar melhor o julgamento relativista, os autores afirmam que o desenvolvimento do conhecimento pode ser influenciado pelo contexto histórico e

⁸ Wight e Joseph (2010) demonstram que para os positivistas existe um foco maior na epistemologia do que na ontologia, portanto as teorias seriam desenvolvidas sem ter de fato um olhar para a realidade. Sendo assim, é que haveria um relativismo ontológico, pois não conseguiria explicar todas as realidades.

social do momento ou por um reconhecimento de que uma teoria foi desenvolvida de maneira equivocada. É por meio da observação uma realidade de modo a compreender os seus atores, os seus valores e os seus interesses é que seria possível delimitar se a perspectiva teoria é ou não adequada para aquela realidade (WIGHT; JOSEPH, 2010).

Além disso, o realismo científico aplicado na produção de conhecimento das RI, pode auxiliar no fortalecimento de outras perspectivas teóricas (WIGHT; JOSEPH, 2010). O realismo científico, portanto, pode fortalecer essas teorias tanto na ontologia como na epistemologia, além de proporcionar visibilidade a um pensamento marginalizado pelo *mainstream*. Devido a dinâmica de validação do conhecimento no qual valoriza-se teorias que utilizam o método indutivo baseado nas ciências naturais, retirou-se um caráter filosófico do debate teórico. O objetivo do realismo científico como filosofia da ciência é manter esse caráter filosófico no debate teórico de modo a mostrar que o positivismo não é uma filosofia da ciência, desse modo, considerá-lo como tal, é continuar marginalizando o avanço da ciência nas RI e desconsiderando particularidades de países alheios ao norte global.

Em síntese, a crítica ao positivismo como teoria e como filosofia da ciência estão correlacionadas, pois as suas limitações explicativas restringem a forma de se fazer ciência. Ao utilizarem o método indutivo para a elaboração das suas premissas fazem com que tenham limitações explicativas por não conseguirem explicar a realidade de fato. Além disso, ao determinar o que é teoria, limita o conhecimento das RI por desconsiderar particularidades alheias ao norte global e por marginalizar produções de conhecimento que não utilizam um método indutivo. Dunne, Hansen e Wight (2014) inclusive ressaltam que definir o conceito de teoria impacta no conceito do que é internacional, pois questões domésticas que são resultados de políticas internacionais acabam não sendo consideradas.

Tendo como base a ideia desses autores (WIGHT; JOSEPH, 2010; DUNNE; HANSEN; WIGHT, 2014), a teoria seria formada com base na observação da realidade levando em consideração a sua complexidade. Limitar o que é ou não teoria, marginaliza o conhecimento e o desenvolvimento da disciplina, portanto, para compreender a teoria deve-se levar em consideração o seu processo de teorização, o pluralismo e ter como método o realismo científico. Com essas premissas é possível

dar visibilidade as perspectivas que não utilizam o método indutivo, além de ampliar o debate teórico da disciplina para considerar outras particularidades e de fato manter o seu pluralismo.

Em relação a América Latina e América do Sul, o escopo teórico-conceitual apresenta algumas características e premissas em comum. Nota-se que as teorias estão relacionadas a observação da realidade da região; aos objetivos em comum de alcançar a autonomia e aumentar o desenvolvimento; destacam a importância das questões domésticas para compreender a questão internacional; o sistema internacional é hierárquico; o Estado é o principal ator; e buscam um afastamento das grandes potências devido a ingerência que exercem na região (TICKNER, 2008).

Nesse escopo não há uma teoria de integração, o que ocorre é que as teorias latino-americanas foram pensadas não com o objetivo de compreender a integração regional, mas para entender os problemas estruturais da região (PERROTA, 2018), sendo esses os baixos níveis de desenvolvimento e autonomia e a segurança. Ao delimitarem os objetivos que a região deseja alcançar, os autores regionais compreenderam que a integração seria um meio para atingir esses objetivos.

Além disso, a produção de conhecimento da América Latina foi desenvolvida em organizações e redes acadêmicas (TICKNER, 2008; PERROTA, 2018). Perrota (2018) afirma que essas redes estavam centradas principalmente na Argentina, Brasil, Chile, México e Venezuela e que nessas instituições estavam vinculados políticos, funcionários e assessores. Os formuladores dessas teorias possuíam um amplo conhecimento em ciências sociais e muitas vezes estavam presentes em mais de uma organização ou rede acadêmica.

A multiplicidade de teóricos (acadêmicos, intelectuais e *pratiners*) ocorre por haver mais de um grupo preocupado com o desenvolvimento do conhecimento com base no bem-estar da sociedade latino-americana (PERROTA, 2018). Ademais, esses autores não eram exclusivamente do campo das RI, mas, sim de outras áreas das ciências sociais (PERROTA, 2018). Essa característica se relaciona ao desenvolvimento tardio da disciplina na região, desse modo, o processo de produção de conhecimento em integração na América Latina está vinculado ao próprio processo de consolidação das ciências sociais na região e está relacionado a própria prática política, tanto que os primeiros teóricos eram acadêmicos-políticos (PERROTA, 2018).

Por outro lado, devido as ditaduras militares, autores sul-americanos precisaram se exilar em outros países. O México foi o principal destino desses autores e esse encontro possibilitou a construção de ideias mais sólidas sobre a dependência da região, a ingerência norte-americana, a democracia, as relações civis-militares, entre outros temas. É nesse momento que surge o Conselho de Relações Internacionais da América Latina e Caribe (RIAL)⁹.

Como mencionado anteriormente, a produção teórica latino-americana está relacionado a realidade da região, de modo que as mudanças no contexto histórico regional afetaram a produção de conhecimento. Tickner (2008) divide o contexto histórico latino-americano em três momentos importantes: o primeiro se inicia nos anos 1950 até 1980, o segundo nos anos 1990 e o terceiro seria a partir dos anos 2000. Do período de 1950 até 1980 as teorias são desenvolvidas foram o desenvolvimentismo¹⁰, a teoria da dependência¹¹ e o conceito de autonomia¹² que tinham como o objetivo em comum superar o baixo desenvolvimento da região, afastar da ingerência dos EUA e da sua influência intelectual, além de buscar alcançar maior autonomia frente as grandes potências.

Além dessa perspectiva, Perrota (2018) diferentemente de Tickner (2003a, 2008) afirma que também há uma corrente teórica denominada escola latino-

⁹ O RIAL foi criado em 1977 e contava com a participação de autores argentinos, brasileiros, chilenos e mexicanos com o objetivo de desenvolver os estudos internacionais da região e aumentar a capacidade de negociação internacional da América Latina (TICKNER, 2008). A organização tinha uma grande preocupação com a participação dos EUA nas ditaduras militares na América do Sul e com os conflitos que surgiram na América Central e Caribe.

¹⁰ Esse conceito foi estabelecido nos anos 1950 por Raúl Prebisch na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e buscou demonstrar que existe uma divisão internacional do trabalho que cria uma relação assimétrica entre o norte e sul global de modo que cada região exportaria os produtos que são especializados, no caso do sul global seriam os produtos primários. Para superar o baixo desenvolvimento, os países latino-americanos deveriam adotar a estratégia de substituições de importação para aumentar a sua industrialização e deveriam estreitar os processos de integração regional para superar as desvantagens na economia global.

¹¹ Já a teoria da dependência surgiu como uma crítica ao desenvolvimentismo devido a estratégia de substituições de importações que continuou a perpetrar relações de dependência, pois eram necessários produtos e investimento externos para industrialização da região (TICKNER, 2008). A dependência dos países latino-americanos era uma consequência do processo de expansão do norte global que tem as capacidades para se auto impulsionar, enquanto os demais países apenas podem fazê-lo como um reflexo dos interesses dos países dominantes (PERROTA, 2018).

¹² A busca por autonomia tem como objetivo de alcançar uma inserção internacional mais autônoma, ou seja, a autonomia seria uma estratégia adotada para garantir seus interesses no sistema internacional. Essa ideia é resultado do impacto de uma presença direta norte-americana na América Latina (TICKNER, 2008). Desse modo, nesse período ter autonomia significava conseguir defender seus interesses, se resguardar dos impactos das políticas internacionais e ter menos dependência das potências estrangeiras (TICKNER, 2003a, 2008; PERROTA, 2018).

americana de ciência, tecnologia e desenvolvimento¹³. A autora aborda todas essas perspectivas apresentadas fazem parte da Teoria Social Latino-americana¹⁴.

A respeito do segundo momento da teorização a partir dos anos 1990 novas mudanças aconteceram devido ao fim da Guerra Fria, a transição para os governos democráticos na América do Sul, os acordos de paz na América Central e as políticas neoliberais (TICKNER, 2008). Esse novo cenário fez com que a produção teórica conceitual dos anos anteriores perdesse espaço para perspectivas focadas nos temas da democracia, da economia competitiva e da inserção internacional (TICKNER, 2008). E as novas teorias tinham um caráter neoliberal por uma maior influência das ideias dos EUA pela adoção de uma política econômica neoliberal e pelas ideias do realismo periférico¹⁵ de estabelecer uma aliança estratégica com os norte-americanos.

E o terceiro momento se inicia nos anos 2000 com a crise do modelo neoliberal e com as políticas unilaterais dos EUA como resultado do atentado terrorista do 11 de setembro. Diante dessa situação, na América Latina houve um aumento da insatisfação política, social e de segurança com os EUA. Mas, a região encontrava-se dividida em governo que apoiavam os EUA como os governos do México, Colômbia, de todos os países da América Central e grande parte do Caribe; os antiamericanos com a Venezuela, Bolívia, Cuba, Equador e Nicarágua; e os governos que adotaram uma posição mais moderada como os governos do Brasil, Chile e Argentina.

¹³ Essa perspectiva estabelece uma proposta de desenvolvimento tecnológico próprio a partir de políticas setoriais e nacionais (PERROTA, 2018). Abordam também sobre como fazer ciência na região, levando em consideração a utilização de perspectivas próprias que tenham algum vínculo ou não com as ciências sociais (PERROTA, 2018).

¹⁴ A Teoria Social Latino-americana engloba a escola estruturalista latino-americana, a teoria da dependência, a perspectiva da autonomia e a escola latino-americana de ciência, tecnologia e desenvolvimento (PERROTA, 2018). É importante destacar que o realismo periférico não foi abordado por Perrota (2018), por essa maneira compreende-se que essa perspectiva não faria parte dessa teoria. Principalmente porque a autora considera que o pensamento latino-americano foi desenvolvido em centros de conhecimento latino-americano e o realismo periférico foi desenvolvido na Argentina.

¹⁵ Na Argentina foi desenvolvida a teoria do realismo periférico que tem como principal autor Carlos Escudé (1995). Essa teoria defende que a Argentina e os demais países do sul global deveriam adotar políticas que não entrem em confronto com as grandes potências. Esta é a razão pela qual o realismo periférico critica a perspectiva da autonomia, pois os preceitos autonômicos entrariam em confronto com as perspectivas do *mainstream* (TICKNER, 2003a). Ademais, essa teoria compreende que o desenvolvimento econômico deveria levar em consideração o bem-estar da sociedade e deveriam avaliar a possibilidade do estabelecimento de alianças estratégicas com as grandes potências.

Essas mudanças proporcionaram um retorno da produção teórica-conceitual da América Latina que foram desenvolvidas entre os anos 1950 e 1980. Além disso, os países que adotaram uma posição mais moderada passaram a adotar uma política econômica que combinava políticas liberais com a presença do Estado para responder os problemas socioeconômicos e políticos. Perrota (2018) acrescenta que até mesmo acadêmicos baseados no exterior passaram a se interessar por essas perspectivas teóricas pelo aumento da popularidade da integração regional latino-americana.

Essa análise histórica também se aplica a maneira como a integração regional foi vista pela região. Durante o período de 1950 a 1980, a integração regional latino-americana foi vista como um meio para alcançar autonomia, desenvolvimento e afastar a ingerência estrangeira (PERROTA, 2018). Enquanto nos anos 1990 começaram a utilizar as teorias do *mainstream* para explicar o processo de integração da região devido a globalização e as políticas neoliberais (PERROTA, 2018). Já no ano de 2010 pela atualização e disseminação de novos processos regionais, houve um retorno das perspectivas teóricas latino-americanas (PERROTA, 2018).

A autora defende que a integração regional também passou a ser explicada pelas perspectivas latino-americanas devido as limitações explicativas que existiam das teorias do *mainstream* sobre integração regional. E como essas teorias foram desenvolvidas para questões gerais da América Latina, posteriormente é que a integração passou a ser objeto de estudo. Ou seja, a integração é algo anterior a sua teorização.

A autora compreende que integração regional nesse momento passou a ser um caminho atrelado a maior inserção internacional, mas também como um caminho para diminuir a marginalização da região em relação a produção de conhecimento (PERROTA, 2018). Já Tickner (2008) compreende que a integração regional voltou a ser caracterizada como um caminho para a autonomia, para fortalecimento da região no que versa sobre a sua ação decisória e para garantir seus objetivos, aqui traduzidos na defesa da democracia, garantir a segurança e aumentar o desenvolvimento.

Sobre a marginalização da produção latino-americana, Perrota (2018) identifica que ocorre por algumas razões. A primeira razão seria que o pensamento regional não é o principal insumo dos *policy-makers* da região. A segunda razão é pela divisão do trabalho intelectual cria-se dinâmicas de validação do conhecimento e

inviabiliza a publicação de autores que teriam perspectivas mais próximas da América Latina por estarem sediados em instituições da região. O terceiro motivo é devido aos acordos estabelecidos nos anos 1990 serem pautados no neoliberalismo que contaram com apoio de instituições como a CEPAL e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). E o quarto motivo é que existem muitas publicações utilizando as Teorias de Integração Regional devido a disseminação dessas ideias por parte dos europeus para a América Latina, fazendo com que acontecesse um colonialismo do conhecimento.

Entretanto, as teorias latino-americanas trouxeram importantes contribuições para as RI: a diferenciação de soberania e autonomia; que a integração admite diferentes tipos de projetos políticos voltados para a autonomia, desenvolvimento e a defesa dos recursos naturais; as políticas regionais dependem das políticas nacionais; e a identidade latino-americana é construída pelo reconhecimento de ser uma nação pluricultural que passou por um processo de colonização e as diferentes formas de nação (PERROTA, 2018). O que se observa é que existe um baixo interesse dos centros de produção do conhecimento do norte global sobre as temáticas da região e quando abordadas, é com teor de criticar a produção para desestimular suas atualizações e seu crescimento, pois não serão temas com espaço para a publicação em suas revistas acadêmicas.

Por outro lado, diferentemente da América Latina, no *mainstream* foram desenvolvidas teorias para compreender a integração regional. A análise da evolução teórica também pode ser feita considerando o contexto histórico de modo que as teorias foram desenvolvidas a partir da observação dos avanços do processo de integração europeu, pela reconfiguração do sistema internacional com o fim da Guerra Fria e pela globalização (PERROTA, 2018).

Desse modo, a teorização europeia é dividida em duas correntes, a primeira busca compreender a integração regional que se iniciou a partir dos anos 1960 e a segunda são as teorias regionalistas que passaram a serem desenvolvidas na década de 1990. Esse primeiro modelo pode ser dividido em três fases diferentes: a primeira a partir de 1960 com o início da aproximação dos Estados europeus, a segunda a partir dos anos 1980 com a institucionalização e a terceira fase a partir de 1990 centrada nas consequências geradas pela integração.

A primeira fase tinha o objetivo de compreender os motivos que levaram a integração da Europa, portanto, debatiam principalmente a respeito da soberania estatal e a possibilidade da sua concessão para uma organização. Assim, as teorias desenvolvidas tentaram formar teorias gerais para compreender o fenômeno na sua totalidade com uma ontologia racionalista, nesse momento surgiram as teorias do neofuncionalismo e o intergovernamentalismo (PERROTA, 2018). Em contrapartida, a segunda fase estava centrada no sistema de governança europeu, ou seja, em compreender o tipo de sistema político adotado, as características do processo decisório e o funcionamento das suas políticas regulatórias. Nesse momento, foram desenvolvidas a teoria da governança, o neoinstitucionalismo, as redes políticas e a europeização (PERROTA, 2018).

Por fim, a terceira etapa iniciada nos anos 1990 passa a discutir as consequências sociais e políticas do sistema de integração, ou seja, a formação identitária do processo. Neste momento, estudos antropológicos, psicológicos e sociais passam a influenciar as perspectivas teóricas de modo que as principais teorias desse momento foram o construtivismo, a teoria crítica e as teorias de gênero (PERROTA, 2018).

Já o segundo modelo de teorização ficou conhecido como Teoria do Novo Regionalismo que se desenvolveu com a reconfiguração no sistema internacional e com o processo de globalização. Neste momento, observa-se um aumento nos acordos regionais e da importância dos atores transnacionais que retiraram a centralidade do Estado. Buscou-se, também a analisar a relação entre regionalização e globalização, delimitar o conceito de região e compreender as particularidades de cada processo formado (PERROTA, 2018).

Compreendem que a construção das regiões não é linear e sim um processo contínuo. A diferença desse modelo para o anterior é que o seu foco não é a integração regional, mas sim um debate das regiões, é por essa razão que utilizam mais o conceito de regionalismo que integração (PERROTA, 2018). Ademais, as regiões seriam uma construção social que são afetadas por projetos políticos que buscam definir o papel da região e pelos interesses de cada Estado daquela localidade.

A partir de 2010, Perrota (2018) demonstra que surge uma nova fase no processo de teorização da integração regional devido as crises que afetaram as diferentes regiões, inclusive a Europa. Essas crises fazem com que as discussões estejam centradas em como superá-las e quais seriam os mecanismos necessário para manter os acordos regionais. Dessa maneira, esses dois modelos teóricos procuram uma maneira de dialogar entre si, algo que ainda não tinha acontecido e as perspectivas do sul global começam a ganhar maior destaque.

A respeito da proposta do diálogo entre os dois modelos teóricos do norte global, iniciou-se um processo de valorização da ideia do regionalismo comparado (PERROTA, 2018). Esta abordagem já vinha se desenvolvendo antes como um método de pesquisa, porém a autora observa que existem críticas a essa perspectiva por não existir um marco teórico e metodológico em comum para se construir a ideia do regionalismo comparado. Mas, mesmo com essas questões, o regionalismo comparado está presente em muitas publicações e possibilitou um maior diálogo entre as perspectivas.

A autora destaca que essas teorias desenvolvidas pelos dois modelos apresentam limitações explicativas ao serem aplicadas a realidade latino-americana. Perrota (2018) demonstra que Haas, o autor da teoria neofuncionalista, junto com Phillipe Schmitter tentaram explicar o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) a partir das premissas desta teoria. O resultado desse estudo mostrou que a teoria não conseguia compreender as particularidades da região, devido aos objetivos e a própria estrutura de integração. Mas, a autora afirma que mesmo com esse resultado, Schmitter e Malamud se dedicaram a analisar a integração regional latino-americana a partir dessas teorias e compreendem que o problema, na verdade, eram as características da região de um forte presidencialismo, o excesso de acordos regionais e a resistência a ceder soberania.

Em relação a Teoria do Novo Regionalismo, esta teoria teria sido usada para compreender os processos de integração latino-americanos a partir dos anos 1990. Mas, as crises econômicas na região fizeram com que os sistemas de integração passassem por mudanças, assim, essa teoria também se mostrou limitada para compreender a integração latino-americana.

A partir desta análise, há um ponto que precisa ser ressaltado e levado em consideração. Por mais que as autoras estejam discutindo sobre a América Latina, o debate teórico envolvendo a América Central não foi considerado. Afirmam não analisar esse pensamento por ser ainda mais marginalizado (TICKNER, 2003a, 2008; PERROTA, 2018) mas se o objetivo era dar visibilidade a toda a região deveriam também ter analisado o pensamento centro-americano. Entretanto, ambas não consideram o seu objeto a América do Sul porque consideram que a teorização foi desenvolvida em centros acadêmicos no México, mas ao considerarem América Latina só pela presença do México continuam marginalizando toda a América Central.

Essa questão é importante porque por mais que estejam desenvolvendo e dando visibilidade ao campo teórico-conceitual da América Latina, na verdade estão visibilizando apenas um campo teórico sul-americano. E considerar esses preceitos teóricos como latino-americanos é continuar excluindo a América Central do debate teórico da região. A questão é que a ideia de que a América Central está fora do debate por ser um pensamento mais marginalizado não é uma justificativa plausível, pois é exatamente pela marginalização do pensamento do sul global que as autoras afirmam ser necessário considerar essas perspectivas como teorias da RI.

Nota-se, portanto, que o pensamento sul-americano é predominante na região e acaba sendo confundido como um pensamento latino-americano. Por essa razão, não é suficiente considerar esse debate teórico-conceitual como latino-americano por ter sido desenvolvido também em centros de produção do conhecimento no México. Sendo que esses autores sul-americanos só estavam nesse país porque fugiram das ditaduras militares na América do Sul.

Em síntese, as teorias latino-americanas, na verdade são teorias sul-americanas. São caracterizadas por uma centralidade no Estado, reconhecem a existência de uma hierarquia internacional, as questões domésticas sofrerem impactos das políticas internacionais e apresentam objetivos em comum de alcançar a autonomia, garantir a segurança da região e aumentar o desenvolvimento e a inserção internacional e se afastarem da ingerência das grandes potências.

Esse equívoco também pode ser resultado do fato de que as teorias desenvolvidas na América do Sul são o que Guimarães e Estre (2021) denominam como teorias de médio alcance que são teorias que podem ser aplicadas em países

ou regiões que apresentem características semelhantes. Dada a condição de semelhança dos países pertencentes a América Latina em termos de contexto histórico, ingerência estrangeira e objetivos em comum, essa também pode ser uma razão que levou a compreender o pensamento sul-americano como um pensamento latino-americano.

As teorias de médio alcance são resultado da análise de política externa, uma subárea das RI que surgiu nos anos de 1950 nos EUA que se afasta das explicações universalistas das teorias do *mainstream*, questionam a relação entre agente e estrutura, a constituição do Estado como principal ator internacional e ressalta a importância das variáveis domésticas para compreender as relações internacionais (GUIMARÃES; ESTRE, 2021). Dada a crítica ao universalismo do *mainstream*, as teorias de médio alcance não seriam indutivas e de fato seriam empíricas, pois priorizariam a observação da realidade para construção teórica. E seriam teorias de médio alcance porque poderia ser utilizada no estudo para outros Estados ou regiões que apresentassem as mesmas características ou condições políticas similares ao do objeto observado para a sua elaboração (GUIMARÃES; ESTRE, 2021).

Nota-se que a utilização dessa subdisciplina na América Latina é muito limitada, essa situação está diretamente relacionada a disseminação do conhecimento por parte do norte global. Mas, ao analisar o Brasil observa-se que a aplicação da análise de política externa aumentou a partir do século XXI tanto devido a fatores internacionais como domésticos (GUIMARÃES; ESTRE, 2021). Em relação as questões internacionais, ocorreu pelo aumento de publicações de autores brasileiros em jornais internacionais e na participação na *International Studies Associations* (ISA). E as questões domésticas são devido ao aumento dos cursos de graduação e pós-graduação em RI no Brasil e no nível da pós-graduação, acadêmicos com algum vínculo a instituições internacionais apresentam maior chance de publicação em revistas acadêmicas estrangeiras.

Até mesmo em uma análise quantitativa¹⁶ estabelecida pelos autores demonstra um interesse maior dos acadêmicos brasileiros pela criação de teorias de

¹⁶ Os autores analisaram revistas acadêmicas brasileiras e internacionais. Sobre as revistas brasileiras, os autores levaram em consideração as publicações da RBPI, Contexto Internacional, Revista Dados, Revista Sociologia e Política, *Brazilian Political Science Review* e Revista Brasileira de Ciências Sociais. Tendo a RBPI e a Contexto Internacional apresentado um resultado maior de publicações e

médio alcance e pela replicação de modelos de política externa já estabelecidos pelo norte global. Essa reaplicação dos modelos na sua maioria era voltado para a testagem de teorias e poucos para um estudo comparado. Já as teorias de médio alcance¹⁷ estabelecem modelos de caráter híbrido que combinam diferentes aspectos teóricos e que podem ser replicados em outros casos com características similares ao do Brasil.

Mas, antes mesmo da consolidação da disciplina de RI no Brasil já existiam algumas análises que empregaram essa perspectiva. Guimarães e Estre (2021) consideram que o conceito de autonomia como uma teoria de médio alcance. Esse conceito foi desenvolvido em oposição a dependência, utilizado em estudos comparados e é um modelo que pode ser replicado em outros países da América Latina. Ademais, com as mudanças no contexto nacional, o conceito foi redefinido e aprimorado.

Em síntese, para os autores existe uma produção teórica distinta de caráter híbrido que aponta para o desenvolvimento de teorias de médio alcance no Brasil. Além disso, a teorização brasileira desde 1960 apresenta ontologias e epistemologias diversas, por essa razão não é necessário reinventar o processo, apenas redefinir para se adequar ao contexto das relações políticas contemporâneas. E a formação de teorias de médio alcance retiraria o caráter de excepcionalismo que muitas vezes é atribuído ao Brasil (GUIMARÃES; ESTRE, 2021). Além disso, as publicações internacionais têm dado prioridade para modelos híbridos, principalmente em relação ao sul global, desse modo, a utilização de teorias de médio alcance pode trazer novos temas e perspectivas para os debates teóricos.

O que os autores propõem com a formação de teorias de médio alcance, está relacionado com o que Wight e Joseph (2010) e Dunne, Hansen e Wight (2014) propõem em estabelecer teorias que levam em consideração diferentes realidades e

por serem as revistas mais importantes na área no Brasil, os autores fizeram uma análise mais detalhada a partir dessas duas revistas (GUIMARÃES; ESTRE, 2021, p. 7-8). Já as revistas internacionais analisadas foram *Latin American Politics and Society*, *Latin American Perspectives*, *Latin American Policy*, *Bulletin of Latin American Research*, *International Interactions*, *International Peacekeeping*, *Cambridge Review of International Affairs*, *Global Society*, *Policy Studies*, *Third World Quarterly*, *Global Governance*, *International Journal*, *Millenium – Journal of International Studies*, *Foreign Policy Analysis* e *International Affairs* (GUIMARÃES; ESTRE, 2021).

¹⁷ Guimarães, Feliciano de Sá; ESTRE, Felipe. *Foreign Policy Analysis in Brazil: the use of middle-range theories*. Oxford Research Encyclopedia of International Studies, 2021.

que não tem como objetivo o universalismo e nem gerar dinâmicas generalizáveis. Afinal, as teorias de médio alcance apenas seriam aplicadas para regiões que apresentassem as mesmas características que o Brasil. Também se relaciona com a filosofia da ciência proposta por Wight e Joseph (2010), ou seja, de estabelecer teorias que de fato observam a realidade e que valorizam mais a ontologia do que a epistemologia.

Como já mencionado, as teorias sul-americanas apresentadas por Tickner (2003a, 2008) e Perrota (2008) são teorias de médio alcance e por essa razão é que levam a compreender que são teorias latino-americanas, pois poderiam ser aplicadas a toda região dada à similaridade das particularidades. São teorias que se desenvolveram pela observação da ontologia e não da epistemologia, pois como proposto pelas autoras, as mudanças no contexto histórico da região levaram a surgimento de novas teorias e as suas atualizações no século XXI. Levando em consideração o seu processo de teorização, são teorias tanto explicativas como críticas. São explicativas por buscarem compreender a realidade da região de maneira a compreender as causas e efeitos das ações dos atores, mas ao mesmo tempo são teorias que criticam as premissas estabelecidas no norte global. Ao serem atreladas ao método do realismo científico poderiam fortalecer suas premissas e conseguir uma maior visibilidade no *mainstream*.

Com essa investigação e pelos objetivos da presente pesquisa, realiza-se o recorte final da literatura que será analisada. Este recorte será feito considerando a questão das regiões e a questão temática. A respeito das regiões, com a delimitação sobre o que é teoria, nota-se que os textos referentes a União Europeia (4 artigos) devem ser levados em consideração já que a região faz parte do grupo que delimita os preceitos teóricos e para compreender o processo do hibridismo de um pensamento nacional e os limites das teorias desenvolvidas pelo *mainstream*.

Pela delimitação da teoria para a região da América do Sul e América Latina, nota-se que as teorias desenvolvidas são teorias sul-americanas, mas que acabam sendo consideradas teorias latino-americanas por serem teorias de médio alcance. Dessa maneira, o objeto de análise é a América do Sul, fazendo com que possa ser desconsiderados os artigos que tratam de regiões alheias a esta. Assim, serão desconsiderados os artigos referentes as Américas (1 artigo), a América Latina (3

artigos) e a CPLP (1 artigo). Levando em consideração um dos objetivos específicos desta pesquisa, o de investigar em uma literatura brasileira os preceitos da integração regional, serão desconsiderados os artigos que não se referem ao Brasil ou que não estejam relacionados aos processos de integração no qual o Brasil faz parte. Sendo assim, serão desconsiderados os artigos referentes aos países Argentina, EUA e Uruguai (3 artigos), a CAN (1 artigos), a AP (1 artigo) e Pacífico (2 artigos).

Ainda a respeito do objetivo desta pesquisa, desta vez levando em consideração o objetivo geral de investigar as condicionantes da integração regional em uma literatura com um substrato empírico distinto da literatura do *mainstream* e os objetivos específicos de compreender as condicionantes para a integração regional na TRI e em uma literatura brasileira sobre o tema, nota-se que analisar as questões subnacional e inter-regional não fazem parte do escopo de análise desta pesquisa. Fazendo com que os artigos referentes a estes temas também sejam desconsiderados, sendo 5 artigos referentes ao subnacional e 2 artigos sobre inter-regional.

Neste primeiro recorte, o escopo de análise teria 36 artigos, mas ainda é necessário levar em consideração a questão temática, dentro deste critério, considera-se a delimitação do que é teoria para a América do Sul. Os preceitos teóricos sul-americanos consideram que as teorias são estabelecidas a partir da realidade da região, considerando o sistema internacional como hierárquico, o Estado como principal ator e apresentam objetivos em comum de alcançar autonomia, aumentar o desenvolvimento e a inserção internacional, garantir a defesa da região e se afastar da ingerência do norte global. A partir desses aspectos, nota-se que os artigos referentes a cultura (1 artigo), educação (5 artigos), direito (1 artigo), direitos humanos (1 artigo), meio ambiente (1 artigo), migrações (3 artigos), saúde (1 artigo) e trabalho (1 artigo) não estão relacionadas as questões teóricas da região, fazendo com que possam também ser desconsiderados.

O escopo final ficou com 26 artigos referentes a América do Sul (4 artigos), Conesul (1 artigo), Mercosul (12 artigos), UNASUL (2 artigos), ALCA (1 artigo), UE (2 artigos), desenvolvimento (1 artigo), comércio (1 artigo), economia (1 artigo), democracia (1 artigo), segurança (2 artigos), segurança regional (1 artigo), teoria (13 artigos) e política externa brasileira (14 artigos). O marco temporal ficou entre os anos

de 2002 até 2021 e dentre estes 26 artigos, 24 estão em português e 2 em inglês. Esses artigos estão concentrados nas seguintes revistas acadêmicas: Sociedade & Natureza (1 artigo); Revista de Sociologia e Política (5 artigos); Caderno CRH (1 artigo); Contexto Internacional (3 artigos); RBPI (5 artigos), Revista Brasileira de Ciências Sociais (1 artigo); Estudos Avançados (1 artigo); Lua nova: Revista de Cultura e Política (4 artigos); Dados (1 artigo); Brazilian Journal of Political Economy (1 artigo); São Paulo em Perspectiva (2 artigos); Revista de Economia e Sociologia Rural (1 artigo).

E os autores que fornecerão as bases para análise deste trabalho são: Azevedo, ANDRÉ FILIPE ZAGO DE; Botelho, João Carlos Amoroso; Bressan, Regiane Nitsch; Carmo, Corival Alves do; Correia, Rodrigo Alves; Coutinho, Marcelo; Couto, Leandro Freitas; Favaron, Gustavo de Mauro; Fonsêca, Márcia Batista da; Fuccille, Alexandre; Giannini, Renata Avelar; Guzzi, André Cavaller; Hidalgo, Álvaro Barrantes; Hoffmann, Andrea Ribeiro; Jaguaribe, Helio; Kfuri, Regina; Klemi, Albene Miriam Menezes; Lamas, Bárbara; Lamoso, Lisandra Pereira; Luciano, Bruno Theodoro; Mariano, Marcelo Passini; Mathias, Suzeley Kalil; Medeiros, Marcelo de Almeida; MENDES, RICARDO GLÖE; Menezes, Roberto Goulart; MIYAMOTO, SHIGUENOLI; Oliveira, Amâncio Jorge de; Onuki, Janina; Pecequilo, Cristina Soreanu; Ramanzini Júnior, Haroldo; Reis, Elton Gomes dos; Ribeiro, Daniela M. de F.; Spektor, Matias; Souza Neto, Danilo Marcondes de; Teixeira Júnior, Augusto Wagner Menezes; Vadell, Javier A.; Vigevani, Tullo; Villa, Rafael Duarte.

A respeito do desenho de pesquisa, além da introdução e da conclusão, o primeiro capítulo será dedicado ao estudo de uma literatura brasileira para encontrar as condicionantes da integração regional, ou seja, encontrar quais são as variáveis causais que esses autores identificam como fundamentais para a integração regional. O segundo capítulo será dedicado a analisar as condicionantes da integração regional para a teoria liberal das RI. O terceiro capítulo será dedicado a realizar a leitura contra pontual da literatura dos capítulos um e dois com base no processo de hibridismo. Assim, será possível não somente identificar quais as condicionantes da integração regional para a literatura brasileira de RI, como será possível compreender quais dessas condicionantes passaram por um processo de hibridismo e quais são condicionantes próprias da região, bem como analisar o alcance das teorias liberais para a realidade sul-americana.

2 AS CONDICIONANTES DA INTEGRAÇÃO REGIONAL DA AMÉRICA DO SUL PARA UMA LITERATURA BRASILEIRA

Como abordado durante a introdução, há uma dificuldade na aplicabilidade das teorias tradicionais de integração regional ao analisar o caso sul-americano, o que acontece é que a literatura brasileira privilegia um substrato empírico distinto das teorias tradicionais. Sendo assim, estas duas literaturas identificariam condicionantes diferentes para a integração regional. Partindo deste pressuposto, é necessário compreender qual seria, então, as condicionantes da integração regional para uma literatura nacional, aqui delimitadas a partir da Coleção Brasil do sistema Scielo na área temática de ciências humanas e ordenado a partir dos mais citados primeiro.

Este é o objetivo deste capítulo, identificar quais seriam as condicionantes da integração regional sul-americana a partir dessa literatura brasileira. Esta análise fornecerá as variáveis causais para a integração regional identificadas por esta literatura e, também, a base para compreender se estas condicionantes passaram por um processo mimético ambivalente ou se são condicionantes próprias da região.

A integração regional sul-americana ao ser comparada com a integração da Europa apresenta particularidades, mas, muitas vezes é vista com fragilidades e com problemas estruturais ao ser analisada sob a ótica das teorias tradicionais de integração (MEDEIROS, 2003; HOFFMANN; COUTINHO; KFURI, 2008; PECEQUILO; CARMO, 2013; BOTELHO, 2014). A partir dessa ideia, ao comparar a UE com o Mercosul é possível perceber que esses sistemas de integração surgiram por motivações distintas e com uma estrutura diferente (MEDEIROS, 2003). A UE surge como um mecanismo para que novas guerras não aconteçam na região, portanto, a supranacionalidade foi vista como uma maneira de restringir possíveis conflitos entre as nações. Já o Mercosul surgiu por uma vontade política argentino-brasileira para o maior desenvolvimento e para alavancar a projeção internacional dos países. Por mais que a Argentina e o Brasil possuíssem um longo histórico de rivalidade, não existia a possibilidade de um conflito armado e não foi construído pensando em ceder soberania, devido ao colonialismo.

Além disso, a UE criou mecanismos de compensação para os países-membros para criar mais coesão econômica e social com os Fundo Social Europeu

(FSE)¹⁸, o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER)¹⁹ e o Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA)²⁰ (MEDEIROS, 2003). Como são instâncias supranacionais, as captações de recursos acontecem independentemente da vontade política. Entretanto, quando o autor analisa o Mercosul, afirma que não existem mecanismos de compensação para os países-membros (MEDEIROS, 2003), mas isto ocorre porque no período analisado pelo autor, o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM)²¹ ainda não tinha sido criado.

Ademais, Medeiros (2003) destaca que a UE é formada por países desenvolvidos enquanto o Mercosul é formado por países em desenvolvimento, o que faz com que a capacidade de gerar mecanismos compensatórios seja mais limitado pelo Mercosul. Entretanto, a falta de supranacionalidade é vista pelo autor como um problema, pois diminui o clima de confiabilidade e facilitaria ainda mais a inserção internacional do Mercosul no cenário internacional.

Por outro lado, Pecequilo e Carmo (2013) comparam as iniciativas da integração regional latino-americana e sul-americana com a europeia. Identificam que a integração na Europa surgiu depois do final da Segunda Guerra Mundial com o objetivo de reconstruir a região, evitar novos conflitos e caracterizado por economias interdependentes. Já a integração latino-americana surge com países com baixo desenvolvimento econômico-social, com histórico de ingerência estrangeira e com economias assimétricas. Destacam que o processo de desenvolvimento da região foi assimétrico, alguns países conseguiram graus de industrialização mais elevados do que outros e, como resultado, há um aumento constante de políticas protecionistas (PECEQUILO; CARMO, 2013).

¹⁸ Criado em 1957, o FSE tem como objetivo promover o emprego de modo a ajudar as pessoas a conseguirem melhores empregos e garantir oportunidades mais justas para todos os cidadãos da União Europeia (UNIÃO EUROPEIA, 1957).

¹⁹ Tem por objetivo contribuir para a redução dos desequilíbrios entre os níveis de desenvolvimento das regiões europeias e melhorar o nível de vida nas regiões menos favorecidas (UNIÃO EUROPEIA, 2022).

²⁰ Órgão financiador da política agrícola comum criada em 1962. A partir de 2007 o FEOGA foi substituído pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) (UNIÃO EUROPEIA, 2022).

²¹ Criado em 2004 com o objetivo de diminuir as assimetrias entre os Estados-membros do Mercosul. Conta com a contribuição dos países-membros e estas verbas se destinam a obras infraestrutura, competitividade das empresas, desenvolvimento social e para o fortalecimento da própria estrutura institucional do bloco (MERCOSUL, 2004).

Já Hoffmann, Coutinho e Kfuri (2008) e Botelho (2014) estabeleceram os critérios para avaliar a integração regional. Por mais que estabeleçam critérios distintos para se avaliar a integração, percebem que as teorias tradicionais levam a conclusão de que devido à falta de instituições supranacionais, o sistema de integração sul-americano não teve elevados avanços ou sucessos.

Botelho (2014) sinaliza que as definições atribuídas pelo neofuncionalismo, intergovernamentalismo e o regionalismo de Hurrell (1995) fazem com que poucos processos sejam considerados integração regional, mas, pelas diretrizes dessas teorias apenas a UE seria considerada uma integração regional justamente por serem teorias que surgiram a partir da observação do caso europeu. A definição do neofuncionalismo está centrada na transferência de certos temas para um centro de poder, já o intergovernamentalismo afirma que as instituições criadas deveriam ser capazes de impor suas medidas aos Estados-membros, enquanto o regionalismo a integração teria um viés econômico.

Assim, essas teorias teriam problemas de aplicabilidade, porque na primeira teoria apenas o modelo europeu seria uma integração regional, enquanto na segunda teoria nem todas as instituições possuem essa capacidade ou são criadas para isto e a última teoria desconsidera que existem processos de integração que não são criados para a finalidade econômica (BOTELHO, 2014). Desse modo, Botelho (2014) propõe pensar a integração regional como “[...] instituições políticas que criam alguma delimitação territorial e temática à cooperação entre os Estados, aspiram a integrar regras e políticas, levam os países-membros a ter de se adaptar a um novo contexto e podem chegar a se impor sobre governos nacionais ou não ter a pretensão de realizar isso”.

Ademais, propõe analisar a integração a partir dos graus de institucionalização, sem considerar um processo mais institucionalizado como o ideal, inclusive reconhece que pode haver tanto avanços de institucionalização quanto retrocessos, não seria, portanto, um processo linear (BOTELHO, 2014). Um processo institucionalizado gera expectativas de que os critérios adotados terão uma continuidade no futuro e podem ter um ritmo variado dependendo do tema no qual está centrada (BOTELHO, 2014). Assim, deve-se avaliar a integração a partir da

institucionalização da dimensão econômica²², político-institucional²³, social²⁴, de representação no exterior²⁵ e estratégica²⁶.

Por outro lado, Hoffmann, Coutinho e Kfuri (2008) analisam a partir das ideias de Joseph Nye para demonstrar que diferentes temas podem avançar em diferentes ritmos e é possível que existam áreas de integração e desintegração. Com base no método de Nye, estabelecem os indicadores para avaliar a integração regional com objetivo de analisar o Mercosul do período da sua criação até 2006, estes indicadores seriam no nível econômico²⁷, político-institucional²⁸ e social²⁹. Destaca-se que Botelho (2014) compara a UE, o Mercosul, a UNASUL e a CAN e Hoffmann, Coutinho e Kfuri (2008) apenas avaliam o Mercosul sem comparar a nenhum outro processo.

Levando consideração esses critérios, Botelho (2014) avaliou o nível de institucionalização da UE, Mercosul, CAN e UNASUL. As suas conclusões foram que a UE apresenta maiores indicadores para a dimensão econômica, político-institucional e estratégica³⁰. Se destacam pelas complementaridades econômicas o que faz o fluxo de comércio exterior e de investimento ser mais alto, além de serem o bloco que mais

²² Propõe analisar a interdependência econômica de uma região por meio da participação no comércio exterior dos países-membros, a importância do comércio no PIB dos Estados e o fluxo financeiro entre os membros (BOTELHO, 2014).

²³ No nível político-institucional, a avaliação deve ser feita por dois níveis considerando a atuação dos governos e das instituições regionais considerando as reuniões governamentais e sua periodicidade, o nível hierárquico, a internacionalização das normas e a estrutura das instituições regionais (BOTELHO, 2014).

²⁴ Na dimensão social analisa-se, inicialmente, se as sociedades são homogêneas ou heterogêneas, considerando o número de idiomas oficiais, as divisões étnicas e religiosas e os níveis de intercâmbio culturais e, posteriormente, avalia-se as iniciativas voltadas para o desenvolvimento, educação e saúde (BOTELHO, 2014).

²⁵ A dimensão de representação exterior investiga as capacidades de atuação conjunta e a coordenação de política externa, significa observar as formas de negociação de acordos comerciais em conjunto e separadamente e as posições convergentes ou divergentes nas organizações internacionais (BOTELHO, 2014).

²⁶ A dimensão estratégica verifica-se a existência de conflitos internos ou entre países da região e a possibilidade de cooperação entre as Forças Armadas dos Estados-membros (BOTELHO, 2014).

²⁷ A partir dos estudos de Bela Belassa, avaliam as características do Mercosul, caracterizam o Mercosul como uma União Aduaneira imperfeita que limita a livre circulação de fatores, o nível de liberalização comercial e a incorporação da tarifa externa comum (TEC) (HOFFMANN; COUTINHO; KFURI, 2008).

²⁸ A avaliação das questões político-institucional leva em consideração a estrutura do bloco (intergovernamental ou supranacional), utilização de mecanismos próprios para a solução de controvérsias e o nível de integração dos governos estaduais e municipais ao processo de integração (HOFFMANN; COUTINHO; KFURI, 2008).

²⁹ A questão social considera a livre circulação de pessoas, a harmonização educacional, a existências de atividades culturais, a criação de órgãos de representação regional de trabalhadores e empresários e a existência de uma identidade comum (HOFFMANN; COUTINHO; KFURI, 2008).

³⁰ Botelho (2014) destaca que diferentemente da UE, o Mercosul está centrado em uma zona de paz, mas apresenta um baixo nível de cooperação em segurança e defesa.

promove reuniões ordinárias, com a internacionalização de normas de maneira automática e contam como uma força militar própria para atuar em missões humanitárias. Enquanto, na dimensão social e de representação exterior o Mercosul é o que se destaca, isto ocorre porque no bloco apresenta uma população mais homogênea, com o intercâmbio social mais alto e pelo menor número de membros (4 membros-pletos) consegue negociar mais acordos em conjunto. Essa avaliação faz perceber que há avanços no Mercosul mesmo não adotando uma supranacionalidade.

Já Hoffmann, Coutinho e Kfuri (2008) compreendem que, considerando o período analisado por eles (1991-2006), o Mercosul pode ser dividido em três momentos distintos: 1991-1997 como a fase de construção da estrutura institucional do bloco com foco comercial; 1997-2002 momento de crise econômica; e a terceira fase a partir de 2003 com a retomada do processo de integração indo além da questão comercial, considerando uma integração física e social e com uma maior institucionalização.

Concluem que nas três dimensões aconteceram avanços, pelo aumento do fluxo comercial, mesmo com a desvalorização do Real (1999) e a crise econômica argentina (2001); é um bloco intergovernamental com uma maior institucionalização com instituições para além da questão econômica-comercial; e há um aumento do turismo entre os países. Com esta análise multidimensional, concluem que há uma constante evolução do Mercosul devido a sua capacidade de adaptabilidade pelas mudanças de contexto regional, a complexidade pelo crescente número de instituições e pautas na integração regional e pela coesão (HOFFMANN; COUTINHO; KFURI, 2002).

A análise desses autores proporciona pensar a integração regional para além dos critérios estabelecidos pelo processo europeu e pelas teorias tradicionais de integração fazendo com que olhem a região a partir dos seus próprios termos de modo a perceberem os avanços do processo de integração sul-americano. Ademais, essa percepção pode ser justamente devida as condicionantes da integração identificadas pelos demais autores dessa literatura nacional. Assim, na próxima seção serão analisadas as condicionantes identificadas pelos autores dessa literatura brasileira e na seção final se destacará os resultados encontrados nessa análise.

2.1 AS CONDICIONANTES DA INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANA

Os autores desta literatura nacional sugerem que as condicionantes para a integração regional na América do Sul consistem em uma mudança na PEB, o fim da rivalidade entre Argentina e Brasil e o estabelecimento de objetivos em comum de alcançar maior autonomia e desenvolvimento, afastar a ingerência das grandes potências, principalmente os EUA, manter a estabilidade regional e pela defesa da democracia.

No que tange a PEB, a integração regional seria o resultado da estratégia de política externa. No qual os preceitos da PEB são transferidos para o âmbito regional dado a condição de que o Brasil é o impulsionador da integração e da necessidade da sua posição de *paymaster* da integração (COUTO, 2006; KLEMI; MENEZES, 2016; MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012; MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR; VIGEVANI, 2021; MEDEIROS; TEIXEIRA JÚNIOR; REIS, 2017; ONUKI; OLIVEIRA, 2006; PECEQUILO; CARMO, 2013; VIGEVANI et al., 2008; VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2009, 2010, 2014).

O Brasil apresentou diferentes estratégias de inserção internacional, Couto (2007) demonstra que no século XIX a estratégia era voltada para a Europa. Já no século XX era uma estratégia pan-americanista com parcerias estratégicas com os EUA, mas, o Brasil percebeu uma relação assimétrica com a potência e passou a ver a América Latina como eixo da sua inserção internacional em contraposição aos norte-americanos. Analisando a atuação do Brasil na integração regional, Pecequilo e Carmo (2013) delimitam que com o início do processo de integração da Europa, o Brasil percebe que perderia os seus mercados e vê a integração regional como um caminho para conquistar novos mercados no qual seria uma integração com a América Latina. Mas, por mais que os autores notem que o Brasil apresenta um papel importante na integração regional desde 1960, nesse momento as organizações tinham apenas o objetivo econômico e com baixos compromissos com os vizinhos.

Mas, nos anos 1980 pela crise financeira, a redemocratização e a aproximação com a Argentina, uma nova estratégia de integração regional foi buscada. Nessa estratégia, a América do Sul se tornou o principal eixo, pois a América Central manteve suas políticas próximas aos EUA, algo que não era do interesse da PEB (COUTO, 2007; PECEQUILO; CARMO, 2013; VILLA, 2006).

Como conceito político, a América Latina perdeu muito de sua relevância. O México e a América Central parecem ter caído irremediavelmente na órbita dos Estados Unidos. Não se pode contar com os mexicanos e os centro-americanos para a construção de um projeto de integração que se pretenda autônomo e soberano. (LAMOSO, 2012, p. 398 *apud* BATISTA JR., 2008, p. 226).

Sendo assim, a América do Sul passar a ser o eixo da inserção internacional brasileira (COUTO, 2007) no qual a integração regional seria o caminho para esta maior inserção internacional (VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2009). Destaca-se que os formuladores de política externa identificam a América do Sul como o principal eixo da PEB (MEDEIROS, TEIXEIRA JÚNIOR; REIS, 2017; VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2009) no qual o Mercosul seria o núcleo duro da integração (JAGUARIBE, 2008; MEDEIROS; TEIXEIRA JÚNIOR; REIS, 2017). A ideia é que haveria uma expansão da integração do Cone Sul para a América do Sul, sendo esta uma constante na PEB, por essa razão, uma integração regional com baixa institucionalidade facilitaria na adesão de novos membros. Ademais, a integração regional possui um objetivo estratégico, pois as alianças entre os países da região fortalecem as suas capacidades de resolução de controvérsias, melhorando sua capacidade negociadora, além de intensificar a integração e cooperação econômica e política.

Mariano e Ramanzini Júnior (2012) identificam que é no governo de FHC que o eixo central da política externa muda da América Latina para a América do Sul. Entretanto, mesmo que não se falasse anteriormente que o eixo da política externa era a América do Sul, antes desse momento a região já era o espaço preferencial da PEB desde 1980 com o processo de aproximação com a Argentina (COUTO, 2007; VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2009). A relação bilateral com a Argentina foi vista como o caminho para a integração sul-americana. E é a partir do momento que se estabeleceu a América do Sul como a zona de inserção internacional preferencial do Brasil é que surgiram iniciativas de integração tanto na área econômica-comercial, como nas áreas de segurança, educacional, energética, cultural, em ciência e tecnologia, infraestrutura e sobre as questões democráticas (COUTO, 2007; VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2009).

A respeito dos processos de integração, percebem que o surgimento deles, os seus objetivos e sua estrutura foram estabelecidos a partir dos interesses

brasileiros, no qual a integração regional seria um meio para alcançar esses objetivos (COUTO, 2007; MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012; PECEQUILO; CARMO, 2013; VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2009). O Brasil é o país com maior poderio político e econômico da região e o impulsionador da integração regional, desse modo há uma percepção de que existe uma transferência dos preceitos da PEB para a política regional (PECEQUILO; CARMO, 2013). Sendo assim, os objetivos da política externa brasileira de maior autonomia, desenvolvimento pautado no universalismo e na defesa dos princípios da não-intervenção e não ingerência também seriam os objetivos da política de integração da América do Sul (COUTO, 2007; MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012; MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR; VIGEVANI, 2021; MEDEIROS; TEXEIRA JÚNIOR; REIS, 2017; PECEQUILO; CARMO, 2013; VIGEVANI *et al.* 2008; VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2009, 2014).

Além disso, os processos de integração não foram criados para construir uma supranacionalidade, mas como uma maneira de superar o imperialismo, garantir a soberania, alcançar autonomia e desenvolvimento (PECEQUILO; CARMO, 2013; VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2009). Por outro lado, a integração sul-americana apresenta problemas estruturais de baixa complementariedade econômica, interdependência, forte dependência estrangeira e com assimetrias econômicas (MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012).

Lamoso (2012) identifica que a assimetria economia dos países da região é um desafio para a integração econômica que pode levar aos países priorizarem as relações com regiões alheias à América do Sul por encontrarem maior vantagem competitiva. As assimetrias permitem com que estejam mais suscetíveis a conflitos entre os membros podendo frear ou diminuir o avanço da integração (MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012). Os autores entendem que a maior institucionalização criaria mecanismos de compensação por investimento em infraestrutura, criando conexões entre as indústrias e auxiliando na resolução de conflitos³¹.

³¹ Mariano e Ramanzini Júnior (2012) mencionam dois episódios de desentendimentos entre os membros do Mercosul: entre Brasil e Argentina sobre produtos de linha branca e a crise da papelaria entre Argentina e Uruguai. Sobre a primeira, as empresas brasileiras encontraram vantagem competitiva na Argentina para os seus produtos e tentaram exportar para o mercado argentino, mas encontraram obstáculos pois afetaria a produção argentina nesses produtos. Aqui, Mariano e Ramanzini Júnior (2012) identificam que pela baixa institucionalidade, o Mercosul não criou mecanismos de compensação para quando isso ocorre. No que tange a questão das papelarias, os

A respeito desses objetivos, a autonomia significa ter “[...] autonomia frente mundo exterior, capacidade de decisão frente aos centros de poder internacional viabilizando o Brasil determinar suas escolhas” (VIGEVANI *et al.*, 2008). É uma condição que todos os países buscam, pois “é o que garante sua identidade diante do sistema internacional” (MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012), portanto, é essencial ao Estado e está diretamente relacionada a diminuir a sua dependência externa (VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2014). Ou seja, a autonomia no Brasil e no restante dos países da América do Sul tem que se reafirmar com frequência, pois esses países possuem baixos níveis econômicos, políticos e militares quando comparado as grandes potências.

Além disso, para o Brasil, a autonomia e a soberania seriam conceitos separados, “em vez de estar enraizada na noção jurídica de soberania, no Brasil a autonomia é um conceito político, um instrumento para salvaguardar-se dos efeitos mais nocivos do sistema internacional” (VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2014). A ideia aqui é que embora sejam nações independentes e soberanas, tem as suas ações constrangidas pelas potências por possuírem maiores graus de autonomia.

Para o Brasil, a aliança com a Argentina e o Mercosul são os principais eixos para manter a autonomia, ou seja, a integração reforçaria esse paradigma junto com o universalismo que significa uma diversificação de parcerias, ampliando os diálogos com diferentes países (VIGEVANI *et al.*, 2008 *apud* LAFER, 2004; VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2009). E sobre o desenvolvimento, o Brasil buscaria uma atuação no cenário internacional que viabilizasse o seu desenvolvimento, sendo esta uma ação também dos demais países da região (MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012). Mas, ao analisar a América do Sul, nota-se que as estratégias de desenvolvimento adotadas pela região impactaram cada país de uma maneira diferente (LAMOSO, 2012; MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012).

Diferentemente da autonomia, as estratégias de desenvolvimento são as que mais sofrem alterações por estarem diretamente ligadas as políticas de governo e por serem afetadas por questões domésticas (MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012). Por mais que não seja explicitado pelos autores o que seriam essas políticas domésticas,

argentinos temiam o impacto ambiental na instalação delas na sua fronteira com o Uruguai. Esse contencioso foi levado à Corte Internacional de Haia para ser revolido, aqui os autores demonstram mais uma vez a fragilidade das instituições do bloco.

a ideia aqui parece se relacionar com o fato de que as políticas de desenvolvimento estão relacionadas com a preocupação da população do país e os afetam mais diretamente do que a questão da autonomia. Significa que o baixo desenvolvimento afeta diretamente a população enquanto a autonomia afeta diretamente o Estado, portanto, as mudanças na estratégia de desenvolvimento são maiores tanto pelo objetivo de aumentar o bem-estar da população como para atrair eleitorado. Além das ações domésticas afetarem a política de desenvolvimento, o cenário internacional também contribui para essas alterações. Mas, para os autores o que mais alteraria a política de desenvolvimento é justamente as políticas domésticas.

Além disso, devido a essa busca por autonomia, universalismo e pelo desenvolvimento, a PEB é pautada por uma continuidade³² (KLEMI; MENEZES, 2016; MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012; VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2009). Destacam que mesmo que cada governo tivesse a sua estratégia para alcançar estes objetivos, este fator não poderia ser considerado como uma mudança na política externa, pois a essência da estratégia, a busca por autonomia e desenvolvimento, foi mesma, o que se altera é a maneira como se alcançaria estes objetivos.

Destaca-se que a questão da autonomia se apresenta a partir de dois aspectos: como um afastamento da ingerência estrangeira e no sentido de manter uma autonomia nacional. Ou seja, esta literatura brasileira compreende que existe uma autonomia regional em que a integração regional sul-americana é um espaço de contraposição as ingerências dos EUA e uma resposta a globalização. Mas, ao mesmo tempo, é um espaço que precisa levar em consideração as autonomias nacionais, aqui os autores destacam que isto ocorre principalmente devido a assimetrias existentes e a falta de interdependência econômica (COUTO, 2007; MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012; VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2014).

Em relação ao afastamento da ingerência estrangeira, a integração regional sul-americana permite com que o Brasil aumente a sua autonomia, principalmente em negociações com os EUA. Na Conferência de Chefes de Estado e de Governo das Américas (2005), por exemplo, os países do Mercosul conseguiram adiar as negociações da ALCA. Neste momento, nem o Brasil e nem a Argentina tinham

³² A continuidade ou não da política externa brasileira é um tema muito debatido pelos autores e não há um consenso sobre o tema. Na análise de Mariano e Ramanzini Junior (2012) eles partem do pressuposto que há sim uma continuidade, mas reconhecem que não há um consenso sobre o tema.

interesse em participar de um ordenamento liderado pelos norte-americanos. Os EUA no pós-Guerra Fria tentaram continuar a estratégia de integração hemisférica só que desta vez a partir do âmbito econômico, mas, acabou não se concretizando justamente porque os países da região buscavam uma atuação mais autônoma, principalmente em relação aos norte-americanos (PECEQUILO; CARMO, 2013; VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2009).

Por outro lado, a própria adoção das políticas neoliberais foi resultado de uma influência estrangeira norte-americana (KLEMI; MENEZES, 2016; LAMOSO, 2012; VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2009). No período pós-Guerra Fria, os países da região passaram por fortes crises econômicas e perceberam a estratégia liberal como uma alternativa para o seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo a vitória dos EUA na Guerra Fria sinalizou a vitória das perspectivas neoliberais e os países que desejassem serem parte do ordenamento norte-americano precisaram se adequar a essas estratégias.

Mas, a crise de 2008 encerrou qualquer possibilidade de se manter uma estratégia neoliberal e uma nova estratégia foi adotada, o neodesenvolvimentismo (KLEMI; MENEZES, 2016; VADELL; LAMAS; RIBEIRO, 2009). Este modelo se diferencia do desenvolvimentismo dos anos de 1950 por combinar elementos do neoliberalismo com o intervencionismo do Estado. Busca-se uma liberalização dos mercados, mas com intervenções do Estado “[...] para dinamizar o crescimento econômico, ao mesmo tempo que introduzem políticas sociais para atenuar a situação das camadas sociais discriminadas pela secular concentração de renda [...]” (KLEMI; MENEZES, 2016).

Ou seja, no neodesenvolvimentismo o Estado não participa diretamente no setor produtivo, de modo que a intervenção no Estado aconteceria para dar estímulos ao mercado, para garantir a distribuição de renda e impulsionar a democracia. A integração se inseriria nessa lógica de modo a ser uma resposta as políticas da globalização que eram vistas como limitadoras (KLEMI; MENEZES, 2016). Assim, a estratégia neodesenvolvimentista seria uma alternativa para solucionar os problemas causados pelas crises econômicas do neoliberalismo e como uma resposta a própria globalização. E o maior desafio do estabelecimento de políticas de desenvolvimento

para a região, consiste em estipular uma política de desenvolvimento que seja adequada para o Brasil e para a Argentina (VADELL; LAMAS; RIBEIRO, 2009).

Ao analisar o Mercosul, Pecequillo e Carmo (2013) afirmam que no período da sua criação, o bloco foi desenvolvido como resultado da globalização pela percepção do presidente Fernando Collor de que o bloco era resultado da globalização e da interdependência do cenário internacional. Mas, o cenário muda durante o governo FHC quando o presidente adota o conceito de globalização assimétrica, por perceber que a globalização não trazia os mesmos benefícios para todos os países, sendo que os mais beneficiados seriam os países do norte-global. Neste momento, a integração passou a ser vista como uma alternativa a globalização, significa, portanto, que a integração regional passa a ser um espaço para tentar superar essa condição de assimetria no cenário internacional.

Além disso, outras questões no cenário internacional impactam as estratégias de integração, principalmente no que versa sobre a questão econômica (JAGUARIBE, 2008; KLEMI; MENEZES, 2016; LAMOSO, 2012; PECEQUILO; CARMO, 2013; VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2009). Dada a ausência de complementariedade econômica da região, os Estados acabavam buscando construir relações econômicas com outros países, como os EUA ou a China que se tornou um parceiro comercial importante para a América do Sul. Além disso, o acirramento das disputas entre EUA e China, as dificuldades para a cooperação multilateral e o fortalecimento do conservadorismo se mostram como novos desafios ao Mercosul (MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR; VIGEVANI, 2021).

Em síntese, a PEB é pensada para afastar a ingerência estrangeira da região, mas pela falta de complementariedade econômica, os Estados sul-americanos estabelecem acordos com outros países de fora da região, principalmente no tema econômico. Além disso, fatores internos como as crises econômicas também dificultam a maior integração econômica, pois “na integração regional entre países em desenvolvimento, é difícil construir políticas compensatórias que facilitem a adesão social a um bloco regional” (MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR; VIGEVANI, 2021).

Por outro lado, Mariano e Ramanzini Júnior (2012) compreendem que o Brasil quer manter sua autonomia decisória, ao mesmo tempo que garante o seu desenvolvimento e a sua inserção internacional a partir da integração regional sul-

americana. Este interesse em manter a autonomia decisória, faz com que o Brasil defenda uma baixa institucionalidade dos sistemas de integração. É por esta razão que identificam que a PEB também influencia na estrutura dos blocos, ou seja, a estrutura do Mercosul foi formada para que o Brasil mantenha sua autonomia e consiga o maior desenvolvimento, é por essa razão que o bloco possui uma baixa institucionalidade e é pautado pelo intergovernamentalismo. Como resultado, o Mercosul é compreendido a partir do modelo do bloco estabelecido pelo Brasil pautado na baixa institucionalidade, com dificuldade em diminuir as assimetrias, como meio para alcançar autonomia e desenvolvimento e na defesa da democracia. A ideia de supranacionalidade não é um interesse brasileiro, pois não tem interesse em perder a soberania em determinados setores (VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2014).

Além disso, a baixa institucionalização também facilitaria a entrada de novos membros no bloco, pois o Mercosul é visto como o espaço que integraria toda a América do Sul (COUTO, 2007; VIGEVANI *et al.*, 2008; VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2009). Ademais, a defesa do intergovernamentalismo ocorre por não quererem fazer uma coordenação das suas políticas externas e pela indefinição e irregularidade do sistema internacional, isto faz com que o Brasil defenda que o sistema precisa ser flexível para se adaptar a estas mudanças (VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2009). Tanto os governos brasileiros como os argentinos, partiam de uma crítica aos moldes da integração da Europa por perceberem que o forte institucionalismo dificultava os rápidos avanços e a expansão do bloco para a ingressão de novos membros (VIGEVANI *et al.*, 2008).

Os governos desses países compreendem que o baixo institucionalismo é importante pelas próprias características da região de fortes assimetrias, baixa interdependência, com instabilidades macroeconômicas e por falta de complementariedade econômica. É por esta razão que Vigevani *et al.* (2008) reconhecem que essas características dificultam que a integração regional econômica seja o único motivador para o aprofundamento e continuidade da integração regional sul-americana.

Essa explicação é importante para entender que os demais processos de integração existentes na região podem ser percebidos como um caminho para

diminuir as assimetrias existentes, como também podem ser vistos como um outro caminho para pensar a integração regional para além da questão econômica-comercial. A partir do início do século XXI, os processos de integração se desenvolveram para melhorar a infraestrutura como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA), para a área social com o Parlamento do Mercosul e o FOCEM e pela preocupação em segurança e infraestrutura com a criação da UNASUL.

Além disso, Vigevani e Ramanzini Júnior (2014) comparam a PEB para o Mercosul e para a UNASUL. Notam que ao mesmo tempo que há uma mudança na estratégia para a UNASUL, também há uma continuidade. A continuidade consiste em manter um sistema de integração intergovernamental, mas que apresenta uma particularidade por não ter sido desenvolvido tendo como base a estrutura do bloco europeu. Em relação ao Mercosul, os autores compreendem que foi constituído dando uma margem para uma futura supranacionalidade, por ter sido construído para ser um mercado comum enquanto a UNASUL não foi pensada dessa forma.

O segundo aspecto de diferença entre as instituições, consiste nos objetivos, o Mercosul foi construído voltado para o desenvolvimento econômico, enquanto, a UNASUL foi construída pensando em outros temas de aspectos políticos e sociais. Destacam a questão da defesa com a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), entretanto, não consideram aqui que o próprio Mercosul se expandiu para considerar também as questões sociais e para tentar superar as assimetrias entre os membros.

O terceiro fator é que o cenário internacional não é o mesmo do período de criação do Mercosul e da UNASUL. O cenário do início do século XXI é marcado por diferentes processos de integração no qual os autores caracterizam este período por uma heterogeneidade. Entretanto, ao mesmo tempo que o Brasil buscava estabelecer sistemas de integração para além da questão comercial, outros países, principalmente na região andina, estabeleciam um sistema de integração com o viés comercial, a Aliança do Pacífico, e firmavam acordos de livre comércio com os EUA. Desse modo, Vigevani e Ramanzini Júnior (2014) compreendem que uma integração regional voltada para o desenvolvimento não seria suficiente, porque existiam diferentes percepções dentro da região de como superar essa condição.

O quarto aspecto é a questão da ingerência externa, destacam que a UNASUL foi construída para diminuir a presença dos EUA na região e como uma contraposição aos norte-americanos. O objetivo aqui era diminuir a influência de uma potência extrarregional nos assuntos da região. Para exemplificar esta questão, abordam a importância do CDS na resolução de conflitos na América do Sul. Com o CDS se estabeleceu um espaço de resolução de controvérsias²⁴ para os países da região onde antes precisavam recorrer a instituições que foram estabelecidas pelos EUA. Esse aspecto não deveria ser considerado como uma diferença, já que os próprios autores demonstram que o Mercosul se estabeleceu como um espaço de diminuição das políticas hemisféricas dos EUA.

O quinto aspecto é que percebem que neste momento o Brasil estava disposto a arcar com os custos da integração regional. O Brasil foi o principal impulsionador da criação do Banco do Sul para poder investir em empresas estrangeiras que não estivessem no Brasil. Vigevani e Ramanzini Júnior (2014) afirmam que esse movimento do Brasil não se relaciona com a autonomia. Mas, pode sim estar relacionado a questão de autonomia, pois se diminui a presença estrangeira em investimentos na região, impulsionando o seu desenvolvimento e, também o dos seus vizinhos. Compreende que no que tange a questão da autonomia, a UNASUL está mais relacionada a ela por ter sido construída levando-se em consideração outros temas importantes da região. Enquanto, o Mercosul não estaria tão relacionado por ter sido estabelecido pensando em alcançar o status de mercado comum, o que exigiria perder autonomia e soberania na integração regional.

Entretanto, ao mesmo tempo que há uma percepção de que a PEB é um impulsionador da integração sul-americana, também percebem que dificulta este processo. Essa percepção perpassa por uma questão da estrutura das instituições regionais e pelas tradições da política externa (KLEMI; MENEZES, 2016; MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012; ONUKI; OLIVEIRA, 2006; VIGEVANI *et al.*, 2008; VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2009, 2014). A percepção desses autores ocorre porque identificam a necessidade de uma supranacionalidade para o sucesso da integração e para diminuir as fragilidades.

A respeito da estrutura da integração, Mariano e Ramanzini Júnior (2012) atribuem a crise institucional do Mercosul a continuidade da PEB e as assimetrias

existentes. Entendem que a maior institucionalidade faria com que o Brasil precisasse romper com o principal preceito da sua política externa, a autonomia, desse modo, o país estaria inviabilizando o crescimento do Mercosul por criar limites a integração (MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012). Entretanto, os autores identificam que isso não afeta a expansão do bloco, pois novos membros são admitidos aumentando ainda mais a assimetria existentes. E compreendem que o Brasil parece aceitar essa característica, pois nada é feito para diminuir as assimetrias no bloco. Porém, parecem não considerar que a criação da IIRSA e do FOCEM como meios para reduzir as assimetrias, sendo esta uma característica desses sistemas de integração.

Por outro lado, Onuki e Oliveira (2006) tentam compreender a estrutura intergovernamental a partir das políticas de governo de esquerda e de direita e percebem que possuem estratégias distintas de política de integração. Essas estratégias estariam atreladas tanto a questão das pautas da integração, a sua estrutura e as formas de aliança. Para os governos de esquerda a integração teria um viés político social, pautado no intergovernamentalismo e formado por países em desenvolvimento. Enquanto para os governos de direita a principal temática são as questões comerciais, buscando acordos com os EUA e Europa e estariam mais propensos a criar instituições supranacionais por adotarem um liberalismo econômico de Estado mínimo. E os governos de esquerda são mais nacionalistas e estariam menos propensos a perder soberania quando comparado aos governos de direita.

Ademais os autores compreendem que a supranacionalidade é essencial para manter a estabilidade e diminuir as assimetrias. Os autores identificam que o nacionalismo deve ser considerado uma variável para compreender a integração regional, pois o nacionalismo leva com que os países não queiram estabelecer políticas supranacionais (ONUKEI; OLIVEIRA, 2006). Sendo assim, há um impacto direto por manter as assimetrias e afetar a estabilização da região. Mas, considerar com esse olhar para as políticas de governo não é possível explicar por que mesmo durante os governos de direita, políticas supranacionais não foram adotadas. Os autores aqui partem do princípio de que uma integração regional de sucesso precisa ter órgãos supranacionais, é mais uma vez olhar para a região sem considerar as suas particularidades.

Ademais, Azevedo (2004), Vigevani e Ramanzini Júnior (2014) assim como Klemi e Menezes (2016) compreendem que é necessária uma maior institucionalização do processo de integração para que consigam alcançar seus objetivos. Uma coordenação de políticas de desenvolvimento não foi possível aprofundar o bloco (KLEMI; MENEZES, 2016), isto porque exigiria que o Brasil rompa com o principal preceito da sua política externa, a autonomia (MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012). Esta ideia de Mariano e Ramanzini Júnior (2012) é porque se baseiam nos preceitos de Mattli (1999) e Haas (2004) no qual afirmam que em processos de integração deve haver perda de autonomia. Portanto, para esses autores, a baixa institucionalidade com seu caráter intergovernamental seria um problema para o aprofundamento da integração.

Esse argumento poderia ser reforçado ao identificarem que a partir do governo de Michael Temer há uma mudança na política externa para a região (MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR; VIGEVANI, 2021). Enquanto durante os anos de 1980, existia uma percepção de que o Brasil deveria ter uma participação mais ativa no cenário internacional de modo que a relação com a Argentina e a integração regional seriam um impulsionador desse processo e um espaço para aumentar o fluxo comercial do Brasil, as mudanças no cenário interno pela crise econômica dos países da região e o crescimento econômico chinês fez com que deslocasse o foco para a Ásia. E no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) se manteve este afastamento com região de modo que buscou uma relação estratégica com os EUA, principalmente durante o governo Donald Trump.

Porém, o sistema de integração não foi desenvolvido pensando em uma supranacionalidade, mas sim como um meio de alcançar autonomia, desenvolvimento e aumentar a projeção internacional. Reforçar essa necessidade de supranacionalidade, faz parecer que a integração regional não teve avanços significativos. Além disso, Vigevani e Ramanzini Júnior (2010) analisam um pensamento brasileiro, aqui traduzido nas ideias do Instituto Superior de Estudos

Brasileiros (ISEB)³³, Política Externa Independente (PEI)³⁴, do Pragmatismo Responsável (PR)³⁵, o desenvolvimentismo da CEPAL, os pensamentos da ESG³⁶, a Teoria da Dependência e as ideias de Celso Lafer e Samuel Pinheiro Guimarães³⁷. Os autores identificaram que essas teorias não buscam explicar uma integração regional, mas sim são desenvolvidas a partir da superação dos problemas estruturais do Brasil, o baixo desenvolvimento, a busca por maior autonomia e projeção internacional. Até a década de 1980, a integração regional não estava no centro do pensamento nacional, neste momento, há uma mudança pela democratização atrelada a crise do modelo de substituição de importações. A integração foi vista como um meio para se superar a crise, mas, antes desse momento, o desenvolvimento, a industrialização e o investimento estrangeiro estavam no centro do debate além de uma política externa mais alinhada aos EUA. Mas, a estratégia de política externa começa a mudar na década de 1970 com a política externa de Médici e Geisel da ideia do Brasil potência e de buscar uma política externa mais autônoma.

Percebem que este pensamento brasileiro é construído levando em consideração a dimensão continental e a aspiração de um papel de destaque do Brasil no sistema internacional e podem ser caracterizadas por um desenvolvimentismo, um

³³ Os objetivos do ISEB era construir uma política e estratégia de desenvolvimento a partir de um processo de industrialização nacional no qual o Estado teria um papel central e que proporcionasse superar a dependência das potências estrangeiras. E apresentavam uma forte crítica ao imperialismo, por buscarem demonstrar que existiam diferentes processos de desenvolvimento no Norte e no Sul. (VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2010).

³⁴ A PEI tem um viés desenvolvimentista pelo aprofundamento da industrialização, além da política externa mais autônoma frente aos EUA (VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2010).

³⁵ O PR tinha os mesmos objetivos que a PEI, mas se diferencia na maneira de compreender a relação com a Argentina (VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2010). Durante a PEI as relações com a Argentina eram vistas apenas nos pontos de convergência e sem considerar a questão da integração regional, isto muda com a PR devido as percepções de Geisel e Silveira em relação a Argentina e pelo peso político do Brasil na região (VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2010).

³⁶ A ESG tem como objetivo desenvolver e consolidar os preceitos necessários para o planejamento da segurança nacional, de modo que o pensamento da ESG seria o pensamento geopolítico brasileiro (VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2010). Para os autores, o principal autor desta corrente é o Golbery que compreende que a segurança só seria possível pelo fortalecimento do poder nacional que só aconteceria pela maior projeção internacional considerando a singularidade brasileira (posição geográfica e dimensão continental) e por uma aliança não automática com os EUA. No que tange a América do Sul, a região era vista como uma projeção de poder do Brasil, em que na integração regional, o Brasil possuiria o controle pela sua singularidade e seria mais estável que os demais países da região (VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2010).

³⁷ Por mais que esses autores tenham ideias diferentes, compreendem que a PEB deve ser pautada pela autonomia e o universalismo de modo a identificarem a integração regional como uma estratégia da inserção internacional do Brasil (VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2010). Identificam a aliança estratégica com a Argentina como fundamental para a integração regional e o Cone Sul como principal espaço para se iniciar a integração.

americanismo, como nacionalistas e antiamericanistas, mas não possuem um viés latino-americano. Pela falta de um viés latino-americano, Vigevani e Ramanzini Junior (2010) sinalizam que esta é uma das razões para a dificuldade de se construir sistemas regionais mais estruturados. Mais uma vez se reforça a ideia de que a integração é um meio e não um fim em si mesma.

Em relação a questão de o Brasil atuar como *paymaster* da integração regional, o país deveria ocupar esta posição para uma maior liderança na região, demonstrando a vantagem de fazer parte do sistema de integração (PECEQUILO; CARMO, 2013). E devido a ideia de que um Estado central deveria ter a disposição e capacidade para arcar com os custos da integração (MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012). A ideia de Pecequilo e Carmo (2013) está relacionada ao fato de que devido aos princípios de não-intervenção e não ingerência, durante muitos anos o Brasil adotou uma postura de uma liderança sem fornecer garantias aos demais países. Desse modo, o Brasil deveria criar mecanismos para garantir que todos os membros do bloco tenham seus interesses garantidos (PECEQUILO; CARMO, 2013). Essa postura começa a mudar com a criação da IIRSA e do FOCEM voltados para diminuir as assimetrias entre os países da região (PECEQUILO; CARMO, 2013).

Por outro lado, Mariano e Ramanzini Junior (2012) compreendem a atuação do Brasil como *paymaster* da integração regional a partir do conceito atribuído por Mattli (1999). Este autor afirma que os processos de integração que mais avançaram tiveram a atuação de um Estado central que teria disposição e capacidade para arcar com os custos da integração, custos estes tanto financeiros como políticos e institucionais para a formação do sistema regional de governança. Mas, o que Mariano e Ramanzini Júnior (2012) observam é que o Brasil demonstra falta de interesse e capacidade para atuar como *paymaster*. A questão aqui é que a ideia de Mattli (1999) parte da análise do autor sobre o papel da Alemanha para o desenvolvimento da integração europeia, mostrando que toda a análise proposta por Mariano e Ramanzini Júnior (2012) é baseada em um modelo europeu de integração.

Essa falta de capacidade do Brasil de exercer esse papel é que o próprio país possui suas fragilidades internas, fragilidades estas econômicas e estruturais (PECEQUILO; CARMO, 2013), mas que não são consideradas pelos autores. Portanto, ao comparar o papel da Alemanha com o papel que o Brasil deveria exercer

é desconsiderar que os dois países possuem realidades completamente distintas. Os próprios autores, Mariano e Ramanzini Júnior (2012), ressaltam a importância de se considerar a história, o território, as particularidades da região para compreender sua atuação. E, mesmo considerando esses aspectos fazem uma comparação com dois países completamente distintos.

Entretanto, posteriormente, Mariano, Ramanzini Júnior e Vigevani (2021) destacam que o Brasil tem dificuldades em ser o *paymaster*, principalmente devido a problemas estruturais no país. Por mais que apresente a maior dimensão continental, econômica e populacional, apresenta problemas nos indicadores de desenvolvimento humano e paridade de poder de compra. Este problema estrutural não só afeta a vontade do país em exercer este papel, mas, também afeta as expectativas que os vizinhos têm de que o Brasil diminuiria as assimetrias entre os países. Tendo estes problemas estruturais, o país priorizaria resolver estas questões primeiro, entretanto, os autores destacam que concessões pontuais são feitas, porém, não são suficientes.

Sendo assim, por mais que reconheçam a necessidade da atuação do Brasil como um *paymaster*, também reconhecem que existem obstáculos para ocupar esta posição devido aos problemas estruturais do país. Então, considerar este aspecto como importante, parece reforçar que os avanços da integração sul-americana sempre serão limitados. Talvez a melhor maneira de compreender o papel do Brasil seria a partir da ideia de hegemonia cooperativa brasileira, no qual o país divide com os demais Estados da região os custos e as responsabilidades da integração (MEDEIROS; TEIXEIRA JÚNIOR; REIS, 2017).

Em contrapartida, a relação entre Brasil e Argentina também é percebida como o principal eixo da integração regional sul-americana, no qual o fim das rivalidades, a percepção de objetivo em comum de maior autonomia e se afastar da ingerência estrangeira possibilitaram a construção de um sistema de integração regional (FUCCILLE; LUCIANO; BRESSAN, 2021; KLEMI; MENEZES, 2016; MATHIAS; GUZZI; GIANNINI, 2008; MIYAMOTO, 2002; PECEQUILO; CARMO, 2013; SPEKTOR, 2002; VIGEVANI; MARIANO; MENDES, 2002; VIGEVANI *et al.*, 2008; VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2009). Além disso, a redemocratização também é um impulsionador da integração regional, em um sentido de que a democracia e a

integração estão diretamente relacionadas, no qual uma impulsiona a outra (FUCCILLE; LUCIANO; BRESSAN, 2021; MIYAMOTO, 2002; VILLA, 2006).

A relação do Brasil e da Argentina mudou com a resolução da questão de Itaipu (1979) no qual colocou fim em uma disputa geopolítica (MATHIAS; GUZZI; GIANINNI, 2008; PECEQUILO; CARMO, 2013; SPEKTOR, 2002). A resolução deste contencioso fez o Brasil mudar de fato sua estratégia de política externa em relação a Argentina, no qual os argentinos passaram a ocupar o centro da sua estratégia de inserção internacional. Sendo assim, a estratégia de inserção internacional brasileira perpassa pela Argentina, essa centralidade fez com que surgisse um novo cenário regional, a integração sul-americana.

Ao analisar a mudança da PEB para a Argentina, Spektor (2002) delimita que até o governo de Ernesto Geisel (1974-1979) o que imperava era a cordialidade oficial que tinha os seguintes princípios:

[...] (a) uma postura tolerante em relação ao elevado perfil da diplomacia argentina em assuntos regionais, hemisféricos e globais, (b) a sistemática busca de faixas de cooperação com aquele país no intuito de diluir potenciais desentendimentos, (c) a inclusão da Argentina nas iniciativas internacionais do Brasil, e (d) a promoção de bons ofícios entre Buenos Aires e Washington sempre que o sensível relacionamento entre as duas capitais apontasse para o confronto (SPEKTOR, 2002, p. 118).

Dessa maneira “esperava-se diluir, mediante esses mecanismos, o potencial perturbador que a Argentina exercia sobre a política externa brasileira no contexto da nova estrutura política da América do Sul” (SPEKTOR, 2002). Esse “potencial perturbador” seria porque o país era o único capaz de disputar a hegemonia regional com o Brasil, deste modo, o Brasil atuava buscando áreas de entendimento para a cooperação entre eles e a atuava como um elo entre os EUA e Argentina.

O autor faz uma longa análise sobre as estratégias desse período, esse trabalho não tem como objetivo analisar o longo processo de rivalidade e cooperação bilateral entre os dois países, mesmo reconhecendo a relevância para a integração regional. Entretanto, o autor identifica elementos importantes para o rompimento da cordialidade oficial: as relações com os EUA, o desenvolvimento brasileiro e as mudanças conjunturais (SPEKTOR, 2002). Dentre estes elementos, as relações com os EUA e as mudanças conjunturais são importantes para compreender o próprio processo de integração regional.

A respeito das mudanças conjunturais, a resolução da questão de Itaipu sinalizou a mudança da geopolítica da região. A disputa ocorreu pela utilização de recursos hídricos no Prata e este conflito se iniciou pelo fato do Brasil ter negociado com o Paraguai para a utilização dos recursos hídricos sem consultar a Argentina. Sendo que os argentinos compreendiam que deveriam ter sido consultados porque para as obras em rios internacionais é necessária consulta prévia. Os argentinos, para legitimar seu argumento, utilizaram como exemplo os casos em que o Brasil fez acordos com os ingleses³⁸ e uruguaios³⁹ concordando com a consulta prévia e o acordo referente a construção da represa de Salto Grande⁴⁰.

Nesse momento, diferentemente do período da cordialidade oficial, o Brasil não procurou encontrar canais de diálogo, não incluiu a Argentina em diálogos regionais⁴¹, muito menos manteve sua postura mediadora no relacionamento entre EUA e Argentina e não manteve a postura de tolerância a política externa argentina que nesse momento tinha um perfil denunciante (SPEKTOR, 2002). Este perfil denunciante compreendido por Spektor (2002) ocorre justamente pela postura argentina de procurar denunciar o projeto brasileiro em foros internacionais e entre os vizinhos sul-americanos⁴² com o objetivo de isolar o Brasil de modo que acabasse aceitando negociar com a Argentina.

Os desentendimentos em relação a questão de Itaipu se intensificaram durante o governo Geisel, Spektor (2002) demonstra aqui que isto é resultado da política externa do governo do Pragmatismo Responsável⁴³ e pela percepção da

³⁸ Em 1932, Brasil e a Grã-Bretanha acordaram que qualquer projeto nas áreas ribeirinhas entre Brasil e a Guiana Inglesa só aconteceria pelo consentimento entre os dois Estados (SPEKTOR, 2002).

³⁹ Em 1933, acordou-se com o Uruguai no Estatuto Jurídico de Fronteira entre Brasil e Uruguai que se estabeleceu a não realização de obras que pudessem modificar ou alterar a qualidade das águas de um rio fronteiro sem o consentimento do outro Estado (SPEKTOR, 2002).

⁴⁰ Em 1960, Argentina, Brasil e Uruguai, a pedido do Brasil, concordaram em consultar as populações ribeirinhas em caso da modificação do rio Uruguai (SPEKTOR, 2002).

⁴¹ Spektor (2002) demonstra que a formação do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) é um exemplo dessa situação, o governo brasileiro convidou a todos os países da América do Sul, com exceção da Argentina, para que assinassem um acordo político voltado para a convergência regional. O Brasil tinha como objetivo fortalecer os laços de amizade com a região em um momento no qual a Argentina tentava isolar os brasileiros. O TCA faz parte da estratégia brasileira de contenção as posições argentinas na América do Sul (SPEKTOR, 2002).

⁴² Com o Uruguai, a diplomacia argentina estabeleceu concessões tarifárias aos uruguaios para acabar com os déficits comerciais na balança de pagamentos uruguia. Já com a Bolívia, houve um acordo que apoiava as posições argentinas e dava espaço para que a Argentina participasse das questões amazônicas. E com o Chile, a Argentina cedeu a administração de catorze bacias andinas aos chilenos para que apoiassem a tese da consulta prévia. (SPEKTOR, 2002).

⁴³ Spektor (2002) define o Pragmatismo Responsável da seguinte forma: "Sinteticamente, é possível sugerir que esse paradigma consistiu na exploração de oportunidades que emanavam da flexibilização

diplomacia brasileira⁴⁴ e argentina⁴⁵ da época. Até aconteceram tentativas de negociação técnica entre ambos os países para se chegar a um consenso na questão de Itaipu, mas se mostrou difícil nesse período ora pelas posições argentinas e ora pelas posições brasileiras.

Spektor (2002) demonstra que a postura brasileira de oposição a Argentina é alterada durante o governo Figueiredo e, é neste momento que se inaugura uma nova estratégia de política externa que forneceu as bases para a política de integração na década de 1990. A partir de 1979, Figueiredo estabeleceu que a Argentina deveria ocupar um espaço importante para a política externa, portanto, não deveria haver um retorno a cordialidade oficial onde só havia cooperação em áreas onde não havia conflito e buscar inserir os países nos diálogos com as potências. O Brasil já apresentava a autonomia como um preceito da sua política externa, sendo assim, deveria buscar um espaço para contrapor as políticas norte-americanas, espaço esse que a parceria com a Argentina era fundamental. O autor define que a estratégia com a Argentina tinha o seguinte propósito:

A qualificação do relacionamento com a Argentina ocorreu, portanto, no marco das parcerias estratégicas, qual seja (a) a perseguição dos elementos cruciais que o aparelho de Estado define como desenvolvimento econômico (mercados, tecnologias, fontes de energia), (b) a promoção da concertação internacional nos fóruns multilaterais, (c) a articulação de uma alternativa factível às tradicionais “relações especiais” com os Estados Unidos, (d) o aumento significativo dos fluxos econômicos, e (e) a consecução de presença internacional própria (SPEKTOR, 2002, p. 136).

O perfil personalista do presidente Figueiredo foi muito importante para sinalizar a disposição brasileira com uma nova estratégia para a Argentina e a mudança de paradigma foi impulsionada pela assinatura da Ata para a Integração

do confronto Leste-Oeste. Na prática, isso significava: as vantagens de negociar com uma Europa fortalecida e crescentemente autônoma em relação aos desígnios norte-americanos; a possibilidade factível de negociar acordos com regimes marxistas, o apoio às independências africanas e à causa palestina; e a busca da cooperação horizontal com outras potências regionais, principalmente no campo energético e científico-tecnológico. A orientação externa do governo Geisel representou o desenvolvimento do paradigma externo acumulado com mais ou menos intensidade desde Vargas, qual seja a instrumentalização da diplomacia em busca de insumos para o projeto nacional-desenvolvimentista.”

⁴⁴ O diplomata brasileiro Antonio Silveira tinha uma visão contrária a Argentina por compreender que era um país com dificuldades em estabelecer uma estratégia clara de política externa devido às tensões históricas na sociedade argentina; e a uma inversão de expectativas nas duas estratégias comerciais, industriais, entre outras áreas que poderia levar a uma ameaça regional (SPEKTOR, 2002).

⁴⁵ O diplomata argentino Oscar Camilión compreendia que era papel da diplomacia Argentina convencer os brasileiros que o tema do rio Paraná deveria ser decidido também com a Argentina tendo como pena a deslegitimação internacional em relação a questão (SPEKTOR, 2002). Além disso, defendia que a dificuldade de negociar era culpa das posições brasileiras e não argentinas.

Argentino-Brasileira (1986) e pelo Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (1988) (SPEKTOR, 2002). A questão do presidencialismo é vista como uma característica importante para a integração regional, mas desentendimento entre estes atores poderiam frear os avanços da integração (MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012).

Essa mudança da política externa brasileira para estabelecer a Argentina como o centro da sua política externa, fez com que durante a Guerra das Malvinas (1982) o Brasil adotasse uma postura de neutralidade. Mathias, Guzzi e Giannini (2008), destacam que a resolução de Itaipu, a neutralidade brasileira na Guerra das Malvinas e os diálogos nas questões nucleares foram importantes para a construção da integração regional. Já Pecequillo e Carmo (2013) compreendem que esses dois fatores atrelados a crise econômica do modelo de substituição de importação, consolidam a cooperação bilateral argentino-brasileira e levam a uma agenda integracionista. A Declaração de Iguazu (1985), para os autores, representa uma mudança da relação dos países ao estabelecerem uma cooperação com fins pacíficos na área de energia nuclear e estabelecerem a integração econômica e em infraestrutura como um objetivo a se alcançar.

Por outro lado, Saraiva (2008) e Fuccille, Luciano e Bressan (2021) demonstram que a aproximação entre Brasil e Argentina levaram a estabilização na segurança da região. Com a resolução da questão de Itaipu, observou-se que Brasil e Argentina construíram mecanismos de confiança mútua onde assinaram acordos nas áreas nucleares, atuaram de forma conjunta na resolução de conflitos da região⁴⁶ e realizaram exercícios militares conjuntos. Em 1997 estabeleceram o conceito de Aliança Estratégica e criaram o Mecanismo Permanente de Consulta e Coordenação Bilateral em Matéria de Defesa e Segurança Internacional e o Mecanismo de Consulta entre Estados-Maiores.

Ademais, Villa (2006) e Fuccille, Luciano e Bressan (2021) identificam a redemocratização como um fator que impulsionou a integração regional. Esta percepção sobre a questão democrática está diretamente relacionada a uma observação do modelo europeu. A democracia se tornou um critério formal para participação da UE, mas em nenhum momento houve um rompimento dos valores

⁴⁶ Em 1995, o presidente brasileiro FHC estabeleceu a Missão de Observadores Militares Equador-Peru (MOMEPE) junto com Argentina, Chile e EUA para mediar o conflito entre Equador e Peru.

democráticos, fazendo com que seja apenas um instrumento formal para participar do bloco (HOFFMANN; SOUZA NETO; 2007). Mas, acabou gerando uma interpretação de que a democracia e a integração regional estão diretamente relacionadas, quanto maior forem os valores democráticos, maior seria a integração (FUCCILLE; LUCIANO; BRESSAN, 2021; MATHIAS; GUZZI; GIANNINI, 2008; VILLA, 2006).

A democracia teria, portanto, gerado uma percepção positiva entre os países da região levando a uma maior cooperação entre eles. Para Villa (2006) a importância dada a democracia ocorre devido a questões sistêmicas: a vitória dos EUA na Guerra Fria sinalizou a democracia como um valor universal e como uma condição para se inserir no arcabouço internacional; e pela criação das cláusulas democráticas⁴⁷ nos anos de 1980 no âmbito da OEA como um valor normativo de defesa da democracia nas Américas. Essas condições teriam influenciado com que o Brasil inserisse na sua política externa uma preocupação com a defesa dos valores democráticos e teriam procurado estabelecer o Protocolo de Ushuaia no Mercosul que condiciona a democracia como fundamental para a integração e que em caso de rompimento da ordem democrática um membro do bloco seria suspenso (BRASIL, 1998).

Além disso, com a redemocratização, Brasil e Argentina conseguiram construir objetivos em comuns que só foram possíveis de serem identificados por adotarem regimes democráticos (VILLA, 2006). Esses objetivos seriam voltados para o desenvolvimento e o desarmamento e com esses dois pilares, Brasil e Argentina conseguiram construir medidas de confiança mútua pautadas nos interesses em comum e na auto-governança (VILLA, 2006). Assim, Brasil e Argentina além de garantirem seus interesses, poderiam regular um ao outro.

Já Miyamoto (2002) identifica que com a redemocratização, os argentinos viram uma necessidade de recuperar sua posição internacional e seu desenvolvimento e para isto, precisava abandonar sua postura de rivalidade tanto com o Brasil como com o Chile. O Brasil também teve esta posição e com a resolução da questão com a Argentina, sua política de segurança e defesa se deslocou para a Amazônia. Esta região já estava na pauta do Estado brasileiro, mas suas políticas de defesa e segurança precisavam se dividir entre a região e a região do Prata.

⁴⁷ No período analisado por Villa (2006) destaca que as medidas foram aplicadas no Haiti (1991), Peru (1992), República Dominicana (1994) e Paraguai (1996).

Por outro lado, Fuccille, Luciano e Bressan (2021) defendem que democracia e a integração regional estão diretamente relacionadas de modo que uma sustenta a outra. Essa percepção sobre a relação entre democracia e integração acontece por partirem das ideias de Etzioni (1968) e Haas (1963) que defendem que a democracia é fundamental para o aprofundamento do bloco, ou seja, a maior institucionalização de um bloco com perda de soberania só aconteceria caso garantissem os interesses de todas as camadas da sociedade. Em governos autoritários não seria possível a criação de sistemas de integração porque não seria possível identificar valores em comum, possibilitar a livre circulação de pessoas e o entrelaçamento de culturas.

Sendo assim, a Declaração de Iguazu (1985), na visão de Fuccille, Luciano e Bressan (2021), consolidou a agenda democrática na região, pois demonstrava os interesses desses países em construir uma integração regional. Com a criação do Mercosul, a democracia já estava presente em discursos oficiais, sendo considerada um pressuposto para a integração regional. Com o aumento das instabilidades políticas da região, no âmbito do Mercosul criou-se instrumentos formais para a proteção da democracia da região. Em 1996 aconteceu a crise democrática no Paraguai que levou a formação dos primeiros mecanismos para a proteção da democracia, a Declaração sobre Compromissos Democráticos (1996) e o Protocolo de Ushuaia (1998). Mas, novas crises democráticas fizeram surgir tanto no Mercosul como na UNASUL fazendo com que novos mecanismos de proteção a democracia fossem criados, como por exemplo, o Protocolo de Ushuaia II (2011) em que se atualizava os termos do protocolo anterior e adicionava novas medidas como o fechamento de fronteiras e sanções econômicas.

Porém essas medidas mostraram sua fragilidade quando o Brasil passou por um período de instabilidade política que levou ao *impeachment* da presidente Dilma. Neste momento, não houve nenhuma declaração nem do Mercosul nem da UNASUL sobre a situação brasileira. E nos episódios de instabilidade anteriores, o Brasil junto com a Argentina tiveram um papel fundamental na estabilização da região, os autores compreendem que isto aconteceu pela baixa institucionalidade em que as instituições não funcionam de maneira independente e por ter afetado o *paymaster* da integração regional.

Além disso, percebem que o alinhamento ideológico tem um papel importante para a consolidação democrática na região. Veem as reações rápidas as crises

democráticas devido aos alinhamentos dos governos daqueles momentos. Na década de 1990 a cláusula democrática ficou voltada para a proteção das medias liberais, nos anos 2000 a reação a crise paraguaia ocorreu porque setores da direita do país queriam tirar do poder um governo de esquerda e a suspensão da Venezuela ocorreu pelo retorno a governos de direita ao poder.

Entretanto, o problema desta interpretação de Villa (2006) e Fuccille, Luciano, Bressan (2021), é que não explica por que antes das ditaduras militares os sistemas de integração não deram certo, parece não considerar a disputa geopolítica entre os dois países, muito menos o rompimento da democracia pela ditadura militar e que Brasil e Argentina começaram um processo de aproximação ainda durante as ditaduras militares, onde não havia defesa de valores de democráticos. Mesmo no que tange as questões nucleares, foi durante a ditadura militar que iniciaram as negociações para diminuir desconfianças entre eles, o próprio Villa (2006) observa que em 1978 havia ocorrido um exercício militar conjunto com a Operação Fraternal e que em 1981 já houve a assinatura de acordos voltados a área nuclear. Mathias, Guzzi e Giannini (2008) na área de defesa, destacam que já na década de 1980 já existiam iniciativas conjuntas entre as Forças Armadas com o início das reuniões anuais dos Estados-Maiores. A questão da defesa da democracia ocorre justamente por terem passado por uma ditadura militar com um longo período de rompimento democrático.

Em contrapartida, sobre a questão do desenvolvimento enfatizada por Spektor (2002) está relacionada ao fato de que os dois países adotaram estratégias de desenvolvimento completamente distintas, o Brasil desde 1930 buscou o seu desenvolvimento industrial, mas nesse período os argentinos ainda mantiveram uma política agroexportadora. Mas, foi durante a ditadura militar que o Brasil transformou esse desenvolvimento industrial como parte da política externa em que via a América Latina como o espaço para o desenvolvimento dessas políticas e não especificamente a Argentina (SPEKTOR, 2002).

Com a diminuição das desconfianças entre eles, Brasil e Argentina puderam coordenar suas políticas para buscar o desenvolvimento com o Mercosul (PECEQUILO; CARMO, 2013; SARAIVA, 2008). Viam o bloco como um espaço para conseguiriam resolver seus problemas internos de inflação, dívida externa, baixo desenvolvimento e industrialização e aumento da pobreza. Além disso, também seria uma alternativa as questões internacionais com o mundo no pós-Guerra Fria se

dividindo em diferentes blocos. Mas, em vez de adotarem uma estratégia mais autônoma, adotaram a estratégia neoliberal (VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2009).

Esta avaliação dos autores se relaciona com a questão da relação do Brasil e da Argentina com os EUA. Os dois Estados possuem estratégias distintas de inserção internacional, mas que a partir da década 1980 o cenário internacional foi favorável para uma aproximação devido a redemocratização, as críticas as políticas norte-americanas e ao fracasso da Rodada Uruguai (MIYAMOTO, 2002). Esta ideia se relaciona com a questão de que os EUA afetavam a percepção que Brasil e Argentina tinham um sobre o outro (SARAIVA, 2008; SPEKTOR, 2002).

Enquanto o Brasil buscou uma política externa para construir uma amizade e um alinhamento que não era um alinhamento automático com os norte-americanos, os argentinos tiveram uma política externa anti-americana. Deste modo, até 1960 o Brasil atuava como um elo entre os norte-americanos e os argentinos, mas a mudança da política externa argentina para um maior alinhamento com os EUA fez com que o Brasil precise buscar uma outra estratégia (SPEKTOR, 2002). Mesmo com a resolução dos seus contenciosos e com o estabelecimento do sistema de integração regional, a relação com os EUA continua sendo uma pauta importante na percepção dos países. A integração regional foi resultado de uma coordenação dos interesses em maior autonomia para diminuir a ingerência dos EUA da região.

Saraiva (2008) demonstra que, diferentemente do Brasil que estabeleceu a Argentina como principal eixo da PEB, os argentinos estabelecem sua política externa ora voltada para o Brasil ora voltada para os EUA. E a integração regional teria sido o resultado da coordenação política entre os dois países. Mas, como a política externa argentina tem esse comportamento voltado para priorizar os dois países, possibilita ainda mais a ingerência norte-americana na integração sul-americana. A questão aqui é que os argentinos veem a relação com os dois países de modo a contrabalancear as assimetrias existentes entre eles. E, também porque viam o Brasil com uma forte instabilidade econômica, desse modo, os norte-americanos seriam uma alternativa para os argentinos manterem seu desenvolvimento devido a essa fragilidade brasileira.

Esta postura teria ficado evidente durante a crise da desvalorização do real, no qual a Argentina também passou por um período de recessão e buscou os EUA

como um espaço para melhorar sua situação (SARAIVA, 2008). Mas, os argentinos não tiveram a resposta desejada e viram que deveriam realmente privilegiar a relação com o Brasil que mesmo com a crise, manteve a Argentina no centro da sua política externa.

Além disso, o próprio cenário internacional favoreceu a construção de um sistema de integração mais autônomo. No pós-Guerra Fria os EUA adotaram uma política externa unilateral e houve uma transferência das suas preocupações de segurança para Oriente Médio, com a menor presença norte-americana, a América do Sul conseguiu construir mecanismos de integração regional sem a presença da potência (VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2009). Por outro lado, a vitória dos EUA na Guerra Fria sinalizou a vitória de perspectivas neoliberais, em que os países para serem parte do ordenamento norte-americano precisaram se adequar a estas estratégias, o que explicaria o motivo pela adoção de políticas neoliberais pelo Brasil e a Argentina no sistema de integração regional. Em contrapartida, Saraiva (2008) demonstra que tanto o governo brasileiro (Fernando Collor) como o governo argentino (Carlos Menem) deste período via as estratégias liberais como a melhor alternativa para o desenvolvimento, então, a adoção das políticas liberais teria sido uma coordenação entre eles.

Mas, mesmo neste período, Argentina e Brasil já buscavam uma integração regional que não contasse com a participação norte-americana, a própria criação do Mercosul é um exemplo dessa coordenação política para se afastar da ingerência estrangeira. Na verdade, muito mais do que a integração regional ser um caminho para o desenvolvimento, é principalmente um caminho para superar a dependência do investimento estrangeiro, para aumentar a autonomia e a projeção internacional do país sem entrar em confronto com os EUA (PECEQUILO; CARMO, 2013; VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2009).

Deste modo, a integração regional sul-americana é uma resposta a globalização que é um resultado da hegemonia norte-americana em que eles são os maiores beneficiados por este sistema por terem maior vantagem competitiva (JAGUARIBE, 2008). Com esse cenário, os processos de integração regional surgem como uma resposta a globalização, é uma busca desses países por ações que “[...] preservem sua autonomia cultural, econômica e política” (JAGUARIBE, 2008). Deste

modo, a criação do Mercosul é resultado desse processo, assim como a formação da CASA, posteriormente UNASUL, sendo esta um passo importante para uma maior autonomia da região e para a consolidação de uma maior integração, porque haveria a “ampliação de sua capacidade econômica e tecnológica, gerando um sistema dotado de alto poder internacional de negociação e de elevada margem de autonomia” (JAGUARIBE, 2008).

Mas, existem dois momentos importantes que os EUA tiveram um impacto na integração regional. Na década de 1990 com o governo Menem houve a busca por um alinhamento com os norte-americanos e um desejo de conquistar o status de aliado extra-OTAN. A questão aqui é que a PEB buscava um afastamento da ingerência norte-americana⁴⁸ e via este desejo dos argentinos com desconfiança. E Menem tinha o desejo de fazer parte da ALCA (SARAIVA, 2008), algo que não fazia parte do interesse brasileiro. A pauta da ALCA é alterada com a mudança de governo por justamente perceberem que existe uma assimetria muito grande na relação argentina com a potência.

Por outro lado, o governo Bolsonaro, durante a era Donald Trump, também adotou uma postura de maior alinhamento com os norte-americanos similar ao período Menem. Porém, apenas a relação preferencial com os norte-americanos é similar ao governo Menem, pois o presidente argentino ainda manteve relações com o Brasil tanto que o Tratado de Assunção foi assinado durante o seu governo (SARAIVA, 2008). Enquanto no atual governo brasileiro, há fortes declarações contra o Mercosul e ao atual presidente argentino Alberto Fernández que dificultam qualquer tentativa de coordenação entre os países para a política de integração (FUCCILLE; LUCIANO; BRESSAN, 2021). Mas, mesmo neste cenário de distanciamento entre os Estados, não houve um retorno a um cenário de possível conflito, ou seja, os mecanismos de confiança mútuo construídos ao longo do tempo foram efetivos. Em

⁴⁸ Vigevani *et al.* identifica que a presença norte-americana na região é vista com desconfiança pelos brasileiros. No período analisado pelos autores, os momentos que os EUA tiveram uma participação mais ativa na região gerou uma maior desconfiança na relação com vizinhos: relatam sobre o governo de Carlos Menem; com o Paraguai pela possibilidade da instalação de uma base militar norte-americana no país; e a possibilidade de um acordo comercial entre Uruguai e EUA. No caso do Paraguai, o Brasil, estabeleceu acordos bilaterais para o combate ao tráfico de drogas para evitar a instalação da base militar norte-americana como existe na Colômbia.

contrapartida, não aconteceram avanços nos sistemas de integração e o Brasil se encontra isolado região.

Em síntese, a relação bilateral entre Brasil e Argentina é fundamental para a integração regional. A coordenação política dos dois países permitiu que se construísse um sistema de integração, portanto, os objetivos de garantir maior autonomia, desenvolvimento, afastar a ingerência externa e a defesa da democracia não são apenas interesses brasileiros (KLEMI; MENEZES, 2016; VIGEVANI; MARIANO; MENDES, 2002; VIGEVANI *et.al*, 2008). Assim como na PEB, para a política externa argentina não havia um interesse em perder soberania, portanto uma maior institucionalização também não faz parte dos interesses da Argentina justamente porque não queria perder a liberdade na condução da política comercial (VIGEVANI *et al.*, 2008 *apud* VAZ, 2002).

2.2 IDENTIFICANDO AS CONDICIONANTES DA INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANA

A análise dos preceitos dos autores demonstra que a integração regional sul-americana é pautada por uma mudança na estratégia de PEB no qual passou a privilegiar a América do Sul como espaço preferencial e tem a relação bilateral com a Argentina como principal eixo da integração regional. Mas, dentro desta interpretação existem dois eixos distintos: o primeiro voltado para a centralidade do papel do Brasil para os avanços da integração regional e o segundo voltado para a relação Brasil e Argentina como o eixo da integração regional sul-americana.

Quando enfatizada a questão da centralidade brasileira, compreendem que o Brasil é o principal motivador da integração regional e sendo o principal Estado da região, os interesses da política externa também seriam os interesses dos processos regionais. Desse modo, os objetivos da integração regional sul-americana de busca de maior autonomia, desenvolvimento, inserção internacional, afastar a ingerência estrangeira e a defesa da democracia seriam, na verdade, os objetivos da PEB que foram transferidos para a integração regional dado que é o país com maiores credenciais políticas e econômicas da região.

Além disso, o Brasil deveria atuar como o *paymaster* da integração regional, ou seja, deveria arcar com os custos da integração, de modo a criar credenciais que garantam os interesses de todos e criando medidas de compensação para os países com menores credenciais econômicas e de infraestrutura. Mas, o problema aqui é que

o próprio Brasil possui limitações para exercer este papel e, por mais que identifiquem esta questão, ainda defendem que o Estado deveria exercer esta função.

Outro problema desta análise centrada apenas no papel brasileiro, é não considerar o eixo Brasil e Argentina como impulsionador da integração regional. A mudança da política externa para privilegiar a América do Sul é muito importante para a construção da integração regional, mas a formação do Mercosul e de outros blocos de integração não é apenas resultado da PEB, mas sim uma coordenação dos interesses destes dois países. A integração regional, portanto, é o resultado da coordenação dos interesses argentinos e brasileiros. Desse modo, os interesses por maior autonomia, desenvolvimento, maior inserção internacional, se afastar da ingerência estrangeira e a defesa da democracia seriam interesses destes dois países.

A mudança na política externa desses Estados motivada pela resolução da questão de Itaipu foi o primeiro passo para a construção da integração regional. A política externa é importante por manter a ideia de que a relação com a Argentina é fundamental, pois a integração regional perpassa por esta relação bilateral. Essa ideia se manteve presente desde a década de 1980 até uma mudança no atual governo brasileiro que tem uma postura de afastamento dos argentinos e da região como um todo. O Brasil, assim como a Argentina, se retirou da UNASUL e ingressou o Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL) que não teve nenhum avanço significativo e nem foi uma iniciativa brasileira e argentina. Mostrando que a atual política externa não compreende que a sua inserção regional passa pela Argentina e não há um interesse em fomentar o fortalecimento de políticas regionais.

A questão aqui é que ao mesmo tempo que o Brasil e a mudança da sua política externa foram importantes para ter um olhar para a região, a Argentina também é um ator relevante nesta análise. Estes dois fatores são importantes condicionantes para a região, não há a necessidade de privilegiar uma visão sobre a outra. Desde modo, o Brasil é sim um ator importante para a integração regional, mas a Argentina também é.

A respeito das características da integração regional sul-americana, a integração é vista sempre como um meio para alcançar os objetivos de maior autonomia, desenvolvimento e inserção internacional, afastar a ingerência estrangeira e a defesa da democracia. Também é marcada por fortes assimetrias entre os países

membros o que resulta em uma falta de complementariedade econômica. Além disso, apresenta um caráter intergovernamental, no qual os países não têm interesse em transferir a sua soberania para uma instância supranacional e por uma flexibilidade para a entrada de novos membros e para que possam ter respostas rápidas a mudanças no cenário internacional.

A supranacionalidade, além de significar a perda de soberania na política de integração regional, cria uma maior institucionalização que não leva a adesão rápida dos membros ou a respostas aceleradas às questões internacionais. Destaca-se que, a falta de supranacionalidade não significa que o processo de integração regional sul-americano não apresentou avanços, apenas significa que são estabelecidos a partir de outras condicionalidades dadas as particularidades da região.

3 AS CONDICIONANTES DA INTEGRAÇÃO REGIONAL PARA AS TEORIAS LIBERAIS

No capítulo anterior investigou-se as condicionantes para a integração regional sul-americana em uma literatura brasileira para identificar quais são as condicionantes para esta literatura. Da mesma forma, este capítulo tem como objetivo investigar as condicionantes da integração regional levando em consideração a literatura do *mainstream*. Encontrar as variáveis causais para a integração regional nessa literatura é importante para demonstrar que partem de um substrato empírico diferente e, também, para conseguir analisar se houve um processo de hibridismo na literatura brasileira, investigação esta que será realizada no próximo capítulo.

Por partirem de um substrato empírico distinto, Malamud (2004) demonstra que as teorias desenvolvidas no *mainstream* apresentam uma dificuldade de aplicabilidade na América Latina justamente por possuírem histórias e realidades diferentes que fazem estas teorias serem insuficientes para explicar a integração latino-americana. Esta questão ocorre porque o debate acadêmico sobre integração regional está centrado na evolução do processo de integração europeu, no qual as teorias desenvolvidas têm como base a observação deste processo (LAZAROU, 2013; MALAMUD, 2013a). Por partirem da observação de um caso específico, haveria uma dificuldade na sua aplicabilidade em outras regiões, principalmente por possuírem realidades distintas.

Esta influência não consiste apenas na teorização, mas também no modelo de política de integração, Lazarou (2013) compreende que existe uma difusão das normas do modelo europeu para os demais processos de integração. Logo, a integração da Europa seria uma forma de *soft power* europeu (LAZAROU, 2013), pois se tornou um modelo único com uma união econômica, política e monetária e com uma estrutura que combina instituições supranacionais e intergovernamentais (LAZAROU, 2013; MALAMUD, 2004, 2013a; NIEMANN; SCHMITTER, 2009). E é uma forma de *soft power* porque tem a capacidade de influenciar as normas políticas, sociais e econômicas de outros processos de integração sem utilizar nenhuma força coercitiva (LAZAROU, 2013).

Analisando a integração regional europeia, o Tribunal de Justiça da União Europeia⁴⁹, o Parlamento Europeu⁵⁰ e a Comissão Europeia⁵¹ são as instâncias supranacionais enquanto o Conselho Europeu⁵² e Conselho da União Europeia⁵³ possuem caráter intergovernamental. Entretanto, por mais que tenha este caráter único e complexo, apresenta também uma certa flexibilidade, pois os países podem não participar de todos os acordos do bloco, o espaço Schengen⁵⁴, por exemplo, consiste no acordo que estabeleceu a união monetária e não conta com a adesão de todos os países pertencentes à UE (MALAMUD, 2013a).

Em relação ao processo de evolução da integração europeia, Ramos (2005) identifica que as teorias de integração seguem dois eixos principais, as primeiras com um enfoque mais econômico (federalismo, funcionalismo e neofuncionalismo) e a segunda com um enfoque mais político (institucionalismo, interdependência complexa e teoria dos regimes). Para a autora, estas teorias não teriam um valor explicativo universal, ou seja, não tem como objetivo explicar todos os processos de integração regional (RAMOS, 2005).

Além disso, Malamud (2013b) demonstra que antes da Segunda Guerra Mundial todas as tentativas de integração que ocorreu não tiveram sucesso por serem interpretadas como meios de conquista. Deste modo, o autor compreende que a integração regional é um resultado da globalização como uma resposta a crescente interdependência, principalmente econômica. Mas ao mesmo tempo também é uma estratégia que pode estar atrelada ao protecionismo quando é adotada por Estados

⁴⁹ É responsável por interpretar e aplicar o direito europeu de forma igualitária entre todos os países membros e de deliberar os diferendos jurídicos entre governos nacionais e as instituições europeias. Além disso, empresas, particulares e/ou organizações que julgarem que seus direitos foram violados por alguma instância do bloco, poderão recorrer ao Tribunal (UNIÃO EUROPEIA, 1952).

⁵⁰ É o órgão legislativo da instituição, além das suas responsabilidades legislativas, também possuem poderes de supervisão e orçamentários. Os deputados são eleitos pelos cidadãos europeus de cinco em cinco anos (UNIÃO EUROPEIA, 1962).

⁵¹ É o órgão executivo do bloco tendo como responsabilidade estabelecer propostas dos atos legislativos europeus e de implementar as decisões do Conselho da União Europeia e do Parlamento Europeu (UNIÃO EUROPEIA, 1958).

⁵² Formado pelos Chefes de Estado e de Governo, é responsável pela definição da agenda política da EU, deste modo é considerado o maior nível de cooperação política entre os Estados membros do bloco (UNIÃO EUROPEIA, 1974)

⁵³ Órgão que reúne os ministros dos países da EU para a aprovação de legislações e coordenações de políticas e estão instruídos para assumir compromissos em nome dos governos que representam (UNIÃO EUROPEIA, 1958).

⁵⁴ Bulgária, Croácia, Irlanda e Romênia são membros da União Europeia que não fazem parte da união monetária (UNIÃO EUROPEIA, 2019).

que não conseguem garantir seus interesses sozinhos e buscam na integração o meio para alcançar estes objetivos e interesses (MALAMUD, 2005, 2013a).

Por outro lado, por mais que a integração tenha um fim econômico com objetivo de reconstruir a região, também apresenta um caráter político. Principalmente por uma mudança na percepção da Alemanha e da França um sobre o outro que proporcionou uma coordenação política, uma mudança no comportamento, na imagem e nas expectativas dos Estados (BURGES, 2009; GROOM, 1994; DIEZ; WIENER, 2009; TRANHOLM-MIKKELSEN, 1991; VAZ, 2002). Essa coordenação foi importante para evitar novos conflitos na região, pois a Alemanha via a integração como um meio para evitar o isolamento do país e possíveis novos conflitos, enquanto a França, além de compreender que evitaria novas guerras, queria ter acesso aos mercados de carvão e do aço alemão (MALAMUD, 2013a). Já Burges (2009) identifica que por mais que a integração regional europeia tenha uma preocupação com os direitos humanos e tenha um enfoque principalmente em estabelecer um mercado comum e uma união monetária, o sucesso deste processo perpassa pela diminuição das desconfianças entre França e Alemanha.

A respeito processo de teorização, o desenvolvimento das teorias de integração regional se inicia a partir da década de 1950 devido a uma “[...] necessidade de conhecimentos que permitam sua adequada interpretação, contextualização e condução, o que vem conferindo renovado impulso ao estudo das diversas iniciativas de integração econômica surgidas ou revigoradas nos últimos anos” (VAZ, 2002). As teorias desenvolvidas nesse período buscaram compreender as condicionantes e os resultados da integração regional da Comunidade Econômica Europeia (CEE)⁵⁵ levando em consideração o contexto da Guerra Fria. “Com efeito, os estudos iniciais sobre integração europeia destacavam, como motivações fundamentais do processo, a necessidade de construir a unidade, com base na identidade de valores e de interesses, a fim de fazer frente à ameaça representada pela União Soviética e seus aliados e, secundariamente, à própria hegemonia norte-americana” (VAZ, 2002).

⁵⁵ A CEE foi constituída por meio do Tratado de Roma no qual Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos estabeleceram um mercado comum voltado para aumentar o crescimento econômico e as trocas comerciais destes países (UNIÃO EUROPEIA, 1957).

Além disso, a evolução teórica aconteceu por mudanças do processo europeu e do próprio cenário internacional que impactou não só na própria concepção teórica, mas também na percepção que os países tinham sobre a integração regional (VAZ, 2002). Deste modo, o próprio conceito de integração também passou por mudanças, Vaz (2002) destaca que existe duas vertentes distintas que teorizavam a integração e compreendem o próprio conceito de integração regional de forma diferente.

Nos estudos iniciais da década de 1950 e 1960 as teorias desenvolvidas se dividiam em uma visão que compreende que a integração mantém mecanismos coercitivos e a outra visão de que a integração regional ocorre pelas mesmas percepções e interesses em comum e levando em consideração o consenso sobre a estrutura do sistema (VAZ, 2002). A primeira perspectiva tem como principal representante Karl Deustch com uma visão mais realista, compreende que a integração regional ocorre para evitar o conflito entre os países, de modo que as instituições criam medidas para assegurar a paz, levando a construção de uma Comunidade de Segurança (MALAMUD, 2013a; LINDBERG, 1994; VAZ, 2002). Este sistema de integração necessita do desenvolvimento de identidades em comum que seria um impulsionador para a criação do processo de integração (MALAMUD, 2013a).

A segunda perspectiva busca compreender a integração de modo a conhecer seus fundamentos, seus impactos na ordem internacional e formular ideias normativas sobre o que é necessário para a formulação da integração. Para esta vertente o seu principal representante é Haas, este autor compreende que na formação de comunidades políticas os Estados transfeririam sua soberania para instituições regionais que passam a ter jurisdição própria e de caráter supranacional (DIEZ; WIENER, 2009; LINDBERG, 1994; VAZ, 2002).

Lindberg (1994) acrescenta que a principal diferença entre essas duas definições da integração regional é que a primeira entende a integração como uma condição e a segunda um processo. O primeiro conceito demonstra que a integração regional é uma condição para garantir a paz da região, enquanto o segundo conceito busca compreender como o processo de integração acontece. O autor demonstra que este processo ocorre com a decisão dos Estados de cooperar em determinadas áreas

e transferem para a organização regional a responsabilidade de coordenar essas atividades (LINDBERG, 1994).

Estes conceitos se relacionam com o que Malamud (2013a) apresenta como integração positiva e integração negativa. A integração positiva significa a criação de políticas comuns com instituições de caráter supranacional, enquanto a integração negativa teria este caráter intergovernamental com foco na diminuição das restrições comerciais (MALAMUD, 2013). O que se destaca aqui é que assim como este conceito de Malamud (2013), estas teorias fortalecem a ideia de que a integração regional pautada pelo intergovernamentalismo não é um sistema de sucesso. Apenas com a supranacionalidade haveria uma continuação da integração regional bem como a sua evolução.

Por outro lado, levando em consideração que a teorização e o conceito de integração regional europeu passavam por mudanças de acordo com o contexto da região, na década de 1970, por mais que se identificou um aumento na interdependência dos Estados, as mudanças no cenário internacional impactaram negativamente a integração regional. Assim, houve uma diminuição da importância dada anteriormente a teorização dos processos regionais:

Com efeito, apesar da crescente interdependência entre os Estados, o quadro de crise que marcou a economia mundial do início dos anos 70 – com a ruptura do padrão monetário consagrado no regime de Bretton Woods e a crise do petróleo, em seguida – à primeira metade da década de 1980 afetou negativamente os movimentos de integração surgidos na Europa, na América Latina e em outras áreas do Terceiro Mundo. No âmbito da CEE observou-se, naquele período, um quadro de estagnação cujo sintoma evidente foi o fracasso dos intentos de aprofundar o processo de integração a partir de 1973, após a adesão da Inglaterra, Irlanda e Dinamarca, originando o termo “europessimismo” para expressar o sentimento reinante na Europa ocidental ante as clivagens e os impasses que marcavam o processo de integração no âmbito da CEE (VAZ, 2002, p. 24-25).

Mas, por mais que as teorias inicialmente desenvolvidas tenham perdido seu espaço no debate da integração e que o cenário internacional tenha impactado a percepção de otimismo do processo, isto não significou o fim do desenvolvimento das teorias de integração regional. O que aconteceu foi que os preceitos identificados anteriormente pelas teorias na década de 1950, federalismo, funcionalismo, neofuncionalismo e institucionalismo, acabaram perdendo espaço e a perspectiva da interdependência complexa e a teoria de regimes internacionais passaram a ganhar

mais espaço e já não identificavam mais a importância da supranacionalidade na integração regional (VAZ, 2002).

Nesse momento, essas teorias centraram-se, principalmente, em compreender a interdependência entre os Estados e seus impactos políticos:

Foi precisamente a preocupação em compreender e valorizar forças e processos, sobretudo econômicos, que operam internacionalmente perante a dinâmica das relações interestatais, que marcou o início de uma nova fase na construção teórica sobre integração internacional. O interesse dos estudiosos passou a recair menos nos processos formais para centrar-se no fenômeno da interdependência no sistema internacional e em suas implicações políticas, quer do ponto de vista das relações entre os Estados e das estruturas de poder, até então estudadas sob a ótica realista, quer da conformação de um sistema marcado, entre outros aspectos, pela crescente influência dos fatores e agentes econômicos e pela emergência de uma pluralidade de atores não estatais competindo com os Estados, em diferentes níveis, pela lealdade dos indivíduos. (VAZ, 2002, p. 32-33)

Em contrapartida, assim como as teorias anteriores, reconhecem que o Estado e outros atores não-Estatais tem um papel importante para o desenvolvimento da integração regional (VAZ, 2002). Além disso, “despontavam então, como objeto de reflexão, os problemas relacionados à articulação de interesses individuais dos Estados com seus interesses em comum, à provisão de bens internacionais – benéficos que os Estados podem assegurar aos seus cidadãos apenas por meio da integração com outros Estados – e aos dilemas da ação coletiva e ao papel das organizações internacionais” (VAZ, 2002).

Já durante a década de 1980, a teorização da integração regional e o próprio processo em si passaram por mudanças significativas justamente pelo contexto internacional. Vaz (2002) sinaliza que o fim da Guerra Fria, a emergência das economias asiáticas, a crise da Rodada Uruguai, os interesses norte-americanos pela integração regional⁵⁶, atrelado a retomada da integração no âmbito da CEE pelo Ato

⁵⁶ Os EUA passam a participar de acordos bilaterais e multilaterais com o objetivo de promover a liberalização comercial. Vaz (2002) destaca que no que foram feitos acordos bilaterais com o Canadá e Israel e entre 1989 e 1996 aconteceram algumas iniciativas multilaterais importantes como o forte apoio para a criação do Conselho Econômico da Ásia-Pacífico (Apec), a Iniciativa para as Américas (IPA), o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), a idéia de uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e as conversas sobre um possível acordo inter-regional Nafta-União Européia.

Único (1987)⁵⁷ levaram a novas percepções teóricas e de que a econômica internacional seria gerida por três blocos: o norte-americano, o europeu e o asiático.

Entretanto, Vaz (2002) aponta para uma crítica importante a todas estas teorias por apresentarem uma forte preocupação com a questão sistêmica e não considerarem os impactos dos fatores domésticos para as transformações internacionais e, também para o próprio processo de integração regional. Em síntese, as teorias de integração regional são a teorização do processo de cooperação, do desenvolvimento de políticas comuns, da construção de políticas sociais e da formação da identidade europeia (DIEZ; WIENER, 2009).

Para compreender melhor estas questões, nas próximas seções serão apresentadas as perspectivas liberais da teoria de integração. Na próxima seção serão apresentados os principais preceitos do federalismo e funcionalismo, na seção seguinte, o neofuncionalismo, o institucionalismo e neoinstitucionalismo e na penúltima seção serão apresentados a perspectiva do intergovernamentalismo liberal, interdependência complexa e a teoria dos regimes internacionais. E a última seção serão demonstradas as conclusões encontradas, destacando quais são as condicionantes da integração regional identificadas por estas perspectivas teóricas.

3.1 FEDERALISMO E FUNCIONALISMO

O processo de teorização da integração regional se iniciou nos anos 1950, neste momento as teorias que foram utilizadas para compreender a integração regional europeia foram o federalismo e o funcionalismo. O que se observa é que uma teoria é a evolução da outra, o funcionalismo teria surgido como uma evolução e crítica ao federalismo.

O federalismo é definido como uma união de Estados que antes separados e agindo de forma independente, se unem em prol de alguns princípios (BURGEES, 2009). O autor compreende que “[...] o federalismo pode ser entendido como uma ideologia e/ou filosofia política no qual países com características distintas e com

⁵⁷ “O Ato Único Europeu introduziu alterações nos Tratados que instituem as Comunidades Europeias e consagrou a cooperação política europeia” (UNIÃO EUROPEIA, 1986). O acordo foi assinado em 1986 e entrou em vigor a partir de 1987. A consagração do Ato Único Europeu oficializou a consagração do Parlamento Europeu e permitiu com que tivesse maiores poderes legislativos.

diversos interesses se unem por alguma finalidade histórica, cultura, econômica, ideológica, social, intelectual ou filosófica [...]”⁵⁸ (BURGEES, 2009).

Malamud (2005, 2013a) identifica que a integração regional, para o federalismo, seria um processo natural que se iniciaria por uma negociação intergovernamental ou por uma assembleia constituinte formada pela comunicação e pelas trocas entre as sociedades. Mas, dentro desta união, nem todos as áreas seriam negociadas, ou seja, os Estados apenas negociariam os setores que tivessem os mesmos interesses. Esta união é pautada por um reconhecimento na diversidade dos Estados, de modo a reconhecerem os diferentes interesses, identidades e culturas desses países (BURGEES, 2009).

Mitrany (1994) demonstra que o federalismo surge como uma resposta a falha da Liga das Nações que tinha como objetivo garantir a paz e prevenir novos conflitos, entretanto, a organização falhou com a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Mas, a falha da organização aconteceu por não ter conseguido se adaptar as novas demandas e condições dos Estados voltadas para a paz (MITRANY, 1994).

Além disso, o autor indica que o federalismo busca formar uma instituição com poucos Estados, pois, com um menor número de membros, seria mais fácil definir os objetivos comuns voltados para garantir a paz (MITRANY, 1994). Deste modo, o autor identifica que a organização precisa ser regional ou inter-continental, mas não universal. Aqui fica claro a sua contraposição a Liga das Nações que tinha um caráter de uma organização universal, Mitrany (1994) identifica que esta universalidade da Liga com a presença de países de todos os continentes dificultou estabelecer os objetivos em comum.

Sendo assim, a formação do federalismo estabelece valores para atenuar as diferenças entre as nações de modo a conseguir atingir os propósitos em comum. Mas, esses objetivos podem mudar com o passar do tempo de modo que seria necessário novas negociações entre os membros (BURGEES, 2009). Além disso, o federalismo enfatiza que é necessário alcançar a supranacionalidade, mas não significa o fim dos Estados nacionais e sim que dentro do sistema de integração regional é necessário criar instituições próprias para gerir os interesses em comum (BURGEES, 2009; RAMOS, 2005). Burgees (2009) demonstra que nessa união de

⁵⁸ Tradução nossa. “[...] federalism can be construed as political ideology and/or political philosophy and it compromises the assorted identities and interests that are grouped around historical, cultural, social, economic, ideological, intellectual, and philosophical factors [...]” (BURGEES, 2009).

Estados há um reconhecimento da sua diversidade e suas particularidades, dentro desta supranacionalidade os Estados manteriam a soberania de certos temas que não seriam do interesse comum das nações.

Entretanto, Mitrany (1948) tem uma perspectiva diferente, o autor interpreta que no federalismo haveria o fim do Estado nação por entender que dentro desta integração regional todos os interesses nacionais seriam abarcados. Isto seria uma dificuldade na sua aplicabilidade na integração regional europeia, pois nem todos Estados apresentam os mesmos interesses e as mesmas prioridades, fazendo com que haja uma dificuldade de coordenar as políticas de integração (MITRANY, 1948).

Mas, esta perspectiva ocorre por não fazer uma distinção entre federação e federalismo. Burgees (2009) diferencia estes dois conceitos e define a federação como unidades independentes que se unem para a formação de um Estado-nação, esta formação depende de uma história, cultura, ideologia, questões sociais, econômicas, intelectuais e fatores filosóficos em comum. Para o autor os conceitos estão correlacionados e seria possível ter um federalismo sem uma federação. Entretanto, esta não é a mesma interpretação de Mitrany (1948), o autor identifica que o federalismo surge de uma observação da formação estatal dos EUA, mas que ao se aplicar na integração regional, os Estados precisariam ceder sua soberania para um poder central.

Desse modo, Mitrany (1948) compreende que por mais que o federalismo seja algo desejável é difícil porque nem todos os Estados possuem as mesmas preferências e prioridades. Além disso, identifica que a formação do federalismo não seria suficiente para evitar novos conflitos, pois a formação do federalismo não seria suficiente para dizer que haveria paz entre as nações europeias. Com o federalismo há uma mudança na estrutura do nacionalismo e para o autor isto não seria suficiente para evitar novas guerras (MITRANY, 1948).

Por compreender que haveria uma formação de um novo Estado, haveria a formação de uma constituição e esse fator dificultaria na flexibilidade da organização para tratar de outros temas ou adicionar novos temas ao debate (MITRANY, 1948). Exigiria que constantes mudanças fossem feitas nesta constituição da organização internacional e que levaria ao fim do Estado nacional, pois todos os interesses estariam vinculados a esta nova organização com poder central (MITRANY 1948).

Sendo assim, a perspectiva funcionalista surge como uma crítica à esta ideia do fim do Estado em favor da instituição internacional, partindo de uma premissa de que os países poderiam escolher quais temas cederiam soberania para esta organização (MITRANY, 1948). A questão aqui é que mesmo que os Estados tenham os mesmos interesses, esses temas podem apresentar diferentes graus de importância para cada um e em diferentes condições (MITRANY, 1994). Por esta razão, o autor identifica que para a organização ser bem-sucedida precisa ir além da identificação dos objetivos em comum, necessitam também diferenciar onde e como esses temas afetam os países para poder construir uma organização duradora. Sobre a estrutura desta organização, Mitrany (1994) compreende que seria formada com uma grande autoridade e com uma autonomia na sua funcionalidade, mas que não apresenta como finalidade o fim do Estado-nação (MITRANY, 1994).

Ademais, Ramos (2005) compreende que o funcionalismo apresenta uma centralidade na economia no qual a integração regional aconteceria dada a importância do comércio internacional para o crescimento econômico. Enquanto Vaz (2002) demonstra que esta teoria busca compreender a relação entre o surgimento das organizações internacionais e o aumento da cooperação internacional.

A respeito dessa teoria, Malamud (2013a), Padula (2010) e Diez, Wiener (2009) observam que foi desenvolvida como um resultado das Guerras Mundiais, criando um sistema flexível, pragmático e tecnocrático. Com este cenário, compreendiam que a cooperação seria um caminho para solucionar conflitos, mas esta cooperação seria descentralizada, começaria em um tema específico, neste caso em questões econômicas e depois se estenderia para outros setores. Este resultado também faria com que os Estados cedessem suas soberanias em favor das instituições por uma percepção de que a supranacionalidade era mais benéfica para a evolução da integração (PADULA, 2010).

Essa perspectiva teria ganhado ainda mais espaço com a assinatura do Tratado de Paris (1951) que constituiu a Comunidade do Carvão e do Aço (CECA)⁵⁹ e com a assinatura do Tratado de Roma (1957) que buscou encontrar áreas de cooperação entre os membros da CECA e deu origem ao CEE e Comunidade

⁵⁹ Assinado pela Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos com objetivo de “[...] colocar em comum a produção franco-alemã de carvão e de aço sob uma Alta Autoridade Comum, numa organização aberta à participação dos outros países da Europa (UNIÃO EUROPEIA, 1951).

Europeia de Energia Nuclear (Euratom)⁶⁰. Estes eventos fizeram que a teoria funcionalista concluísse que os Estados competidores conseguem encontrar áreas específicas de cooperação, no caso europeu teria sido o aço, carvão e a energia nuclear (PADULA, 2010).

Essas áreas de cooperação formariam instituições bem estruturadas de caráter técnico e racional e os bons resultados dessa cooperação, levariam com que os Estados cedessem cada vez mais soberania. Tranholm-Mikkelsen (1991), Malamud (2005) e Padula (2010) identificam que este processo ocorreria de maneira automática e independente das vontades políticas dos Estados. Entretanto, os autores identificam que este preceito da teoria funcionalista é altamente criticado, pois os interesses dos Estados são sim uma variável importante. Esta visão ficou ainda mais evidente em 1965 pela “crise da cadeira vazia” quando os franceses não mandaram representante as reuniões do CECA justamente por uma percepção negativa da supranacionalidade já estabelecida na criação do acordo (PADULA, 2010).

3.2 NEOFUNCIONALISMO, INSTITUCIONALISMO E NEOINSTITUCIONALISMO

Esta seção tem como objetivo analisar os preceitos do neofuncionalismo, do institucionalismo e neoinstitucionalismo. A respeito do neofuncionalismo, esta teoria buscou corrigir os problemas das teorias anteriores, federalismo e funcionalismo, e trouxe a vontade política como uma variável importante para a integração regional (DIEZ; WIENER, 2009; PADULA, 2010). Por outro lado, Groom (1994) identifica que o neofuncionalismo é mais uma crítica ao funcionalismo do que ao federalismo, já que Haas compreendia que o federalismo deveria ser alcançado, enquanto o funcionalismo se opunha a isto.

Ademais, Groom (1994) ressalta que o funcionalismo foi desenvolvido por acadêmicos norte-americanos que com base na observação da formação do Estado nacional norte-americano buscaram compreender a integração regional europeia. Esta aplicabilidade seria possível de ser feita dado o pluralismo e liberalismo da experiência dos EUA e pela flexibilidade desta teoria. Mas, ao ser aplicada ao caso

⁶⁰ O objetivo da Euratom é estabelecer uma investigação e assegurar o acesso aos conhecimentos técnicos, além de definir as normas de segurança para proteger a população e os trabalhadores industriais e garantir a não difusão nuclear para fins militares (UNIÃO EUROPEIA, 1957).

européu, mostrou sua fragilidade e novas perspectivas precisaram ser desenvolvidas, neste contexto teria surgido o neofuncionalismo.

O principal autor desta teoria foi Haas que identificou que mudanças tecnológicas e científicas pressionaram para a inovação nas instituições internacionais (MALAMUD, 2013a). Para o neofuncionalismo as instituições seriam responsáveis na resolução dos conflitos, dada esta resolução, seria possível visualizar os interesses em comum (PADULA, 2010). Ademais, Haas tem como ideia central de que o aumento dos níveis de interdependência levaria a um processo de uma integração política (HETTNE, 2005). Sendo assim, o eixo central dessa teoria é que a integração vai além do Estado nacional como um ator coeso, pois busca explicar as políticas domésticas, transnacionais e supranacionais de maneira autônoma (MALAMUD; SCHENONI, 2016).

Além disso, Mariano e Mariano (2002) identificam que esta perspectiva também via a integração regional como um meio para a promoção da defesa da região considerando que tinha como objetivo construir uma comunidade unificada autônoma. Identificam que dentro da integração regional além, de aumentar a cooperação econômica, também possibilitaria identificar as ameaças em comum. Esta sintetização dos autores é porque percebem que a integração pode ir além da questão econômica, pois o próprio início da cooperação europeia ocorreu pela percepção de que a União Soviética era uma ameaça em comum e, posteriormente, com o fim da Guerra Fria é que se inseriu em uma lógica de alternativa a competição econômica mundial.

Entretanto, quando se analisa o trabalho do Haas, nota-se que as suas ideias realmente tinham como foco a questão econômica. Esta centralidade na economia é porque compreende que as interações dos países europeus se iniciariam neste setor e com os resultados positivos, levaria a expansão para outras áreas, por meio do processo de *spillover* (DIEZ; WIENER, 2009; GEHRIN, 1996; GROOM, 1994; HETTNE, 2005; LINDBERG, 1994; MALAMUD, 2005; MEDEIROS, 2003; RAMOS, 2005). Por outro lado, Vaz (2002) interpreta este conceito como a integração se iniciando em um setor não estratégico para depois evoluir para um setor estratégico. Os efeitos desse processo incluem centro de decisões de poder onde seriam negociados os conflitos para garantir os interesses comuns e criariam pressões para aprofundar a integração para áreas onde antes não se pensava em estabelecer políticas comuns (MALAMUD, 2005; PADULA, 2010).

Esse processo de *spillover* pode ser observado na Europa por meio do avanço da integração: em 1951 por meio do Tratado de Paris que criou a CECA que instituiu um poder decisório de caráter supranacional; em 1957, o Tratado de Roma ampliou a integração e se tornou a CEE e estabeleceu também a Euratom (PADULA, 2010); e em 1992 com o Tratado de Maastricht consolidou a criação da UE e da cidadania europeia que trouxe mais direitos e obrigações aos cidadãos (LAZAROU, 2013). Além disso, a UE atingiu graus de supranacionalidade em que tem suas instituições sediadas em Bruxelas onde existe o centro de decisões do bloco e o sistema de integração é uma comunidade política e um ator internacional (LAZAROU, 2013).

A respeito do conceito de *spillover* seriam um processo automático que leva ao aumento da integração, Niemann e Schmitter (2009) compreendem que esta percepção ocorreu porque Haas previu um crescimento constante para a Europa, o que fez com que ignorassem alguns pontos. Os autores também destacam que a perspectiva neofuncionalista via a integração regional como um jogo de soma positiva e a formação de instituições supranacionais garantiriam os interesses de todas as nações do bloco.

Como a integração regional não aconteceu da maneira como Haas esperava, outros autores buscaram acrescentar novas premissas a teoria para atualizá-la. Malamud (2005) demonstra que Schmitter (1969) além de reconhecer o *spillover* como importante, estabelece outros conceitos que se relacionam com este. O primeiro é o *spillback* que ocorre pelo declínio da integração regional; o segundo conceito é o *spillaround* que é o aumento das áreas de convergência, mas que não leva a uma mudança na estrutura da integração; e o terceiro que é o *buildup* que é o aumento da autoridade da integração regional independentemente do aumento dos temas tratados (MALAMUD, 2005; NIEMANN; SCHMITTER, 2009).

Outra perspectiva sobre o processo do *spillover* é feita por Mariano e Mariano (2002) no qual os autores demonstram que este processo também ocorria no âmbito interno. Os autores compreendem que o início do processo de negociação é motivado pelas capacidades dos governos de assumirem o compromisso da integração e com os resultados positivos, outros atores domésticos se interessariam pelo processo de integração:

O *spillover* supõe a existência do núcleo funcional com capacidade autônoma de provocar estímulos integracionistas, incorporando, ao longo do tempo, novos atores e setores relevantes. Esse fenômeno ocorre quando políticos e

elites percebem que a integração pode produzir mais benefícios econômicos do que sacrifícios e tentam por isso influenciar suas instituições centrais. O núcleo funcional atrai apoio e amplia o processo ao passar para os políticos e para as elites dominantes essa percepção positiva da cooperação. A conversão de grupos anteriormente indiferentes ou hostis à integração para a posição de defensores resulta dos sucessos alcançados que, por sua vez, reforçam o entusiasmo, apresentando maiores expectativas e novas demandas, fatores que são mobilizadores do processo (MARIANO; MARIANO, 2002, p. 55-56).

A questão aqui é que a expansão da integração para outras áreas e o aumento do interesse de outros atores motivaria o estabelecimento de instituições supranacionais. Ao atingir uma supranacionalidade, a integração regional teria uma dinâmica própria independente da vontade dos governos, criando, assim, uma maior continuidade ao processo de integração por ser mais difícil de romper com este esquema (MARIANO; MARIANO, 2002). A ideia é que todo o processo ocorre de maneira automática, entretanto, não significa que não ocorreriam conflitos, só que haveria uma maior capacidade adaptativa (HURRELL, 1995; MARIANO; MARIANO, 2002). Esta capacidade adaptativa é porque os interesses dos Estados mudam com o tempo, portanto, isto também é um fator importante para diminuir os conflitos. A área de conflito de hoje, pode ser um tema de cooperação amanhã.

Só que Hurrell (1995) reconhece que os conflitos só podem ocorrer no início do processo de integração. Isto porque o autor interpreta que com mais cooperação e dada a interdependência dos Estados, estes conflitos seriam resolvidos. Esta questão se relaciona com a ideia de Mariano e Mariano (2002) de que os sistemas de integração criam mecanismos compensatórios para conseguir diminuir as assimetrias entre os Estados e manter os sistemas de integração.

Destaca-se que esta teoria compreende que os valores democráticos bem como as representações pluralistas são características importantes para a resolução de conflitos e para a própria institucionalização (MALAMUD; SCHENONI, 2016). “A existência da democracia permite aos diferentes grupos sociais a participação no processo de integração, possibilitando o seu aprofundamento e facilitando a sua propagação e manutenção” (MARIANO; MARIANO, 2002). Desse modo, a democracia facilitaria o próprio processo de *spillover* para o aprofundamento da integração regional.

Ademais, as elites políticas apresentam um papel importante para a consolidação da supranacionalidade. Vaz (2002) reconhece que a integração tem

diferentes impactos dentro do Estado, portanto, a busca da supranacionalidade é do interesse tanto das elites públicas como das privadas. O autor afirma que a lealdade é uma característica importante, sendo que estas surgiriam pelos resultados positivos da integração percebidos por estas elites fazendo com que mais áreas seriam consideradas para a integração regional (VAZ, 2002). Sendo assim, o papel das elites é central para a evolução da integração regional de modo que só terão interesse em participar do processo se os seus interesses estivessem garantidos (LINDBERG, 1994).

O que se percebe é que essa teoria tem um caráter pluralista por não ver os Estados como principal ator e enfatizar a importância de outros grupos subnacionais que também teriam um interesse na expansão do processo de integração (NIEMANN; SCHMITTER, 2009). Haas foi o autor que mais destacou o papel dos atores transnacionais de modo que a percepção positiva destes atores faria com que novos queiram participar do processo de integração regional, gerando um aumento ainda maior da integração (NIEMANN; SCHMITTER, 2009). Do mesmo modo, os autores destacam que Lindberg se dedicou a compreender o papel das elites governamentais e teria observado que o desenvolvimento da integração europeia criou cada vez mais instituições burocráticas fortes devido aos benefícios que a integração estava trazendo para a região (NIEMANN; SCHMITTER, 2009).

Por outro lado, Tranholm-Mikkelsen (1991) destaca que as ideias de Haas tinham como objetivo descrever, explicar, prever e estabelecer as bases para a integração regional. Ou seja, a teoria do neofuncionalismo não só explicaria o caso europeu, mas a partir da análise desse caso, se estabeleceria preceitos generalizáveis que poderiam ser aplicados para outros casos de integração regional. Sendo assim, a observação do processo de integração da Europa, gerou uma teoria com caracteres normativos para a integração regional devido a uma expectativa sobre a evolução do processo europeu (VAZ, 2002).

Mas, assim como as teorias apresentadas na seção anterior, também existem críticas ao neofuncionalismo. Mariano e Marino (2002) compreendem que esta teoria tem um caráter linear, mas quando observado o processo de integração isto não ocorreu. Ou seja, esse caráter linear faria com que o processo não tivesse retrocessos, mas estes retrocessos aconteceram como a “crise da cadeira vazia”. Justamente por conta disso é que o conceito de *spillover* acabou sendo atualizado por

reconhecer que podem ocorrer retrocessos em processos de integração mesmo com supranacionalidade.

Já Hurrell (1995) identifica que os principais problemas do neofuncionalismo são o fato de não ter sido capaz de identificar que alguns temas ainda seguem essenciais para a soberania nacional; por não ter considerado as mudanças dos fatores externos, políticos, econômicos e de segurança que pudessem modificar a percepção sobre a integração; e não foi capaz de explicar os conflitos políticos. Sobre esta questão da soberania nacional, Niemann e Schmitter (2009) e Tranholm-Mikkelsen (1991) destacam que o presidente francês, Charles de Gaulle, não tinha interesses em estabelecer instituições supranacionais e o país não participou da comissão relacionada a política de agricultura. Depois deste momento, de Gaulle ainda pediu uma revisão do Tratado de Roma, dessa maneira mesmo quando houve avanços da integração, o regional não se sobrepunha ao nacional.

Além disso, a teoria não consegue explicar o surgimento dos sistemas regionais, apenas a formação e a evolução da institucionalização (MALAMUD, 2004). E nem conseguem explicar o baixo nível de institucionalização de alguns sistemas regionais (HURRELL, 1995). Hettne (2005), acrescenta ainda que esta teoria é eurocêntrica por compreender que a integração só acontece por uma unificação política, sendo que nem todos os processos de integração tem este objetivo.

Por outro lado, Vaz (2002) aponta uma crítica tanto ao neofuncionalismo como ao federalismo, ao funcionalismo e ao institucionalismo que é uma ausência do impacto das políticas domésticas para a integração regional. O autor nota que nenhuma dessas teorias percebe que mudanças dentro dos Estados podem afetar o sistema de integração, há uma centralidade no entendimento de que as mudanças externas é que delimitam as mudanças do sistema de integração.

Outra crítica mostrada por Vaz (2002) está relacionada a ideia de que a integração se iniciaria em um setor não estratégico e pelos bons resultados evoluiria para os setores estratégicos. Observando as mudanças do próprio processo europeu, esta evolução da integração econômica para a integração política se mostrou mais complicada do que os autores esperavam mesmo com o aumento da interdependência entre os países. Fora que não havia consenso entre os autores desta vertente teórica sobre o conceito de integração, sobre os critérios necessários e as poucas explicações sobre o impacto internacional no processo de integração

(NIEMANN; SCHMITTER, 2009; VAZ, 2002). Este último fator se relaciona com a ideia de Malamud (2013b) de que o principal problema nos estudos comparados de integração regional consiste justamente na definição do que é ou não integração regional e acabam estabelecendo conceitos que são muito vagos ou ambiciosos.

Há também críticas relacionadas ao processo de teorização do neofuncionalismo. Gehring (1996) aponta que como a teoria foi construída a partir da observação do processo europeu, ela não pode ser testada com este processo. Ou seja, isto demonstra que estes testes da teoria seriam aplicados a outros casos empíricos. O problema é que quando autores aplicam esta teoria em outros casos, como por exemplo a integração sul-americana, concluem que a integração da América do Sul possui problemas por não terem os mesmos critérios que os integração europeia. Relacionada a esta questão da formação teórica, Moravcsik (1993) afirma que esta teoria é estabelecida a partir de uma premissa de que o caso europeu é um caso único. Por esta razão, o neofuncionalismo não teria características generalizáveis, ou seja, não teria uma aplicabilidade para outros casos.

Por conta dessas críticas, novas perspectivas teóricas surgiram para contrapor esta ideia, como o institucionalismo que será apresentado nesta seção, a interdependência complexa, a teoria dos regimes internacionais e o intergovernamentalismo que serão apresentadas na próxima seção. Mas, a própria teoria do neofuncionalismo foi atualizada com novos conceitos ligados ao *spillover* e, também com as críticas que foram feitas a teoria.

Niemann e Schmitter (2009) destacam que o próprio Haas na década de 1970 declarou a teoria como obsoleta por não conseguir explicar a realidade da Europa. Mas, a partir de 1980 a teoria foi atualizada de modo a corrigir estas críticas, esta atualização⁶¹ foi feita, por exemplo, por Schmitter que se dedicou a explicar a importância de se considerar as questões internacionais e seus impactos para a integração regional tanto em um sentido de impulsionar como diminuir a integração (NIEMANN; SCHMITTER, 2009). E é importante considerar uma questão defendida por Niemann e Schmitter (2009) de que esta teoria foi importante para aumentar o debate da teoria de integração.

⁶¹ NIEMANN, Arne; SCHMITTER, Philippe C. Neofunctionalism. In: WIENER, Antje; DIEZ, Thomas (eds.). **Theories of European Integration**, 2009, p. 45-67.

Já a teoria do institucionalismo e do neo-institucionalismo tem como foco a formação de instituições que oferecem aos Estados uma área comum onde possa facilitar o diálogo entre eles (MALAMUD; SCHENONI, 2016; MARIANO; MARIANO, 2002). “Criam-se normas, regras e instituições porque elas ajudam os Estados a lidar com os problemas comuns e porque ampliam o bem-estar” (HURRELL, 1995). Essa teoria tem as seguintes premissas: o aumento dos níveis de interdependência levaria ao aumento da cooperação internacional; busca entender os interesses dos Estados para explicar o surgimento e os limites da cooperação; e classificam as instituições como benéficas por garantirem os interesses dos Estados (HURRELL, 1995).

Essa teoria reconhece que a ação coletiva fortalece o papel do Estado, pois as ações coletivas aumentam as transparências entre os Estados, reduzindo os custos de transação e criando expectativas entre os membros do processo de integração (HURRELL, 1995; MARIANO; MARIANO, 2002). Desse modo, a integração regional ocorreria pela identificação dos objetivos em comum e com a expectativa de maiores ganhos com a cooperação, de modo que a institucionalização influenciaria o comportamento dos Estados (MARIANO; MARIANO, 2002).

Essa teoria mostra que as instituições são fundamentais para o desenvolvimento econômico e defende a importância dos regimes supranacionais, pois instituições caracterizadas pelo intergovernamentalismo não teriam autoridade suficiente e não conseguiriam avançar rapidamente o processo de integração (BID *apud* PADULA, 2010). A institucionalização era vista como necessária para controlar este alto nível de interdependência entre os Estados (HURRELL, 1995). Por outro lado, Marino e Mariano (2002) identificam que esta teoria reconhece que a integração pode ser pautada por três perspectivas diferentes: um intergovernamentalismo formal com organizações com regras para monitorar e reger os países; pelo regime internacional com regras claras para temas específicos; ou por convenções com instituições informais com regras implícitas e pelo compartilhamento de expectativas dos países-membros.

Estas instituições teriam caráter global ou regional, quando relacionada a globalização, haveria uma preferência de uma integração hemisférica ou global. A globalização se relaciona a interdependência econômica e com outros problemas globais como por exemplo o meio ambiente, o terrorismo, questões humanitárias, desastres naturais e por serem questões globais, as instituições seriam formadas por

países de diferentes regiões. Por outro lado, estes temas podem atingir cada região de uma maneira, então poderiam surgir sistemas de integração regional para atender as necessidades específicas de cada região (HURRELL, 1995).

O sucesso da institucionalização depende apenas das estruturas que forem criadas e, assim como o neofuncionalismo, esta teoria compreende que os demais atores também têm poder decisório no processo de integração (MARIANO; MARIANO, 2002). Aqui a integração regional retira o poder decisório apenas do Executivo e traz uma influência também de atores domésticos. Esta participação de atores doméstico, faz o processo ter uma maior participação da sociedade civil, mas para esta participação precisa criar espaço na estrutura de integração para terem uma participação direta (MARIANO; MARIANO, 2002).

Quando se observa a estrutura da UE, esta questão está presente na sua estrutura. Os deputados do Parlamento Europeu são eleitos por votação direta da população dos membros do bloco, no qual número de deputados eleitos depende do número da população de cada país (UNIÃO EUROPEIA, 1979).

Entretanto, Diez e Wiener (2009) veem que assim como o neorealismo, o institucionalismo está preocupado com o próprio processo de integração. Significa que busca explicar como este processo acontece e não em como o este processo funciona.

3.3 INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA, TEORIA DOS REGIMES INTERNACIONAIS E INTERGOVERNAMENTALISMO LIBERAL

Esta seção busca explicar as teorias que começaram a ganhar maior espaço durante as mudanças na década de 1970 e estão presentes no segundo eixo teórico identificados por Ramos (2005) e Vaz (2002). Em relação a interdependência complexa, identificou-se um crescimento das conexões entre os Estados tanto no nível econômico, como político e social, de modo que estas conexões levariam a integração regional (RAMOS, 2005). Esta interdependência pode ou não gerar instituições ou até mesmo um regime internacional (RAMOS, 2005).

Tranholm-Mikkelsen (1991) identifica que justamente esta característica é que diferencia a interdependência do neofuncionalismo, pois a “interdependência é uma condição, não um processo, e uma possível integração seria a consequência da interdependência baseada em atos políticos e não em atos previstos por uma teoria”.

Para o autor, significa que esta teoria tem um caráter mais global, pois a interdependência pode acontecer independente de os Estados estarem ou não em uma mesma região. Seria por essa condição que também é reconhecida como uma teoria das Relações Internacionais (TRANHOLM-MIKKELSEN, 1991).

A interdependência complexa foi uma ideia desenvolvida por Joseph Nye e Robert Keohane e buscou compreender as relações entre os Estados a partir da existência de conexões entre as sociedades por questões interestatais, transnacionais ou transgovernamentais, de modo a identificar os temas importantes para e estabelecer o não uso da força em temas de interdependência complexa (VAZ, 2002). “Na teoria da interdependência, as relações entre os Estados ocorrem de acordo com um conjunto de regras, normas e procedimentos que regulamentam seus comportamentos e controlam seus efeitos” (MARIANO; MARIANO, 2002).

Os autores também identificam que esta teoria retira a centralidade do Estado quando reconhece que atores transnacionais, movimentos sociais e multinacionais também participam desse processo de interdependência, mas também reconhecem que o Estado é o único capaz de regular o processo de cooperação (MARIANO; MARIANO, 2002). A participação dos demais atores seriam apenas para definir quais seriam os interesses daquela sociedade.

O autor identifica que a partir dos anos de 1960 as questões militares perderem sua centralidade pelo aumento da interdependência econômica e da importância dos atores transnacionais (NYE, 1990). A interdependência faria com que as guerras se tornassem mais custosas, principalmente porque dificultaria as cooperações econômicas e a resolução das questões de segurança que passam a ter um caráter transnacional (NYE, 1990). Os temas de segurança de caráter transnacional seriam as mudanças climáticas, as epidemias, o terrorismo e o narcotráfico e dado o caráter transnacional, a sua solução precisa ocorrer por meio da cooperação dos Estados (NYE, 1990).

Nye (1999) compreende que essa relação de interdependência pode ser coordenada por uma instituição que estabeleça as regras para garantir os interesses dos Estados. As instituições internacionais são importantes para os países por conta de quatro aspectos: com a repartição de encargos os países coordenam seus interesses de maneira que seja mais benéfica a todos e que não pareça que um país está se beneficiando mais que os outros; fornecendo informações para outros países

de modo a diminuir as desconfianças mútuas; as instituições facilitariam a diplomacia e ajudariam com que as potências tenham múltiplos interesses garantidos; e as instituições garantem que os acordos tenham uma continuidade por serem acordo de longo prazo (NYE, 1990).

Esta interdependência entre os países poderia levar a formação de regimes internacionais, Keohane (1984) e Vaz (2002) compreendem que os regimes são um conjunto de normas, princípios e regras comuns para coordenar as ações dos Estados a respeito de um tema. Estes regimes são formados quando os Estados percebem que sozinhos não conseguem administrar, resolver algum conflito ou arcar com os custos para lidar com ele (KEOHANE, 1984; MARIANO; MARIANO, 2002).

Essa cooperação pode ter caráter formal por terem sido estabelecidas por tratados, acordos ou pela formação de instituições ou informal no qual são amparadas por alguma jurisdição. A cooperação quando acontece na condição de regime internacional, ocorre em áreas específicas que são delimitadas pela coordenação dos interesses dos Estados, mas esta institucionalização não precisa ter um caráter supranacional. Ademais, esta coordenação precisa de alguma regulação e ter uma aceitação dos atores para que eles sigam o que foi negociado (MARIANO; MARIANO, 2002). Sendo assim, a cooperação aconteceria quando há uma coordenação das políticas dos atores, ou seja, haveria uma adaptação das suas políticas por meio de negociações ou pela observação das ações dos outros Estados (KEOHANE, 1984). Um ambiente de cooperação não significa que não haja discórdia, na verdade a cooperação só acontece quando buscam a superação de um conflito real ou potencial (KEOHANE, 1984).

Keohane (1984) afirma também que como os interesses dependem de percepções, em qualquer momento os temas estabelecidos podem mudar. Além disso, os interesses podem refletir os ganhos a serem obtidos com a exploração de outros ou podem refletir os interesses no desejo mútuo de aumentar a eficiência nos processos de troca. E os regimes internacionais estão mais propensos a surgirem em ambientes de maior interdependência (KEOHANE, 1984). Ademais, ao analisar os regimes internacionais, eles devem ser formados a partir dos efeitos esperados, pois tem como objetivo garantir o bem-estar dos Estados (KEOHANE, 1984).

Além disso, o comportamento dos Estados pode modificar o funcionamento do regime, pois as mudanças fazem com que certos regimes acabem ou sejam

modificados devido as alterações nas percepções dos governos ou do cenário internacional (KEOHANE, 1984). Uma maneira de garantir com que essas organizações se mantenham é que os acordos estabelecidos sejam feitos a longo prazo para que outros atores pressionassem os governos para não romperem com esse ordenamento (KEOHANE, 1984). E os regimes internacionais podem reduzir os custos de barganha e as incertezas já que a sua principal função é facilitar as negociações de modo a garantir o benefício mútuo.

Por outro lado, o autor delimita que os Estados com maior poder são responsáveis por criar este ordenamento. Estes países podem ajudar a criar uma ordem, pois a sua atitude em cooperar estimula que os demais países façam o mesmo, sendo que isto pode acontecer com a intenção de um bem comum ou só para o seu próprio interesse (KEOHANE, 1984). Entretanto, para entender essa atitude do Estado, o autor compreende que é necessário analisar o comportamento, a cultura e seus antecedentes históricos. A cooperação internacional pode ser ou não impositiva no qual o ator de maior poder influenciaria na decisão de participar do ordenamento. Além disso, a tomada de decisão para participar da organização é feita de forma voluntária e racional por avaliarem que é mais benéfico participar do que não participar (KEOHANE, 1984).

Por outro lado, mesmo com a interdependência, este processo apresenta custos (MARIANO; MARIANO, 2002). Custos estes que não necessariamente são positivos porque esta interdependência seria assimétrica, fazendo com que certos Estados ou atores fossem mais beneficiados que outros. Esta ideia se relaciona com o que Vaz (2002) observou sobre a questão da interdependência, neste processo, os interesses entre os Estados podem ser diferentes e determinados países com maior poder podem acabar manipulando as áreas de interdependência, ressaltando esta assimetria. Mas, mesmo com essa condição, Mariano e Mariano (2002) identificam que os Estados decidem cooperar para aumentar os seus poderes de barganha, diminuindo suas vulnerabilidades.

Vaz (2002), assim como nas teorias apresentadas na seção anterior, também identifica que nessas duas perspectivas não há uma análise da variável doméstica. Continuam interpretando que apenas questões internacionais é que afetam a integração regional. Por outro lado, identifica que mesmo que estas teorias não tenham como objetivo uma supranacionalidade, isto não significa que não sejam

sistemas de integração regional de sucesso. Mostrando que a supranacionalidade não é sinal de que o processo regional é mais bem sucedido.

Ainda em relação a críticas a teoria, Gehring (1996) aponta que por mais que a formação dos regimes seja importante, apresenta uma centralidade no Estado. Compreende que a formação dos regimes apresenta uma estrutura rígida que dificulta criar mecanismos para a participação direta dos atores subnacionais. Reconhece que a participação deste grupo apenas influência nos interesses nacionais, mas o poder decisório é centrado no Estado.

O autor ainda destaca que inicialmente os regimes internacionais foram percebidos como um resultado da interdependência entre os Estados, mas, Gehring (1996) entende que posteriormente a negociação passou a ser o caminho para a formação de regimes. Isto porque o autor compreende que os regimes são motivados por uma temática, por uma situação específica e a sua evolução aconteceria por mudanças na maneira de lidar ou combater com este tema. Significa que o autor não identifica um caráter linear na evolução dos regimes internacionais, mostrando um afastamento do neofuncionalismo.

Por outro lado, Oliveira (2002) e Diez e Wiener (2009) apontam que o intergovernamentalismo liberal tem como objetivo compreender a integração como um espaço para promover a cooperação entre os Estados, aumentando o poder de barganha entre eles, onde se criam normas para serem seguidas e buscando encarar os problemas do cenário internacional em conjunto. Compreende que a integração regional é resultado do aumento da interdependência econômica entre os países (MALAMUD, 2013a; OLIVEIRA, 2002), pois à medida que a liberalização econômica aumenta, a integração também aumentaria (MALAMUD, 2013a).

Ademais, esta teoria se desenvolve a partir de três premissas: o comportamento racional dos Estados, o estabelecimento das preferências nacionais e a negociação interestatal (GEHRING, 1996; MARIANO; MARIANO, 2002; MORAVCSIK; SCHIMMELFENNING, 2009; OLIVEIRA, 2002). A respeito da primeira premissa, a racionalidade dos Estados está relacionada a sua capacidade “[...] de formular um conjunto de objetivos ordenados de acordo com o seu grau de importância, para, posteriormente avaliar as diferentes alternativas que poderiam surgir no cenário internacional, decidindo implementá-las ou não conforme os custos e benefícios que tais alternativas podem representar para ele” (OLIVEIRA, 2002). Para

esta teoria, portanto, a racionalidade é vista como a capacidade dos Estados de negociarem e encontrarem os objetivos em comum e de definirem a melhor maneira de alcançá-los (MARIANO; MARIANO, 2002; MORAVCSIK; SCHIMMELFENNING, 2009; OLIVEIRA, 2002).

O estabelecimento destes objetivos em comum, são as preferências nacionais identificadas para este processo de integração. Mariano e Mariano (2002), Moravcsik e Schimmelfenning (2009) e Oliveira (2002) destaca que os interesses nacionais estabelecidos dentro dos países são interesses tanto dos líderes políticos como da sociedade civil por parte de grupos de interesse que percebem a integração regional como um caminho para atingir seus objetivos. E a respeito da negociação interestatal, Oliveira (2002) sinaliza que no início do processo de negociação seriam desconsiderados os temas mais difíceis de serem negociados, criando-se, assim, uma integração positiva que mostrariam outros elementos que impulsionariam a integração regional. Em síntese o intergovernamentalismo está centrado na negociação dos Estados no qual “a integração é uma forma de cooperação ou de coordenação política para ajustar o comportamento desses atores às preferências prévias dos mesmos (MARIANO; MARIANO, 2002)”

Ademais, esta teoria compreende que o Estado é o principal ator da integração regional, pois ao considerarem mais atores envolvidos, seriam mais difíceis de se encontrar objetivos em comum e o número de conflitos seria ainda maior (DIEZ; WIENER, 2009; MARIANO; MARIANO, 2002).

Esta centralidade no papel do Estado ocorre pela percepção de que a formação dos interesses nacionais passa por um processo de negociação entre os atores domésticos para que tenham seus interesses garantidos no cenário internacional (MORAVCSIK; SCHIMMELFENNING, 2009). Mas, estes atores domésticos não participariam do processo de negociação para a integração regional. Botelho (2014) analisa que como consequência da centralidade do Estado, os governos nacionais manteriam controle do processo de integração de modo que a supranacionalidade só seria alcançada caso fosse do interesse dos Estados.

No que tange ao processo de integração europeu, os autores compreendem que

A integração da União Europeia é melhor entendida como uma série de escolhas racionais feita por líderes nacionais. Essas escolhas seriam respostas a restrições e oportunidades ligadas a interesses econômicos de burocracias domésticas, do poder de determinados

Estados dado a interdependência assimétrica presente na região e no papel das instituições em manter a credibilidade dos compromissos interestatais (MORAVCSIK; SCHIMMELFENNING, 2009, p. 69 *apud* MORAVCSIK, 1998, p. 18).⁶²

Sendo assim, os autores compreendem que o tema central para a integração regional europeia era a questão econômica e não uma questão de segurança para evitar novas guerras na região (MORAVCSIK; SCHIMMELFENNING, 2009). Os autores destacam que a integração regional foi motivada por setores domésticos dos países que viam a integração como um caminho para maiores ganhos comerciais.

Por outro lado, diferente das teorias anteriores, os autores reconhecem que mesmo dentro da Europa, existe uma interdependência assimétrica que seriam, inclusive, um desafio para a expansão do bloco para a adesão de novos membros. Esta condição faz com que Estados com maior poder econômico e conhecimento sobre os demais, tenham maior capacidade de pressionar os demais países para participarem da integração regional (MORAVCSIK; SCHIMMELFENNING, 2009). Além disso, esse maior poder reflete, inclusive, nos temas que serão tratados dentro das instituições regionais.

Em contrapartida, os Estados que decidem fazer parte do bloco, aceitam os termos já determinados devido a sua forte dependência do mercado e do capital UE (MORAVCSIK; SCHIMMELFENNING, 2009). Ou seja, os países que desejam fazer parte do bloco avaliam que é melhor participar do processo por terem maiores ganhos, mesmo que tenham que ceder condições que não sejam tão benéficas para eles.

Moravcsik e Schimmelfenning (2009) compreendem que esta não é uma teoria universal, sua aplicabilidade se restringe aos seus preceitos de estabelecimento de preferências, processo de barganha e comprometimento com o processo de integração. Compreendem que é necessário ter os seus interesses bem definidos para que não estejam suscetíveis a questões ideológicas. Esta questão dos interesses bem definidos, é que os autores compreendem que a questão econômica é a motivação da integração regional. Mostram que no que tange a esse tema, a cooperação econômica apresentou uma continuidade, as mudanças que aconteceram foram

⁶² Tradução nossa. EU integration can best be understood as a series of rational choices made by national leaders. These choices respond to constraints and opportunities stemming from the economic interests of powerful domestic constituents, the relative power of states stemming from asymmetrical interdependence, and the role of institutions in bolstering the credibility of interstate commitments (MORAVCSIK; SCHIMMELFENNING, 2009, p. 69 *apud* MORAVCSIK, 1998, p. 18).

apenas em respostas as mudanças de mercado (MORAVCSIK; SCHIMMELFENNING, 2009).

Diferentemente do federalismo, os autores compreendem que a integração não precisa estar em constante mudanças para a sua continuidade. Acreditam que a integração europeia tenha atingido um ponto de estabilidade que não significa que levará ao colapso do processo de integração (MORAVCSIK; SCHIMMELFENNING, 2009). Mas, esta estabilidade compreendida pelos autores parece não existir já que no ano de 2020 aconteceu a saída do Reino Unido da UE.

Em relação as críticas a esta perspectiva, Malamud (2013a) demonstrar que por mais que a integração tivesse uma baixa institucionalidade, percebe que pelo aumento da interdependência seriam estabelecidas instituições supranacionais. A questão aqui é que a supranacionalidade só seria alcançada caso fosse do interesse dos Estados, ocorrendo independente da interdependência (BOTELHO, 2014). Como observado por Moravcsik e Schimmelfenning (2009), por mais que as instituições supranacionais fossem resultadas do processo de barganha, levando em consideração os interesses nacionais de cada Estado, a supranacionalidade pode ou não ser um interesse dos membros do bloco.

Por outro lado, Gehring (1996) aponta que a centralidade no Estado retira a participação de atores subnacionais. Entretanto, mesmo teorias que reconheçam a importância da participação dos atores subnacionais para o estabelecimento dos interesses dos Estados, reconhecem que o poder decisório ainda é centrado no Estado. O que estas teorias não consideram é que seriam necessários que se criassem um órgão para a maior participação subnacional.

3.4 IDENTIFICANDO AS CONDICIONANTES DA INTEGRAÇÃO REGIONAL PARA A LITERATURA DO *MAINSTREAM*

Este capítulo teve como objetivo investigar as condicionantes da integração regional levando em consideração a literatura do *mainstream*. Encontrar as variáveis causais para a integração regional nesta literatura é importante para demonstrar que partem de um substrato empírico diferente.

A análise das teorias liberais demonstra que sim as teorias têm uma construção distinta centrada na divisão dos eixos teóricos demonstrados por Ramos (2005) e Vaz (2002), mas no que tange as condicionantes e as características da

integração regional existem similaridades entre as teorias. Sobre as condicionantes da integração regional, os Estados se unem devido a características históricas, sociais e econômicas em comum, pautado em uma interdependência econômica e a partir de interesses em comum. Destaca-se que os interesses em comum estão em constante mudança, inicialmente era para uma finalidade de aumentar a cooperação econômica da região e evitar novas guerras. E sobre a interdependência apenas as teorias da seção anterior compreendem que existe uma assimetria, pois mesmo dentro da Europa as economias não são as mesmas.

É importante destacar que a questão da segurança é constantemente ressaltada mesmo havendo uma centralidade na questão econômica. Aqui abordam a importância da diminuição das desconfianças entre Alemanha e França para o início do processo de integração bem como a importância que a integração tem para manter a paz da região com o aumento da transparência entre os países. Além disso, os países também conseguiriam identificar quais são as ameaças que tem em comum para conseguir combatê-las.

A respeito das características da integração, os atores que participam deste processo são tanto os Estados nacionais como os atores transnacionais, porém o poder decisório ainda está centrado no Estado. A questão econômica é outra característica importante que levou ao início da integração devido a um argumento de que se iniciasse a integração em uma área que teria menos conflitos e para aumentar a cooperação econômica da região. São pautados por uma supranacionalidade, mas também por uma flexibilidade tanto para facilitar que novos temas possam ser tratados na integração regional como para que os Estados possam escolher quais sistemas querem ou não fazerem parte, como é o caso da união monetária.

Sendo assim, as condicionantes para a integração regional para esta literatura são ter os meus objetivos em comum que estão em constante mudança, mas que iniciaram com objetivos econômicos e de segurança em comum, na interdependência dos Estados, com a participação de burocracias estatais e de atores subnacionais e com características comum de maior flexibilidade e pautado na supranacionalidade. Esta delimitação é importante para que no próximo capítulo seja realizada a leitura contra pontual desta literatura e de uma literatura brasileira para delimitar se essas condicionantes são híbridas.

4 AS CONDICIONANTES DA INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANA: IDENTIFICANDO O PROCESSO DO HIBRIDISMO

Nos capítulos anteriores foram discutidas as condicionantes para a integração regional na América do Sul, traduzida aqui pela bibliometria da Coleção Brasil do Scielo, e as condicionantes da integração regional para o *mainstream*, aqui traduzido nas teorias liberais. A identificação dessas condicionantes é importante para poder analisar se ocorreu um processo de mimético ambivalente das condicionantes sul-americanas tornando-as condicionantes híbridas ou se são apenas condicionantes próprias da região.

As condicionantes encontradas em uma literatura brasileira são o processo de aproximação entre Brasil e Argentina no qual a coordenação política entre eles definiu a agenda de integração regional; a mudança na PEB que passou a privilegiar a América do Sul como um espaço preferencial, tendo a relação bilateral com a Argentina como principal eixo da integração e de modo que o Brasil seria o principal motor da integração regional e como principal Estado da região, seus interesses seriam os interesses da integração regional e seria o *paymaster* do processo; e esse processo tem como objetivos em comum de buscar maior autonomia, desenvolvimento, inserção internacional, a defesa da democracia e afastar a ingerência estrangeira.

A respeito da questão da relação bilateral entre Brasil e Argentina, ao mesmo tempo que é entendida como uma mudança da política externa do Brasil para a região no qual veem a Argentina como o espaço para se iniciar a integração, também entendem que há uma coordenação da política destes dois países para a integração regional. A resolução da questão de Itaipu atrelada aos acordos na área nuclear fizeram com que as desconfianças existentes entre os países acabassem.

A respeito dos objetivos em comum, o processo de integração é caracterizado como um meio para alcançar maior autonomia e desenvolvimento, aumentar sua inserção internacional, afastar a ingerência estrangeira e garantir a defesa da democracia. É caracterizado por uma assimetria entre os países membros, por um caráter intergovernamental, no qual os países não têm interesse em transferir a sua soberania para uma instância supranacional e por uma flexibilidade para facilitar a entrada de novos membros e ter respostas rápidas as mudanças no cenário internacional.

Em contrapartida, as condicionantes encontradas na literatura liberal identificam que a diminuição das desconfianças entre França e Alemanha foram fundamentais para a consolidação da agenda de integração; que os Estados se unem devido a características históricas, sociais e econômicas em comum; pautado em uma interdependência econômica; e a partir de interesses em comum. Estes interesses em comum, estão em constante mudança, inicialmente a integração estava voltada para aumentar a cooperação econômica entre os países da Europa e evitar novas guerras. E esse processo de integração é caracterizado por uma participação das burocracias estatais e atores transnacionais, por uma supranacionalidade, mas que mantenha uma certa flexibilidade para que novos temas sejam tratados na integração regional e para os Estados possam decidir quais sistemas querem ou não fazerem parte.

A identificação destas condicionantes faz com que possa avaliar se as condicionantes da integração sul-americana passaram por um processo mimético se tornando híbridas. Como apresentado na introdução desta pesquisa, o hibridismo é um processo que ocorre por uma reavaliação das normas pelos países do sul global que leva à sua reformulação, de modo que surge uma norma que é uma combinação tanto dos desígnios das normas locais como das normas internacionais (BHABA, 1994). E é a partir desse processo que essa nova norma passa a ser uma condicionante do sul global.

Esse conceito surge do processo mimético ambivalente que significa que os países do sul global se apropriam de um conceito vindo do norte global que passa por processo de reformulação e regulação. Mas, esse novo conceito não é tão diferente do anterior – por mais que tenha acrescentado questões do sul global, alguns valores do norte global ainda foram mantidos, por essa razão é que há uma ambivalência (BHABHA, 1994). Essa apropriação do conceito pelos países do sul global faz com que uma norma que antes podia ser uma representação de poder na região acabe perdendo esse *status*, pois agora essa norma já faz parte do conjunto de normas do sul global. É importante destacar que essas normas ainda possuem caracteres de dominação, afinal dentro de uma região ainda existem assimetrias, esse processo só ameniza os fatores de dominação do norte em relação ao sul, e não dentro da própria região.

Esses processos são estratégicos para os países do sul global, pois as normas se tornam menos discriminatórias, aumentam a sua representatividade e consolidam a região como uma formadora de normas, não apenas uma receptora (BHABHA, 1994). E junto com o método da leitura contra pontual entre uma literatura brasileira e a literatura do *mainstream* será possível identificar se houve um processo mimético ambivalente das condicionantes da integração sul-americana tendo como resultado um híbrido ou se são mantidos dois sistemas de valores, um internacional e um regional, dissociados.

A utilização desse conceito atrelado ao método de leitura contra pontual possibilita criar um diálogo entre duas literaturas que possuem um substrato empírico diferente (BILGIN, 2016). Uma pesquisa utilizando uma leitura contra pontual possibilita olhar para o sul global a partir da sua própria história e não como um reflexo do norte global e é uma maneira de recuperar um conhecimento que não domina o debate das RI. Desse modo, o método de leitura contra pontual proporciona um diálogo com vistas a identificar semelhanças e diferenças entre essas duas literaturas, a literatura nacional sobre o tema traduzida na bibliografia fornecida pelas publicações mais citadas na Coleção Brasil do Scielo em torno dos termos “integração regional” e a literatura teórica do norte global, ou o *mainstream* da TRI, sobre integração regional traduzida nas teorias liberais.

Portanto, as próximas seções serão dedicadas a analisar o processo mimético ambivalente das condicionantes da literatura brasileira buscando identificar se houve ou não a formação de um híbrido. A próxima seção tem como objetivo realizar a leitura contra pontual da relação bilateral Brasil-Argentina e sua influência na integração regional. Na seção seguinte, será analisado as mudanças da política externa brasileira que levaram ao início da integração regional, bem como o papel do Brasil como principal motor da integração regional. Na penúltima seção será analisado a leitura contra pontual dos objetivos em comum da integração regional sul-americana e a última seção serão apresentados os resultados encontrados na leitura contra pontual.

4.1 PROCESSO MIMÉTICO AMBIVALENTE: A RELAÇÃO BILATERAL BRASIL-ARGENTINA

Durante o primeiro capítulo dessa pesquisa, demonstrou-se que a relação entre Brasil e Argentina é compreendida por alguns autores como o principal eixo da

integração regional sul-americana, no qual o fim das rivalidades, a percepção de objetivo em comum de maior autonomia e se afastar da ingerência estrangeira possibilitaram a construção de um sistema de integração regional (FUCCILLE; LUCIANO; BRESSAN, 2021; KLEMI; MENEZES, 2016; MATHIAS; GUZZI; GIANNINI, 2008; MIYAMOTO, 2002; PECEQUILO; CARMO, 2013; SPEKTOR, 2002; VIGEVANI; MARIANO; MENDES, 2002; VIGEVANI *et al.*, 2008; VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR; 2009). Tendo a redemocratização como um impulsionador da integração regional, em um sentido de que a democracia e a integração estão diretamente relacionadas, no qual uma impulsiona a outra (FUCCILLE; LUCIANO; BRESSAN, 2021; MIYAMOTO, 2002; VILLA, 2006). E a mudança da relação desses países aconteceu pela resolução da questão de Itaipu (1979) no qual encerrou uma disputa geopolítica (MATHIAS; GUZZI; GIANNINI, 2008; PECEQUILO; CARMO, 2013; SPEKTOR, 2002).

A resolução deste contencioso fez com que o Brasil mudasse a estratégia de política externa em relação a Argentina, no qual os argentinos passaram a ocupar o centro da sua estratégia de inserção internacional. Sendo assim, a estratégia de inserção internacional brasileira perpassa pela Argentina, essa centralidade fez com que surgisse um novo cenário regional, a integração sul-americana. Portanto, a partir da resolução da questão de Itaipu houve a estabilização da segurança da região, pois observou-se que Brasil e Argentina construíram mecanismos de confiança mútua onde assinaram acordos nas áreas nucleares com a Declaração de Iguazu, atuaram de forma conjunta na resolução de conflitos da região e realizaram exercícios militares conjuntos (FUCCILLE; LUCIANO; BRESSAN, 2021; SARAIVA, 2008).

Além da questão de Itaipu e dos diálogos nas questões nucleares, a crise econômica na região e a posição brasileira na Guerra das Malvinas também foram impulsionadores para a mudança na relação bilateral Brasil-Argentina e levaram a uma agenda de integração regional (MATHIAS; GUZZI; GIANNINI, 2008; PECEQUILO; CARMO, 2013). Com esse processo de aproximação, foi estabelecido o sistema de integração regional sul-americana no qual a assinatura da Ata para Integração Argentino-Brasileira (1986) e o Tratado de Integração Cooperação e Desenvolvimento (1988) foram os primeiros passos dados para a integração regional (SPEKTOR, 2002).

Por outro lado, a redemocratização é vista como mais um fator impulsionador da mudança da relação desses Estados (FUCCILLE; LUCIANO; BRESSAN, 2021, MATHIAS; GUZZI; GIANNINI, 2008; MIYAMOTO, 2002; VILLA, 2006). A democracia teria, portanto, gerado uma percepção positiva entre os países da região levando a uma maior cooperação entre eles. De modo que o Brasil e Argentina conseguiram construir objetivos em comuns que só foram possíveis de serem identificados por adotarem regimes democráticos (VILLA, 2006). Esses objetivos seriam voltados para o desenvolvimento e o desarmamento, assim, conseguiram construir medidas de confiança mútua pautadas nos interesses em comum e na auto governança (VILLA, 2006). Assim, Brasil e Argentina além de garantirem seus interesses, poderiam regular um ao outro.

Em síntese, a relação bilateral entre Brasil e Argentina é fundamental para a integração regional, pois o fim da rivalidade entre esses dois países possibilitou a construção da integração regional. Dentro desse sistema regional, portanto, os dois países seriam responsáveis pelo avanço ou retrocesso do processo de integração, sendo que a estrutura e os objetivos a serem alcançados pela integração regional também seriam um resultado da coordenação bilateral brasileira-argentina.

A questão da relação bilateral entre Brasil e Argentina se relaciona com a identificação das teorias analisadas no segundo capítulo de que a Alemanha e a França são o principal eixo para o sucesso da integração regional europeia. A mudança na percepção da Alemanha e da França um sobre o outro proporcionou uma coordenação política e uma mudança no comportamento, na imagem e nas expectativas dos Estados (BURGES, 2009; GROOM, 1994; DIEZ; WIENER, 2009; TRANHOLM-MIKKELSEN, 1991; VAZ, 2002). Esta coordenação foi importante para evitar novos conflitos na região, pois os dois países identificavam a integração como um caminho para evitar novas guerras (MALAMUD, 2013a). Mas, além disso, a Alemanha via a integração como um meio para evitar o isolamento do país e a França de ter acesso aos mercados de carvão e do aço alemão (MALAMUD, 2013a; SÜDHÖLTER, 2014).

Desse modo, entende-se que a “França e a Alemanha tem sido, portanto, os atores-chave do processo de integração europeia e as concessões de ambos foram cruciais para dar surgimento ao processo de integração política e econômica, no que,

para esta última, se deu passos mais ousados” (SOUZA, 2008). Este entendimento de que essa relação é o principal motor da integração regional europeia (BAUN, 1996; BULMER; PATERSON, 1996; COLE, 2010; DAEHNHARDT, 2013; JEFFERY; PATERSON, 2016; SÜDHÖLTER, 2014; TREACHER, 2002) ocorre porque o sucesso da relação bilateral foi uma condição para o sucesso da integração regional (JEFFERY; PATERSON, 2016; SÜDHÖLTER, 2014).

Südhölter (2014) compreende que a relação bilateral entre França e Alemanha é única e nenhuma relação bilateral é tão intensa quanto a desses dois Estados. Esta percepção do autor ocorre pelo histórico de rivalidade entre as duas nações desde a Guerra Franco Prussiana (1870-1871) e depois com a Primeira e Segunda Guerra Mundial, conflitos estes marcados por disputas territoriais da Alsácia-Lorena. Este histórico de inimizade é importante para entender a constante posição francesa de medo de que a Alemanha ao ser fortalecer pode voltar a uma posição expansionista e se colocar como a única hegemonia da região (SÜDHÖLTER, 2014). E, apenas a partir de 1945 com o fim da Segunda Guerra Mundial é que esses países começam a caminhar para a construção de uma relação de cooperação e, posteriormente, de integração.

Essa relação bilateral tem como marco o Tratado de Eliseu (1963)⁶³ celebrado após o fim da Segunda Guerra Mundial sinalizando a reconciliação desses dois Estados (COLE, 2010; DAEHNHARDT, 2013; SÜDHÖLTER, 2014). Este tratado destacava que os dois países consultariam um ao outro em temas importantes, como por exemplo, questões econômicas, de política externa ou de segurança e teriam reuniões constantes entre os dois Estados (SÜDHÖLTER, 2014). Mas, a motivação para a aproximação bilateral franco-alemã não eram as mesmas, para a Alemanha significava a reconciliação com a França e uma forma de intensificar a relação bilateral, mas, do lado francês, significava um afastamento dos EUA⁶⁴ com a

⁶³ A mudança do chanceler alemão, de Konrad Adenauer para Ludwig Erhard também significou uma mudança nos preceitos do tratado. Enquanto antes tinha um caráter bilateral, agora passa a ser multilateral por buscar uma cooperação política, econômica e de segurança com os EUA, Grã-Bretanha e a OTAN (DAEHNHARDT, 2013). Entretanto, mesmo com essa mudança, a relação bilateral franco-alemã se intensificou de modo a levar a integração europeia.

⁶⁴ A Alemanha não tinha esta percepção de se afastar dos EUA, isto porque apresentavam uma perspectiva positiva sobre os norte-americanos, principalmente devido ao pacote de ajuda econômica com o Plano Marshall (SÜDHÖLTER, 2014). Mas, mesmo com esta divergência de ideias, isto não foi um impedimento para o processo de aproximação.

construção de dinâmicas europeias de caráter intergovernamental (DAENHARDT, 2013; SÜDHÖLTER, 2014).

Entretanto, como relatado anteriormente, os dois Estados percebiam a integração de maneiras distintas. No caso da França, a relação bilateral com a Alemanha e a integração regional seriam uma forma de preservar sua soberania, ter um papel de liderança na Europa de modo a conter os avanços de uma possível liderança alemã e se fortalecer no cenário internacional (DAEHNHARDT, 2013; SÜDHÖLTER, 2014; TREACHER, 2002). Já no caso da Alemanha, a integração regional tinha como objetivo melhorar sua imagem internacional de modo a construir uma identidade alemã a partir da integração europeia e de se recuperar economicamente para se afirmar como uma potência econômica (BAUN, 1996; BULMER; PATERSON, 1996; DAEHNHARDT, 2013; SÜDHÖLTER, 2014; TREACHER, 2002).

Até mesmo a estrutura do bloco era percebida de maneira distinta, a Alemanha buscava construir um federalismo europeu, enquanto a França tinha uma visão mais intergovernamental (COLE, 2010; SÜDHÖLTER, 2014; TREACHER, 2002). A França tem interesse em ter uma estrutura intergovernamental para preservar a sua soberania, enquanto a Alemanha buscava fortalecer o supranacionalismo, justamente pela sua ideia de federalismo (SÜDHÖLTER, 2014). E “a questão é que a França só aceita os conceitos federalistas para a Europa com a condição de manter o poder alemão sob controle”⁶⁵ (SÜDHÖLTER, 2014). Essas diferentes percepções sobre o bloco, fez com que a França rejeitasse a Constituição Europeia, porque viam que a formação da constituição como uma ameaça a identidade nacional francesa (SÜDHÖLTER, 2014).

Foi durante a Guerra Fria é que se iniciou um processo de institucionalização da relação bilateral franco-alemã e mesmo com o fim do conflito bipolar e a unificação alemã, os interesses da Alemanha não mudaram, a França continuava como a sua relação preferencial (DAEHNHARDT, 2013). Dentro desta ideia da institucionalização do processo de integração, Baun (1996) destaca a questão da união monetária surgida pelo Tratado de Maastricht (1991) que só foi possível por um processo de

⁶⁵ Tradução nossa: “However, the point is that France only advocates federalists concepts for Europe as long as it keeps German power politically under control” (SÜDHÖLTER, 2014).

barganha franco-alemão e que teria sido uma resposta dos países europeus para o fim da Guerra Fria e para a unificação alemã.

Justamente por conta da reunificação alemã é que a França buscou uma maior institucionalização da integração europeia. Os franceses temiam que a Alemanha voltasse a sua posição hegemônica da Primeira e Segunda Guerra Mundial, então passaram a ver a formação de instituições supranacionais como um caminho de controlar a Alemanha (BAUN, 1996). A França, portanto, via que quando a Alemanha perdia soberania em um setor devido a supranacionalidade, diminuiria seu poder na região.

Sendo assim, a divisão da Alemanha durante a Guerra Fria era vista pela França como uma forma de garantir a sua segurança, pois compreendiam que a divisão era importante para a reconciliação e para manter uma boa relação com os alemães (SÜDHÖLTER, 2014). Viam que a reunificação da Alemanha poderia causar um desequilíbrio na região e prejuízos para a integração regional (BAUN, 1996). Esta percepção é justamente um reflexo do histórico de rivalidade entre esses dois países que fez a França olhar para esse processo como uma forma de expansionismo e um fortalecimento da posição hegemônica alemã na região. Para a Alemanha, entretanto, a divisão do país era um obstáculo para o seu crescimento (SÜDHÖLTER, 2014).

Mas, esta percepção francesa só aconteceu porque a Alemanha não consultou a França sobre uma questão importante como tinha sido acordado em 1963 no Tratado de Élysées (SÜDHÖLTER, 2014). Desse modo, inicialmente a França tentou impedir a unificação alemã. Baun (1996) e Südhölter (2014) relatam que a viaja do presidente francês, François Mitterrand para União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) como uma reação francesa a unificação, pensavam que os soviéticos seriam contra a esse processo, mas não encontraram nenhum desejo soviético em impedir a consolidação da unificação alemã. Desse modo, o presidente francês percebeu que não tinha como evitar esse processo acabou apoiando a reunificação com a condição de que a Alemanha aceitasse a união monetária e o reconhecimento da fronteira da Polônia (BAUN, 1996; SÜDHÖLTER, 2014).

Ademais, a unificação alemã⁶⁶ fez com que a Alemanha se tornasse um Estado maior do que a França e perderam a interferência estrangeira dentro da região, algo que para os franceses era visto como uma forma de controlar esta postura hegemônica alemã (BAUN, 1996). Mas, o mais importante que é destacado pelo autor é o fato de que as mudanças no cenário internacional com o fim da Guerra Fria, fez uma transição de uma maior importância do poder militar, algo que favorecia a França, para uma maior importância para um poder econômico, algo que favorecia a Alemanha (BAUN, 1996). Sendo assim, a França compreende a integração regional como o principal caminho para conter a Alemanha (BAUN, 1996).

Mesmo com a reunificação alemã, a Alemanha tinha um interesse em continuar a integração europeia e estava disposta a aceitar os termos para que a França entendesse que não tinham interesse em voltar a sua posição expansionista e hegemônica (SÜDHÖLTER, 2014). A estratégia de manter a integração europeia como principal meio da inserção internacional da Alemanha, mesmo depois da reunificação, ocorre pelo sucesso do processo (BULMER; PATERSON, 1996; MAULL, 2018). A integração regional possibilitou a melhora da imagem do país, o seu crescimento econômico e a recuperação da sua soberania, portanto, viam que era uma estratégia que deveria continuar (BULMER; PATERSON, 1996).

Assim, a negociação bilateral fez com que a Alemanha aceitasse a criação da união monetária e que a França aceitasse avançar também na união política (BAUN, 1996). Esse interesse alemão para avançar na união política acontecia por entenderem como um caminho para o seu fortalecimento e pelo seu interesse pelo federalismo europeu (BAUN, 1996). Mas, o objetivo da maioria dos países do bloco era a união monetária, por isso os avanços na união política foram mais lentos (BAUN, 1996).

Sobre a união monetária, antes do Tratado de Maastricht aconteceram outras tentativas de uma integração neste setor, em 1978 se estabeleceu o Sistema

⁶⁶ A unificação alemã também era vista como uma preocupação para outros países europeus exatamente com o mesmo argumento de um medo de que a Alemanha voltasse a ter uma postura hegemônica e de dominação da região (BAUN, 1996). Mas, enquanto a França via a maior integração como um caminho para conter a Alemanha, o Reino Unido via que a maior integração é que favoreceria a hegemonia alemã (BAUN, 1996). Os ingleses compreendiam que dentro da supranacionalidade, os alemães teriam mais facilidade de dominar a região, como isso aconteceria não é especificado pelo autor (BAUN, 1996).

Monetário Europeu (SME) que conseguiu durante a década de 1980 conter a inflação da região (BAUN, 1996; SOUZA, 2008). A iniciativa do SME foi francesa, mas a Alemanha entendia que este projeto estava atrelado aos seus interesses em estabelecer uma federação europeia (SOUZA, 2008). Essa federação europeia permitiria com que a Alemanha exercesse a hegemonia na região devido a sua superioridade econômica, essa ideia de ser o *hegemon* da região não agradava aos franceses, por isso defenderam o estabelecimento de uma união monetária sem uma união econômica (SOUZA, 2008). Ou seja, criou-se uma moeda única sem que se estabelecesse uma política econômica comum, não houve, portanto, a perda de soberania econômica.

O que é importante aqui é que neste momento, já havia uma clara assimétrica econômica entre os países da região e mesmo entre França e Alemanha (BAUN, 1996). A Alemanha era o país com o maior poderio econômico e monetário, sabendo disso é que a França buscou a criação de uma instituição supranacional, para diminuir a hegemonia alemã nessa área. E mesmo que a Alemanha não tivesse um interesse tão grande na união monetária como a França, os alemães tiveram ganhos, pois o modelo do Banco Europeu tem como base o banco alemão (BAUN, 1996; DAEHNHARDT, 2013).

Além da política monetária, Cole (2010) demonstra que a política de agricultura europeia também foi resultado da coordenação bilateral franco-alemã. A negociação bilateral neste setor possibilitou uma redução de barreiras comerciais por parte da França para as indústrias alemãs em troca de um sistema de preços diferenciado para os fazendeiros franceses (COLE, 2010). Em 2002, França e Alemanha estabeleceram os parâmetros para a reforma do acordo agrícola e foi apresentado aos demais países para ratificação. A questão aqui é que esta reforma foi coordenada pelos dois países e é uma área que foi estabelecido um acordo no início do processo de integração que se intensificando mais tarde.

Destaca-se que dentro da integração regional europeia, identificava-se, pelo menos no início, que havia uma hegemonia compartilhada entre Alemanha e França, de modo que tanto os avanços como os retrocessos ocorriam por conta desses dois países (DAEHNHARDT, 2013). A partir deste fator, o conceito de flexibilidade da UE é uma ideia que parte de uma coordenação franco-alemã no qual os dois países

compreendiam que esse caráter era importante para evitar bloqueios ou a estagnação da integração (SÜDHÖLTER, 2014). A flexibilidade permitia que os países pudessem escolher quais áreas gostariam ou não de estabelecer políticas de integração.

Ainda sobre a hegemonia franco-alemã na região, Schild (2013) compreende que a liderança desses dois países no bloco ocorreria em três áreas diferentes: na promoção da integração europeia de modo a aumentar as áreas de integração ou no aumento de países-membros, na resolução de crises, aqui o autor destaca o papel dos dois países para conter as crises na zona do euro e na formação de pequenos grupos de cooperação. Além disso, compreende que esses dois países são os que possuem as maiores capacidades para liderar a região pelo passado na formação da união monetária e pela combinação de recursos, mas para que a atuação dos dois seja bem-sucedida, depende que haja interesses em comum ou pelo menos interesses complementares.

Dentre estas opções de liderança dos países, Schild (2013) se dedica a compreender principalmente a questão da resolução da crise do euro. Destaca, principalmente, a crise na Grécia e como Alemanha e França tinham percepções distintas⁶⁷ sobre as causas da crise, mas tinham em comum o objetivo de conter a crise para não se alastrar para outras regiões e correr o risco de acabar com a zona do euro. O importante aqui é que os pacotes econômicos⁶⁸ estabelecidos por Alemanha-França foram importantes para restabelecer não só a Grécia, como a Irlanda e Portugal e impediu que a crise chegasse na Espanha e na Itália. Ou seja, independente de os Estados terem as mesmas preferências ou terem ideias distintas de como resolver a situação, são capazes de encontrar termos em comum para alcançar um objetivo comum, neste caso, a resolução das crises econômicas (SCHILD, 2013).

Em contrapartida, o que se observou é que houve um maior crescimento alemão, principalmente no setor econômico fazendo com que tenha o maior poderio econômico da região (TREACHER, 2002). O próprio banco alemão estabeleceu o modelo e a gestão monetária do Banco Europeu (SOUZA, 2008). Treacher (2002)

⁶⁷ A Alemanha percebia que a crise grega era resultado de consequências fiscais, enquanto a França entendia como um problema de competitividade e macroeconômico (SCHILD, 2013).

⁶⁸ Foram estabelecidos fundos temporários e permanentes para a estabilização econômica como o European Financial Stability Facility (EFSF) e o European Stability Mechanism (ESM) (SCHILD, 2013).

observa que enquanto a França mantém a UE como um espaço para conter a Alemanha, os alemães superaram essa condição de conter a França e buscaram estabelecer um espaço para construir mecanismos positivos para a região. Por outro lado, Schild (2013) destaca que Alemanha se tornou o principal ator econômico da região, porque a França começou a apresentar problemas econômicos e fiscais perdendo a sua capacidade competitiva. Isto fez com que se antes existisse uma balança competitiva entre os países, agora há um desequilíbrio pelo crescimento econômico alemão e uma diminuição do crescimento econômico francês.

Enquanto na área econômica e monetária havia uma coordenação bilateral, Daehnhardt (2013) identificou duas áreas em que não há uma coordenação franco-alemã. A primeira delas é na área da segurança, no qual a Política Europeia de Segurança e Defesa (PeSd) teve como principal motor a relação bilateral da França com a Grã-Bretanha⁶⁹, isto porque a Alemanha não tinha um grande foco nas questões de segurança. O principal objetivo da Alemanha era a pauta econômica e durante a Guerra Fria tinha essa pauta de segurança atrelada aos EUA com a OTAN.

Entretanto, mesmo a segurança não sejam o principal objetivo da relação entre Alemanha e França, em 2003 os dois países adotaram a mesma posição conjunta de serem contra a intervenção militar norte-americana no Iraque e não buscaram adotar uma posição conjunta dentro da UE. Além desse caso, Cole (2010) identificou outras iniciativas de defesa conjunta, entre 1987-1988, pela primeira vez, França e Alemanha fizeram manobras conjuntas militares e criaram a Brigada Franco-Alemã que posteriormente se tornou parte da Eurocorps. Também foram criados o Conselho de Segurança e Defesa como parte do Tratado de Élysées.

O segundo caso em que não há uma coordenação entre os dois Estados é sobre o alargamento institucional do bloco para o leste europeu. Daehnhardt (2013) demonstra que a França não apoiou este alargamento e observou que a Alemanha estava aumentando a sua posição negociadora de modo a se afirmar cada vez mais como a potência central da Europa. Cole (2010) destaca que, na verdade, todo processo de alargamento do bloco a França foi contra, em 1963 e 1967 vetou a

⁶⁹ O Tratado de Saint Malo (1998) motivou a formação da PeSd que foi institucionalizada no Tratado de Nice (2000) e no Tratado de Lisboa (2007) que estabeleceu a Política Comum de Segurança e Defesa (PcSd). Além disso, em 2011 houve uma cooperação franco-britânica na intervenção da OTAN na Líbia (DAEHNHARDT, 2013).

entrada do Reino Unido, posição esta que só mudou em 1969 com a mudança do governo francês.

Já em 1981 com a Grécia e 1986 com a Espanha e Portugal, os franceses temeram o aumento da competição comercial e em 1995 foi contra a entrada da Áustria, Finlândia e Suécia. Já em 2004, a percepção francesa era de que um rápido alargamento poderia alterar a estabilidade da região. Em todos os casos, a mudança da postura da França aconteceu por uma negociação com a Alemanha. E o autor identifica que para a Alemanha o aumento dos países membros era importante, porque compreendia que a estabilidade da região estaria garantida com os países participando do processo de integração (COLE, 2010).

A respeito dos constantes encontros entre as duas nações, SÜDHÖLTER (2014) destaca que a partir de 2001, França e Alemanha estabeleceram os encontros de Blaesheim⁷⁰ onde aconteceriam reuniões voltadas para discutir tanto temas voltados para a integração regional como as questões fora do bloco. Essas reuniões são importantes, pois em momentos de divergência entre as duas nações em questões ligadas a UE foram resolvidos nesses encontros bilaterais e não dentro das instituições regionais. Esta iniciativa veio depois dos problemas encontrados na negociação do Tratado de Nice (2000)⁷¹ e dentro dessas reuniões os dois países buscavam adotar uma posição conjunta. SÜDHÖLTER (2014) destaca que as divergências sobre o alargamento da UE foram resolvidas no encontro de Blaesheim.

Além disso, a aproximação entre os líderes políticos também foi visto como importante para o processo de aproximação bilateral franco-alemão. SÜDHÖLTER (2014) compreende este como um fator que motiva os avanços da relação bilateral. Mas, em sua análise mostra que mesmo em momentos no qual os líderes não tinham uma grande relação⁷², a relação bilateral teve uma continuidade e não houve um retorno a inimizade. Bulmer e Paterson (1996) inclusive defendem esta ideia de que esta

⁷⁰ Esta localização é simbólica por estar localizada na fronteira franco-alemã (SÜDHÖLTER, 2014).

⁷¹ Durante as negociações do Tratado de Nice, houve uma divergência sobre a questão da votação no Conselho Europeu, a França defendeu que deveria ter uma paridade como o que foi previsto em 1951, mas, nesse momento a Alemanha não concordava com essa ideia (SÜDHÖLTER, 2014). E a Alemanha acabou ganhando esta disputa e a França passou a ver um desequilíbrio regional entre os dois países com a Alemanha passando a ter maior poder na região (SÜDHÖLTER, 2014).

⁷² Ler SÜDHÖLTER, Tobias. *The Franco-German relationship – the engine of European integration*, 2014. Dissertação (Mestrado Estudos Europeus) – Behavioural, Management and Social Science, Universidade Twente, Países Baixos.

relação bilateral criou uma dinâmica própria com todos os acordos estabelecidos entre eles de modo que não dependem da aproximação entre os líderes nacionais para que ocorra.

Tendo analisado a relação bilateral Brasil e Argentina e Alemanha e França, nota-se que a percepção de que a relação bilateral Brasil e Argentina como uma condicionante para a integração regional sul-americana é uma condicionante híbrida. Tanto a relação brasileira-argentina como a franco-alemã são caracterizadas por dois países que passaram de um contexto de inimizade para um contexto de amizade. Sendo que esta relação teria motivado a construção de uma integração regional de modo que os interesses desses países são considerados os interesses da integração regional e que eles são os principais motivadores para os avanços ou retrocessos da integração. Alguns autores até chegam a compreender que a relação Brasil e Argentina também é uma relação de conter um ao outro como a França busca atuar com a Alemanha.

Mas, a relação bilateral entre Brasil e Argentina ocorre em seus próprios termos, pois o que se observa é que o processo de aproximação entre esses dois países aconteceu em um setor estratégico. Com a resolução de uma disputa de recursos hídricos, com a questão de Itaipu e pelos acordos voltados a questão nuclear. Enquanto Alemanha e França estabeleceram um acordo de amizade e acordos voltados principalmente para a área econômica.

O que se observa no que tange a questão econômica, é que existem muitas assimetrias entre Brasil e Argentina. Os autores também reconhecem uma assimetria entre França e Alemanha, mas no caso de Brasil e Argentina os dois países buscam por um maior desenvolvimento econômico pela sua condição de país com baixo desenvolvimento econômico e social. A Alemanha, por exemplo, é considerada uma potência econômica e mesmo que a França não tenha conseguido acompanhar o crescimento alemão, não há uma grande disparidade entre eles.

Além disso, o próprio contexto histórico de cada relação bilateral é completamente diferente. Brasil e Argentina não entram em guerra desde a Guerra do Paraguai no século XIX, em contrapartida, Alemanha e França estiveram em guerra no século XIX e XX. Na verdade, isto está diretamente relacionado com o contexto de

cada região, a última guerra na América do Sul foi a Guerra do Paraguai, desde então não aconteceram conflitos bélicos na região, muito diferente do contexto europeu.

Sendo assim, no que tange a condicionante da relação bilateral brasileira-argentina para a integração regional sul-americana observa-se que é uma condicionante híbrida que passou por um processo mimético ambivalente, pois ao mesmo tempo que há semelhanças, existem também diferenças sobre como essas relações são pautadas.

4.2 O PROCESSO MIMÉTICO AMBIVALENTE: O PAPEL DO BRASIL NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO E AS MUDANÇAS NA POLÍTICA EXTERNA

No primeiro capítulo deste trabalho, destacou-se que o Brasil tem um papel central no processo de integração regional da América do Sul, devido a mudanças na sua política externa que passaram a privilegiar a região como um espaço preferencial. A integração regional sul-americana, portanto, seria o resultado da estratégia de PEB por ser o país da região com maior poderio econômico e político. De modo que os interesses nacionais seriam os interesses da integração regional e pela condição de impulsionador desse processo, deveria ocupar a posição de *paymaster* da integração (COUTO, 2006; KLEMI; MENEZES, 2016; MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012; MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR; VIGEVANI, 2021; MEDEIROS; TEIXEIRA JÚNIOR; REIS, 2017; ONUKI; OLIVEIRA, 2006; PECEQUILO; CARMO, 2013; VIGEVANI et al., 2008; VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2009, 2010, 2014).

A América do Sul se torna o principal eixo da PEB devido a um interesse em se afastar das políticas dos EUA, no qual buscou se afastar da América Central por ser uma região que apresenta uma forte dependência das políticas norte-americanas (COUTO, 2007; PECEQUILO; CARMO, 2013; VILLA, 2006). Sendo assim, para que o Brasil pudesse ter uma atuação mais autônoma, precisou transferir o eixo da América Latina para América do Sul (LAMOSO, 2012 *apud* BATISTA JR., 2008).

A respeito dos processos de integração, percebem que o surgimento deles, os seus objetivos e sua estrutura foram estabelecidos a partir dos interesses brasileiros, no qual a integração regional seria um meio para alcançar estes objetivos (COUTO, 2007; MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012; PECEQUILO; CARMO, 2013; VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2009). Os objetivos da política externa brasileira de maior autonomia, desenvolvimento pautado no universalismo e na defesa

dos princípios da não-intervenção e não ingerência também seriam os objetivos da política de integração da América do Sul (COUTO, 2007; MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012; MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR; VIGEVANI, 2021; MEDEIROS; TEXEIRA JÚNIOR; REIS, 2017; PECEQUILO; CARMO, 2013; VIGEVANI *et al.* 2008; VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2009, 2014). A questão dos objetivos da integração será mais bem explicitada durante a próxima seção deste capítulo.

Em relação a questão de o Brasil atuar como *paymaster* da integração regional, surge a partir da ideia de que um Estado central deveria ter a disposição e capacidade para arcar com os custos da integração (MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012). Assim, o Brasil deveria criar mecanismos para garantir que todos os membros do bloco tenham seus interesses assegurados (PECEQUILO; CARMO, 2013). Os processos de integração que mais avançaram tiveram a atuação de um Estado central que teria disposição e capacidade para arcar com os custos da integração, custos estes tanto financeiros como políticos e institucionais para a formação do sistema regional de governança (MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012).

Mas, quando se observa a atuação brasileira, há uma falta de interesse e capacidade para atuar como *paymaster* (MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012). Essa falta de capacidade do Brasil de exercer esse papel é que o próprio país possui suas fragilidades internas tanto econômicas como estruturais (MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2021; PECEQUILO; CARMO, 2013). Estes problemas não só afetam a vontade do país em exercer este papel, mas, também as expectativas que os vizinhos têm de que o Brasil diminuiria as assimetrias entre eles. Tendo estes problemas estruturais, o país priorizaria resolver estas questões primeiro, mas, concessões pontuais foram feitas só não foram suficientes.

Sendo assim, por mais que reconheçam a necessidade da atuação do Brasil como um *paymaster*, também reconhecem que existem obstáculos para ocupar esta posição devido aos problemas estruturais do país. Então, considerar este aspecto como importante parece reforçar que os avanços da integração sul-americana sempre serão limitados. Talvez a melhor maneira de compreender o papel do Brasil seria a partir da ideia de hegemonia cooperativa brasileira, no qual o país divide com os

demais Estados da região os custos e as responsabilidades da integração (MEDEIROS; TEIXEIRA JÚNIOR; REIS, 2017).

Esta centralidade do papel brasileiro como o principal motivador da integração regional se relaciona com o papel da Alemanha para a integração regional europeia. Na seção anterior, mostrou-se que por mais que a Alemanha e a França sejam o motor para a integração regional europeia, a Alemanha passou a ter um papel de maior destaque que a França. Essa questão se relaciona com o próprio crescimento econômico do país, mas também com a ideia de que a Alemanha constrói sua participação na integração por uma hegemonia compartilhada. Além disso, assim como o Brasil, há um entendimento de que os interesses alemães são transferidos para a UE, ou seja, os interesses europeus seriam interesses alemães. A ideia aqui é que haveria um *upload* dos interesses alemães para os interesses do bloco (PATERSON, 2011).

Sobre o crescimento econômico, o Plano Marshall possibilitou com que a Alemanha conseguisse alcançar o crescimento econômico entre os anos 1950-1970 devido ao crescimento da exportação de materiais químicos, aço e motores de carro (MAULL, 2018). Mas, pelo histórico alemão, há uma percepção de que os países europeus não aceitariam uma liderança ativa da Alemanha, então o próprio país evitaria este comportamento (BULMER; PATERSON, 1996; PATERSON, 2011). Dada esta condição, buscaria alternativa para diminuir essa percepção dos países da região.

É por essa razão que a Alemanha buscaria uma hegemonia compartilhada com a França, para reduzir o seu grau de influência na região. Essa ideia de a Alemanha tentar reduzir a sua liderança regional se relaciona com a sua busca por uma parceria bilateral com a França, (BULMER; PATERSON, 1996) sendo assim, a “[...] Alemanha precisa da França para disfarçar a sua força e a França precisa da Alemanha para disfarçar sua fraqueza [...]”⁷³ (PATERSON, 2011). Isto se relaciona com a ideia de Mattli (1999) de que a Alemanha busca construir uma hegemonia consensual de modo a oferecer concessões e preservar o consenso entre os membros para dinamizar a sua posição hegemônica (MATTLI, 1999).

⁷³ Tradução nossa [...] Germany needs France to disguise its strength and France needed Germany to disguise its weakness [...] (PATERSON, 2011).

Por outro lado, Jeffery e Paterson (2016) veem que a Alemanha evita ser o líder regional e isto se relaciona com a busca por uma supranacionalidade. Instituições caracterizadas pelo supranacionalismo fazem com que os Estados precisem perder a soberania em determinados temas, diminuindo também o seu poder para algumas agendas. Mas, isto não diminui a influência de uma nação no processo de integração, só que esta influência aconteceria de forma mais branda de modo a influenciar em alguns modelos de instituições ou na estrutura de tomada de decisão (BULMER; PATERSON, 1996; JEFFERY; PATERSON, 2016). Os autores destacam, por exemplo, o papel da Alemanha na construção da união monetária no qual a estrutura do Banco Europeu foi estabelecida pelo banco alemão.

Mas, esta hegemonia da Alemanha na região não é a mesma exercida pelos EUA durante a Guerra Fria no qual o país era o *hegemon* em diferentes temas (PATERSON, 2011). A hegemonia alemã está centrada nos temas econômicos e comerciais, enquanto as questões de defesa e segurança, por exemplo, tem a hegemonia franco-britânica (PATERSON, 2011).

Além disso, a Alemanha é considerada o *paymaster* da integração europeia, Mariano e Ramanzini Junior (2012) inclusive compreendem que o Brasil também seria o *paymaster* da integração sul-americana. Os autores utilizam o trabalho de Mattli (1999) para compreender esta posição brasileira, no qual o autor compreende que a existência de um líder regional atrelado a construção de instituições regionais fortes são fundamentais para sistema de integração. Como líder regional, esse país seria responsável por coordenar, regular e arcar com os custos da integração regional (MATTLI, 1999).

No caso da integração regional europeia, o *paymaster* seria a Alemanha devido ao seu crescimento econômico (MATTLI, 1999). O autor observou que os alemães passaram por um processo de crescimento econômico que possibilitou que logo conseguisse superar a crise do petróleo, ademais, é o país da região com a maior capacidade produtiva nos setores industriais e de tecnologia e é o principal parceiro comercial de treze países da UE (MATTLI, 1999). Todo este crescimento econômico se refletiu na sua influência política no bloco, de modo que possibilitou com que determinasse as agendas da região (MATTLI, 1999). Além disso, é o principal contribuinte para o orçamento da UE destinado aos países com menor

desenvolvimento econômico dentro do bloco. E esse papel de *paymaster* é muito importante para a Alemanha, pois ao mesmo tempo que a economia da região depende dos alemães, eles também dependem dos recursos dos demais países europeus (MATTLI, 1999).

Ademais, observa-se que o início a integração regional servia como uma forma de a Alemanha garantir a sua soberania pela divisão do território e da grande interferência estrangeira no país (BULMER; PATERSON, 1996; JOPP; BÖTTGER; 2021; MATTLI, 1999). A integração regional, portanto, era vista como um espaço para melhorar as áreas que apresentavam desvantagens em relação aos seus vizinhos (BULMER; PATERSON, 1996). Sendo assim, a Alemanha buscou se reconstruir tendo como base o multilateralismo no qual a integração regional se inseria nesse contexto (BULMER; PATERSON, 1996; MAULL, 2018).

Esta reconstrução do país estava pautada nos direitos humanos, na democracia, na justiça social, na paz e na estabilidade de modo que a integração europeia seria estabelecida tendo como base esses princípios (MATTLI, 1999; MAULL, 2018). Com a reunificação alemã, a integração regional foi vista principalmente como um espaço para aumentar sua inserção internacional (BULMER; PATERSON, 1996).

Outro fator que merece destaque é a questão da relação da Alemanha com os EUA, assim como a França, os EUA são vistos como outro principal parceiro dos alemães. Por conta da criação da OTAN, a Alemanha viu sua segurança garantida pelos norte-americanos e renunciou ter um arsenal de destruição em massa. E o Plano Marshall auxiliou no crescimento econômico e contribuiu com que as relações com os EUA se fortalecessem ainda mais (MAULL, 2018). Mas, em 2003, a posição alemã de ser contra a intervenção no Iraque foi o primeiro episódio no qual a Alemanha teve um posicionamento diferente dos EUA. E Maull (2018) ao comparara a relação bilateral franco-alemã e a dos EUA com a Alemanha, observou que a relação bilateral com a França acabou se tornando muito mais importante pelo histórico dos dois países e pelo papel de ambos no fortalecimento da UE. No novo contexto pós-Guerra Fria a Alemanha não via a necessidade de estar dentro no guarda-chuva norte-americano para manter a sua segurança.

A partir desta análise no papel alemão para a integração regional europeia e a análise feita do papel do Brasil para a integração regional sul-americana, nota-se que a condicionante da centralidade do papel brasileiro para a integração regional é híbrida. Ao analisar ambos os países, observa-se que constroem a integração regional a partir de uma relação bilateral, no caso brasileiro seria com a Argentina e no caso alemão com a França. Sendo que esta relação bilateral diminuiria os impactos da percepção de uma possível liderança dos países em cada região.

A formação de um hibridismo passa por um processo mimético ambivalente no qual faz com que ao mesmo tempo que existem suas particularidades também têm suas similaridades. No caso da Alemanha a sua liderança discreta ocorre para que os demais países da Europa não percebam com desconfiança as suas ações devidas as desconfianças dos seus vizinhos dado o seu histórico hegemônico e expansionista durante a Primeira e Segunda Guerra Mundial. No caso do Brasil são devido a problemas econômicos e estruturais que fazem com que busquem resolver estas questões antes de tentarem melhorar a situação dos demais países sul-americanos. Além disso, devido a hegemonia econômica alemã, o país possui as credenciais para arcar com os custos da integração, algo que o Brasil ainda possui dificuldades devido ao seu baixo desenvolvimento. A postura de buscar uma hegemonia cooperativa, inclusive, é uma forma de o Brasil dividir os custos da integração com os demais países por conta dos seus problemas estruturais.

Ademais, como cada país é considerado o mais importante em cada região, compreende-se que há uma transferência dos seus interesses para os interesses do processo de integração regional. É o que Paterson (2011) denominou como um processo de *upload* dos interesses do país para a integração regional.

Outra questão importante é o debate sobre intergovernamentalismo x supranacionalismo. Quando analisado o processo de integração regional sul-americano, especificamente o caso do Mercosul, nota-se que alguns autores reconhecem a necessidade de uma maior institucionalização da integração regional para levar a uma supranacionalidade (AZEVEDO, 2004; KLEMI; MENEZES, 2016; MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012; ONUKI; OLIVEIRA, 2006; VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2014). Esta percepção está atrelada ao sucesso da integração europeia pautada em uma supranacionalidade, sendo esta característica

principalmente pensada a partir do interesse da Alemanha em construir a integração europeia dessa maneira.

E outro ponto que merece destaque é a questão da autonomia e da soberania. Como destacado anteriormente, no início do processo de integração europeu, a Alemanha percebia este espaço como um meio de garantir sua soberania nacional devido a divisão do seu território. Mas, quando se observa o caso do Brasil, a integração é vista como um meio de alcançar a autonomia. A questão aqui é que por mais que tradicionalmente soberania e autonomia sejam tratadas tendo como o mesmo significado, quando se trata de uma análise voltada para o sul-global, neste caso para a América do Sul, não são percebidas como similares. Esta explicação será evidenciada na próxima seção voltada aos objetivos comuns da integração regional.

4.3 O PROCESSO MIMÉTICO AMBIVALENTE: OS OBJETIVOS DA INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANA

Os objetivos em comum para a integração regional sul-americana identificados no primeiro capítulo foram a busca por autonomia, maior desenvolvimento, afastar a ingerência estrangeira, aumentar a inserção internacional e a defesa da democracia. Enquanto os objetivos em comum encontrados na literatura do *mainstream* foram aumentar o comércio entre os países da região, evitar novos conflitos e aumentar a inserção internacional dos países. Além disso, há um reconhecimento dessas teorias de que os objetivos em comum podem mudar.

A respeito da autonomia, ela está diretamente relacionada a condicionante do afastamento da ingerência estrangeira, pois significa conseguir defender seus interesses e buscar diminuir a dependência das potências (MARIANO; RAMAZINI JÚNIOR, 2015; PERROTA, 2008; TICKNER, 2003a, 2008; VIGEVANI *et al.*, 2008; VIGEVANI; RAMAZINI JÚNIOR, 2014). Este conceito de autonomia se afasta do conceito de soberania que “em vez de estar enraizada na noção jurídica de soberania, no Brasil a autonomia é um conceito político, um instrumento para salvaguardar-se dos efeitos mais nocivos do sistema internacional” (VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2014). A ideia aqui é que embora sejam nações independentes e soberanas, tem as suas ações constrangidas pelas potências por possuírem maiores graus de autonomia.

Esta distinção fica ainda mais clara quando analisado a integração europeia. As teorias do *mainstream* delimitadas no capítulo dois desta pesquisa mostraram que o processo de aproximação entre Alemanha e França foram fundamentais para o sucesso da integração europeia. Ao investigar esta relação bilateral, identificou-se que a Alemanha, inicialmente, via a integração regional como um espaço para garantir a sua soberania. Mas, esse interesse alemão é justamente devido ao fato de que com o fim da Segunda Guerra Mundial o país esteve dividido entre a Alemanha Ocidental e Oriental e se tornou um interesse do país em se reunificar e afastar a interferência estrangeira do seu país. Por outro lado, a França também via como um espaço para garantir a sua soberania dado as grandes guerras no continente e a disputa territorial com a Alemanha durante elas.

Além disso, sobre esse período pós-Segunda Guerra Mundial, Merritt (1976) destaca a presença dos EUA, Grã-Bretanha e França na Alemanha. Demonstra que estas potências estavam presentes no território alemão e principalmente os norte-americanos foram responsáveis por acabar com qualquer resquício do nazismo e instaurar uma democracia na Alemanha (MERRITT, 1976). Inclusive, essas potências controlavam a indústria alemã. Quando os norte-americanos perceberam que o nazismo não tinha mais nenhuma chance de retornar ao poder, a presença dos EUA na região não se fez mais necessária e os alemães passaram a controlar suas indústrias novamente (MERRITT, 1976).

No final da Guerra Fria, com a unificação alemã, a integração regional não era mais vista como um espaço para buscar sua soberania, pois já conseguiram ter o controle total do seu território. A integração regional também era vista como um espaço para melhorar a sua imagem internacional, com a percepção positiva das ações da Alemanha, compreendiam que os países aceitariam melhor a sua unificação. A soberania aqui é vista pelas suas dimensões internas e externas de modo que se buscou a consolidação do território nacional sob o controle nacional e com reconhecimento da população e com o reconhecimento dos demais Estados (BIERSTEKER, 2013). E, é importante frisar que após a unificação, essa questão de ser um espaço para garantir sua soberania perdeu a importância.

Diferentemente da França que manteve como interesse a defesa da sua soberania, com medo de um expansionismo alemão. Viam a integração como uma

forma de conter a hegemonia alemã e buscavam com a integração regional garantir sua soberania.

Desse modo, ao olhar para integração regional sul-americana e para o próprio Brasil, não se observa um problema com a sua soberania nacional. Não houve uma presença direta das potências no seu território, o país não foi dividido e a soberania dos países da região não estavam ameaçada. A questão histórica da região é pautada pelo colonialismo e por uma forte ingerência das potências estrangeiras, principalmente dos EUA. Como existe uma forte dependência dos países da região com as grandes potências, acaba tendo uma influência muito grande das políticas desses países na região. E é justamente por isso que os países buscam a autonomia, com objetivo de diminuir os impactos dessa influência buscando caminhos alternativos. Neste caso, a integração regional é o caminho, neste espaço os países da região se fortalecem frente as potências.

E diferentemente da Alemanha, os países da região sul-americana apresentam problemas de baixo desenvolvimento e problemas estruturais. Dada esta condição há uma dependência estrangeira muito grande. Mas, para diminuir essa dependência, buscam a integração regional como um caminho para conseguir o seu desenvolvimento e resolver essas questões estruturais.

Sendo assim, a autonomia pode ser considerada como uma condicionante própria da região, pois ela não é identificada dentro do cenário europeu como uma condicionante da integração regional. A busca por autonomia ocorre em países que tem como objetivo se afastar da influência e de uma relação assimétrica com as potências. São países que buscam alcançar sua autonomia para conseguir garantir seus interesses e se salvaguardar das mudanças políticas e econômicas do cenário internacional. Na integração europeia o que se identificou foi uma busca por uma soberania por parte da Alemanha que ao ser conquistada deixou de ser um dos interesses alemães com a integração regional. A França também via como um espaço de garantir sua soberania, isto porque nos conflitos que aconteceram, a França disputou um território com a Alemanha e resolvendo seus contenciosos com os alemães conseguiram garantir sua soberania.

A autonomia não pode ser considerada uma condicionante híbrida da soberania por se relacionarem com questões diferentes, a autonomia se relaciona a

capacidade de um país de garantir seus interesses e sofrer menos impactos das mudanças no cenário internacional. Mas, dada a assimetria do cenário internacional, países com baixos graus de autonomia possuem uma forte dependência estrangeira e acabam tendo suas políticas influenciadas pelas potências. Enquanto a soberania é o controle do Estado sobre suas políticas nacionais e seu território.

E a respeito do afastamento da ingerência estrangeira, essa também é uma condicionante própria da região justamente porque buscam afastar esta influência das potências na América do Sul para que possam tomar decisões de acordo com os interesses dos próprios países sul-americanos e não das grandes potências. Assim como a autonomia, não se identificou na literatura do *mainstream* uma preocupação com a ingerência. Essa questão ocorre porque as teorias do *mainstream* justamente se baseiam na integração regional dessas potências estrangeiras.

Por outro lado, em relação ao desenvolvimento, os países sul-americanos procuram ter uma atuação no cenário internacional que viabilizasse o seu desenvolvimento (MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012). Diferentemente da autonomia, as estratégias de desenvolvimento são as que mais sofrem alterações por estarem diretamente ligadas a políticas de governo e por afetarem diretamente as questões domésticas (MARIANO; RAMANZINI JÚNIOR, 2012). Mas, assim como a autonomia, as estratégias de desenvolvimento também se relacionam com a ingerência estrangeira, as políticas neoliberais foram resultadas da influência norte-americana (KLEMI; MENEZES, 2016; LAMOSO, 2012; VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2009).

Mas, mesmo com as mudanças das políticas para superar as crises e tentar principalmente superar a condição de baixo desenvolvimento, esta condição ainda não foi superada. Além disso, esse baixo desenvolvimento faz com que haja uma grande assimetria entre os próprios países da região, pois as estratégias de desenvolvimento não foram as mesmas. O Brasil, por exemplo, desde 1930 buscou um desenvolvimento industrial, em contrapartida, a Argentina manteve uma política agroexportadora (SPEKTOR, 2002).

Com a diminuição das desconfianças entre eles, Brasil e Argentina puderam coordenar suas políticas para buscar o desenvolvimento com o Mercosul (PECEQUILO; CARMO, 2013; SARAIVA, 2008). Viam o bloco como um espaço para

conseguiriam resolver seus problemas internos de inflação, dívida externa, baixo desenvolvimento e industrialização e o aumento da pobreza.

Em relação a Europa, a integração regional foi vista como um espaço para aumentar o comércio entre os países da região e para a recuperação econômica devido as guerras no continente. Essa recuperação econômica aconteceu, tanto que a Alemanha se tornou uma potência econômica. O próprio processo para estabelecer a união monetária conseguiu melhorar a inflação da região (BAUN, 1996; DAEHNHARDT, 2013; SOUZA, 2008). Além disso, a Europa é caracterizada por uma interdependência econômica, característica esta identificada como importante pelas teorias de integração regional para a evolução do processo.

A UE também estabeleceu mecanismos de compensação como FSE, FEDER e o FEOGA para criar mais coesão econômica e social (MEDEIROS, 2003). Para o autor, como a UE é formada por países desenvolvidos, possuem as capacidades para gerar mecanismos compensatórios que funcionam, pois o baixo desenvolvimento sul-americano faz com que os estabelecidos pelo Mercosul sejam limitados.

Portanto, analisando a condicionante do desenvolvimento, considera-se que também é uma condicionante própria da região da América do Sul. Os países da região devido ao seu baixo desenvolvimento, adotam diferentes estratégias econômicas para melhorar ou tentar superar esta condição. Só que como são Estados caracterizados por uma baixa industrialização com a economia voltada para exportação de produtos primários, há uma baixa interdependência entre eles, fator este considerado como fundamental para a integração de acordo com as teorias do *mainstream*. Esta característica do baixo desenvolvimento demonstra o porquê a integração regional sul-americana inclusive não se iniciou no setor econômico e sim em um setor estratégico.

Outro objetivo em comum identificado por essa literatura brasileira analisada na presente pesquisa foi a defesa da democracia. A redemocratização foi vista como um fator impulsionador para a integração regional (FUCCILLE; LUCIANO; BRESSAN, 2021; VILLA, 2006). A democracia teria gerado uma percepção positiva entre os países da região levando a uma maior cooperação entre eles. Mas, os autores identificaram que a democracia se relaciona a fatores externos como a vitória dos EUA na Guerra Fria que sinalizou a democracia como um valor universal e como uma

condição para se inserir no arcabouço internacional e a criação das cláusulas democráticas nos anos de 1980 no âmbito da OEA como um valor normativo de defesa da democracia nas Américas (VILLA, 2006).

Ademais, defendem que democracia e a integração regional estão diretamente relacionadas de modo que uma sustenta a outra (FUCCILLE; LUCIANO; BRESSAN, 2021). Essa percepção compreende que a democracia é fundamental para o aprofundamento do bloco, pois em governos autoritários não seria possível a criação de sistemas de integração por não conseguirem criar valores, possibilitar a livre circulação de pessoas e o intercâmbio de culturas (FUCCILLE; LUCIANO; BRESSAN, 2021). Com o aumento das instabilidades políticas da região, no âmbito do Mercosul criou-se instrumentos formais para a proteção da democracia como a Declaração sobre Compromissos Democráticos (1996), o Protocolo de Ushuaia (1998) e o Protocolo de Ushuaia II (2011).

Esta percepção sobre a questão democrática está diretamente relacionada a uma observação do modelo europeu. Em 1997 com o Tratado de Amsterdã fez com que a democracia se tornasse um valor formal para a participação do processo de integração (HOFFMANN; SOUZA NETO, 2007). A preocupação de transformar a democracia em uma cláusula democrática ocorreu quando Espanha e Portugal mostraram o interesse em entrar no processo, neste momento esses dois países passavam por regimes ditatoriais, mas nenhum instrumento formal foi criado. Foi apenas com os interesses dos países do Centro e Leste Europeu que começou a se desenvolver a ideia de criar um instrumento formal para a defesa da democracia.

A democracia se tornou um critério formal para participação da UE, mas em nenhum momento houve um rompimento⁷⁴ dos valores democráticos, fazendo com que seja apenas um instrumento formal para participar do bloco (HOFFMANN; SOUZA NETO, 2007). Mas, acabou gerando uma interpretação de que a democracia e a integração regional estão diretamente relacionadas, quanto maior forem os valores democráticos, maior seria a integração (FUCCILLE; LUCIANO; BRESSAN, 2021; MATHIAS; GUZZI; GIANNINI, 2008; VILLA, 2006).

⁷⁴ A Áustria passou por um momento de crise democrática, mas não houve um rompimento, apenas ameaça (HOFFMANN; SOUZA NETO, 2007). Desse modo, a cláusula democrática não foi colocada a prova.

Entretanto, o problema desta interpretação, como delimitado anteriormente no capítulo um, é que não explica por que antes das ditaduras militares os sistemas de integração não deram certo, parece não considerar as disputas geopolítica entre os Brasil e Argentina e desconsideram o rompimento da democracia pela ditadura militar. Sendo que Brasil e Argentina começaram um processo de aproximação ainda durante as ditaduras militares, onde não havia defesa de valores de democráticos. Mesmo no que tange as questões nucleares, foi durante a ditadura militar que iniciaram as negociações para diminuir desconfianças entre eles, o próprio Villa (2006) observa que em 1978 havia ocorrido um exercício militar conjunto com a Operação Fraternal e que em 1981 houve a assinatura de acordos voltados a área nuclear. A questão da defesa da democracia ocorre justamente por terem passado por uma ditadura militar com um longo período de rompimento democrático.

Assim, ao analisar a questão da democracia, nota-se que há uma preocupação com proteção da democracia tanto para a Europa como para a América do Sul. A questão é que por mais que os autores tratem a criação da cláusula democrática tendo como base a ideia da cláusula democrática europeia, para a Europa não houve casos de rompimento democrático. É apenas um instrumento formal para participar do bloco. Diferentemente da América do Sul que passou por um grande período ditatorial de rompimento com a democracia, no qual é um fator importante que leva a esses países a buscarem proteger a democracia na região.

Por desconsiderarem este fator, a democracia poderia ser interpretada como uma condicionante híbrida, mas ela é uma condicionante própria da região. Isto porque a democracia se torna um instrumento formal por ter se tornado uma condição para participar do sistema internacional. Enquanto para a América do Sul, a defesa da democracia se baseia no seu histórico de ditatorial e em episódios de rupturas democráticas. A importância dada a democracia pelas regiões é completamente diferente.

O último objetivo em comum se trata da questão de melhorar a inserção internacional. O Brasil compreende que a integração regional é um meio para melhorar sua inserção internacional, no qual o Mercosul seria o núcleo duro da integração (COUTO, 2007; JAGUARIBE, 2008; MEDEIROS; TEIXEIRA JÚNIOR; REIS, 2017; VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2009). Ou seja, o Brasil via que com a

integração regional como um espaço para aumentar sua posição de barganha e se inserir no cenário internacional. Neste contexto, a relação bilateral com a Argentina era fundamental para conseguir consolidar a integração regional (COUTO, 2007; VIGEVANI; RAMANZINI JÚNIOR, 2009).

Quando analisada a situação da Alemanha, percebe-se que o país também compreende a integração regional como um meio para melhorar a sua inserção internacional, com o fim da Segunda Guerra Mundial o país se encontrava isolado, portanto, a integração regional seria um espaço para se inserir no cenário internacional. Além disso, essa estratégia deu certo por ter possibilitado melhorar a imagem do país, o seu crescimento econômico e a recuperação da sua soberania, portanto, viam que era uma estratégia que deveria continuar (BULMER; PATERSON, 1996). Sendo que a integração regional se inicia a partir da relação bilateral com a França.

Desse modo, as duas relações bilaterais viam a integração como um meio para uma inserção no cenário internacional. A integração regional, portanto, melhoraria a posição de barganha desses países e dos demais dentro do sistema de integração. No caso da América do Sul, a integração regional também é vista a partir de objetivo estratégico, pois as alianças entre os países da região fortalecem as suas capacidades de resolução de controvérsias, melhorando sua capacidade negociadora além de intensificar a integração e cooperação econômica e políticas. Enquanto para a Europa, seria um espaço para evitar novas guerras, um espaço de cooperação econômica e política e que, inicialmente, seria um espaço para conter a Alemanha e, também melhorar sua imagem internacional. Sendo assim, analisando o que a integração significa para cada região, nota-se que ambos identificam como um espaço inicial para a sua inserção internacional. Mas, cada região acontece a partir dos seus próprios termos, portanto, essa condicionante pode ser considerada híbrida.

Nota-se que ao destacar os objetivos em comum da região sul-americana, existem tanto objetivos próprios da região como objetivos híbridos. A busca por maior autonomia, desenvolvimento, o afastamento da ingerência estrangeira e a defesa da democracia seriam as condicionantes próprias da região, enquanto a busca por aumentar sua inserção internacional seria condicionante híbrida.

4.4 O PROCESSO MIMÉTICO AMBIVALENTE DAS CONDICIONANTES DA INTEGRAÇÃO REGIONAL SUL-AMERICANA

Este capítulo teve como objetivo analisar o processo mimético ambivalente das condicionantes da integração sul-americana a partir de uma leitura contrapontual entre uma literatura brasileira e a literatura do *mainstream*. Ou seja, buscou-se encontrar as semelhanças e diferenças entre essas duas literaturas para identificar se as condicionantes da integração regional sul-americana passaram por um processo mimético ambivalente se tornando híbridas ou se eram condicionantes próprias da região ou se era um sistema que combina tanto condicionantes híbridas como as próprias da região. Nota-se que quando se trata das condicionantes da integração regional sul-americana o sistema combina os dois tipos de condicionantes, tanto híbridas como condicionantes próprias da região.

No que versa sobre as condicionantes híbridas, identificou-se que a relação bilateral entre Brasil e Argentina, a centralidade do papel brasileiro para a integração regional e o objetivo em comum de buscar maior inserção internacional são as condicionantes híbridas. Assim como a relação bilateral da França e Alemanha, a relação bilateral Brasil e Argentina foi vista como fundamental para a integração regional e como o principal motor da integração sul-americana. Mas, a relação bilateral também se deu a partir dos seus próprios termos com Brasil e Argentina resolvendo questões estratégicas e iniciando a integração a partir desse setor e não de um setor econômico como no caso da França e da Alemanha. No caso Europeu, como observado na teoria do neofuncionalismo, a integração se iniciou em um setor não estratégico e pelo sucesso da integração, houve um processo de *spillover* que passou a integração para setores estratégicos.

No caso da identificação da centralidade do papel do Brasil há uma semelhança com a identificação da Alemanha como principal motor da integração regional depois da sua recuperação econômica. Mas, ambos os países possuem realidades completamente distintas o que faz a liderança brasileira não conseguir diminuir as assimetrias da região. Entretanto, identificam que ambos os países buscam uma liderança mais branda em suas regiões por receio dos seus vizinhos, no caso da Alemanha há uma hegemonia compartilhada com a França para que os vizinhos não percebam suas ações hegemônicas e nem expansionistas. Por outro

lado, o Brasil busca uma hegemonia compartilhada ou uma hegemonia cooperativa com a Argentina para diminuir a percepção das suas ações hegemônicas, mas também para diminuir os custos da integração regional. Dado a seu baixo desenvolvimento, diminuir os custos da integração seria benéfico, além de diminuir os impactos das suas ações.

Além disso, há uma identificação de que os interesses da integração regional são os interesses estabelecidos pela relação bilateral entre Brasil e Argentina ou que os interesses da integração regional são os interesses da política externa brasileira por ser o principal país da região. Essa questão também é percebida no caso da Alemanha e França, como os principais países da integração europeia, os seus interesses seriam os interesses da integração regional. Mas, pelo crescimento econômico alemão, os interesses alemães é que seriam os interesses da integração regional, pelo menos no que tange a questão econômica. Pois, no que versa a questão de segurança e defesa, os interesses franceses e ingleses são os que regem a integração regional.

Sobre o objetivo em comum de buscar maior inserção internacional, ambas as regiões identificam a integração regional como um meio de se inserir no cenário internacional. Desse modo, o Brasil estabeleceu a América do Sul como o espaço preferencial da sua política externa, no qual a integração regional se iniciaria com a relação bilateral com a Argentina. Já para a Alemanha, a integração regional europeia é o espaço para iniciar a sua inserção internacional de modo que essa integração se iniciaria com a resolução das questões com a França.

A respeito das condicionantes próprias da região, essas seriam principalmente os demais objetivos em comum da integração regional sul-americana, a busca por maior autonomia, desenvolvimento, afastar a ingerência estrangeira e a defesa da democracia. A autonomia está diretamente relacionada ao afastamento da ingerência estrangeira, pois significa a capacidade dos Estados de poder tomar suas próprias decisões no cenário internacional de modo a viabilizar os interesses nacionais, ou seja, é a capacidade que o Estado tem de tomar suas próprias decisões sem a influência de um Estado com maior autonomia.

Esse conceito está separado da soberania no que tange a países do sul-global, pois eles possuem a sua soberania nacional, mas não possuem autonomia por

não terem as capacidades necessárias para conseguir conter os impactos da política internacional, ou seja, ainda dependem das potências para seu desenvolvimento ou até mesmo se proteger. Além disso, significa tomar suas próprias decisões sem uma influência de um país com maior autonomia. Como é um conceito que está diretamente relacionado a superar esta dependência das potências estrangeiras e a influência delas em suas políticas, não é um conceito que se relaciona com a soberania.

A integração regional seria um meio de garantir sua autonomia, pois com uma cooperação com países com características semelhantes diminuiria os fatores de dominação. E fortaleceria a autonomia regional, porque afastaria as potências estrangeiras dos assuntos regionais tanto no que tange a uma estratégia econômica como na resolução de conflitos da região. É precisamente este o interesse tanto brasileiro como argentino com a integração regional.

Mas, quando se analisa as teorias apresentadas no capítulo anterior e bem como a motivação para a integração regional para a Alemanha e França, países esses que a resolução dos seus conflitos foi identificada como uma condicionante da integração regional, não identificam a autonomia como uma condicionante. No caso da Alemanha, a integração regional foi um espaço para garantir a sua soberania, isto porque o país com o fim da Segunda Guerra Mundial foi dividido em dois territórios, compreendiam que a integração regional melhoraria sua imagem internacional e conseguiriam unificar o país novamente.

Ademais, quando se analisa o caso da Alemanha logo no pós-Segunda Guerra Mundial, houve um caso de intervenção no seu país para acabar com o nazismo e estabelecer um regime democrático. E, no caso francês, no governo De Gaulle identificou-se uma vontade de se afastar das políticas norte-americanas, mas isto não esteve presente dentro da integração regional como um objetivo regional, já que a própria Alemanha tinha uma percepção positiva sobre os EUA com a ajuda econômica e pela OTAN. E a França também via a integração regional como um espaço para garantir sua soberania, pelas suas disputas territoriais com a Alemanha.

A respeito do desenvolvimento, os países sul-americanos procuram superar o baixo desenvolvimento e veem a integração regional como um espaço para aumentar o comércio da região, controlar o aumento da inflação, negociar a dívida

externa, aumentar a industrialização e superar o aumento da pobreza (PECEQUILO; CARMO, 2013; SARAIVA, 2008). É uma estratégia que apresenta dificuldade no seu avanço, principalmente devido as grandes assimetrias na região e mesmo com a criação de mecanismos de compensação, acabam não sendo o suficiente. Porque os principais financiadores desses mecanismos, Brasil e Argentina, também precisam superar o seu baixo desenvolvimento e seus problemas estruturais que muitas vezes fazem com que suas questões internas sejam prioridade.

Por outro lado, no caso europeu, a região é vista com uma forte interdependência econômica. Conseguiram sua recuperação econômica e a Alemanha inclusive é uma potência deste setor. Mesmo na Europa, existem assimetrias econômicas, mas os mecanismos de compensação conseguem resolver esta questão. Isto porque o principal financiador desses mecanismos é a Alemanha, país que é considerado o *paymaster* da integração e possuem as capacidades necessárias para ocupar esta posição, algo que o Brasil ainda encontra dificuldades. A hegemonia compartilhada inclusive é importante para diminuir os custos da integração regional para o Brasil. Portanto, a Europa não tem a questão do desenvolvimento como uma condicionante porque não precisam superar essa condição de baixo desenvolvimento como os países sul-americanos, indicando que essa é mais uma condicionante própria da região.

Por fim, a defesa da democracia por mais que os autores compreendam que a democracia e a integração regional estejam caminhando juntas ou que tenha gerado uma boa percepção entre os países, os autores não avaliam o impacto que a ditadura militar teve para a região. Não avaliam que pelo fato de terem passado por um período de rompimento democrático, isto não afetaria a preocupação dos países em protegerem suas democracias que tinham sido recém instauradas. Os primeiros instrumentos de defesa da democracia criados na região, foram alguns anos depois do retorno ao regime democrático. Sem essa avaliação dos autores, a interpretação dada a defesa da democracia poderia ser considerada como híbrida. Mas, essa é uma variável importante que deve ser considerada para entender o impacto da defesa da democracia na região. Desse modo, compreende-se que esta é uma variável própria da região, pois por mais que se tenha uma preocupação com a defesa da democracia, isto ocorre de uma maneira diferente.

Para a Europa, a interpretação dada é o que Villa (2006) destaca de que a vitória dos EUA na Guerra Fria sinalizou a democracia como um valor universal e como uma condição para se inserir no arcabouço internacional. Além disso, como demonstrado por Hoffmann e Souza Neto (2007), por mais que tenha se estabelecido a democracia como um valor fundamental para fazer parte do bloco, ela nunca foi colocada a prova. Portanto, a maneira como o valor democrático é visto na Europa não se assemelha com o que acontece na América do Sul.

Por último, é interessante destacar as características da integração regional sul-americana. Ela é pautada por um intergovernamentalismo por não terem interesse em perder soberania, mas também é pautado por uma flexibilidade. Para a América do Sul essa flexibilidade possibilita facilitar a adesão de novos membros e que a estrutura do bloco não seja tão rígida. O sistema europeu é marcado por uma supranacionalidade, mas também apresenta um caráter de flexibilidade. Neste caso, a flexibilidade ocorre para que os países membros possam participar dos arcabouços que fazem parte dos seus interesses, não precisam participar de todos os sistemas de integração. Mostrando que essa característica de flexibilidade também é híbrida, ocorrendo de acordo com seus próprios termos em cada região.

5 CONCLUSÃO

Esta dissertação teve como objetivo geral investigar as condicionantes da integração regional em uma literatura com um substrato empírico distinto da literatura do *mainstream* buscando identificar o hibridismo das condicionantes sul-americanas a partir da seguinte pergunta de pesquisa: “Quais são as condicionantes da integração regional na literatura brasileira de Relações Internacionais?” Para responder esta pergunta, analisou-se uma literatura nacional sobre integração regional, identificada na análise bibliométrica da Coleção Brasil de Ciências Humanas no Sistema Scielo a partir do termo “integração regional” e em uma literatura do *mainstream* sobre o tema aqui traduzida nas teorias liberais.

Assim, esta pesquisa buscou, com este debate sobre as condicionantes da integração regional, dar visibilidade ao pensamento local. Para demonstrar que, ao mesmo tempo em que há uma absorção de ideias internacionais, também há uma modificação delas a partir de categorias de análise derivada, principalmente a partir da observação da realidade da região. Desse modo, a América do Sul não é só uma receptora desse conhecimento, mas também uma formuladora.

Com este objetivo geral, estabeleceu-se os seguintes objetivos específicos: compreender as condicionantes para a integração regional na TRI e em uma literatura brasileira sobre o tema, além de visar compreender o processo mimético ambivalente da TRI na literatura nacional que versa sobre a integração regional e o hibridismo produzido por esse processo. A identificação das condicionantes nas duas literaturas que possuem um substrato empírico distinto forneceu as bases para observar se houve um processo de mimético ambivalente e, tendo havido, como se deu esse produto híbrido. E é através da leitura contra pontual entre uma literatura brasileira e a literatura do *mainstream* que foram fornecidas as bases para identificar se houve um processo mimético ambivalente tendo como resultado um híbrido.

O método a leitura contra pontual propõe uma discussão entre a literatura brasileira sobre a integração regional a teoria liberal das RI. A utilização da leitura contra pontual possibilitou identificar um diálogo entre diferentes perspectivas de modo a possibilitar a percepção de conexões entre diferentes visões. Uma pesquisa utilizando uma leitura contra pontual possibilita olhar para o sul global a partir da sua própria história e não como um reflexo do norte global e como uma maneira de

recuperar um conhecimento que não domina o debate das RI. Desse modo, o método de leitura contra pontual proporcionou um diálogo com vistas a identificar semelhanças e diferenças entre a bibliografia fornecida pelas publicações mais citadas na Coleção Brasil do Scielo em torno dos termos “integração regional” e a literatura teórica do norte global, ou o *mainstream* da TRI, sobre integração regional traduzida nas teorias liberais do federalismo, funcionalistas, neofuncionalistas, intergovernamentalismo, interdependência complexa e teoria dos regimes.

A partir dessa reflexão, durante o primeiro capítulo se investigou essa literatura brasileira para identificar as condicionantes da integração regional sul-americana. Assim, verificou-se que as condicionantes da integração regional sul-americana consistiam na diminuição das desconfianças entre Brasil e Argentina que possibilitou a construção de um sistema de integração; uma mudança na política externa brasileira no qual passou a privilegiar a América do Sul como um espaço preferencial, tendo a relação bilateral com a Argentina como principal eixo da integração; e o Brasil seria o principal ator desse processo. Ademais, a integração regional seria motivada pelos objetivos em comum de alcançar maior autonomia, desenvolvimento, aumentar sua inserção internacional, afastar a ingerência estrangeira e garantir a defesa da democracia.

Destaca-se que, quando se entende a relação bilateral como principal eixo da integração, identificou-se que os interesses da integração surgiram dessa coordenação entre Brasil e Argentina. Enquanto para os autores que compreendem a liderança brasileira como principal fator da integração regional, esses interesses do processo de integração são uma extensão dos interesses brasileiros. Portanto, estes objetivos em comum seriam, na verdade, os objetivos da política externa brasileira que se transformaram também nos objetivos da integração regional, dada esta condição de que o Brasil é o principal ator do processo.

O Brasil também é identificado como o *paymaster* da integração, mas devido aos seus problemas econômicos e estruturais, acaba não conseguindo construir mecanismos de compensação que de fato diminuam as assimetrias da região. Essa visão que privilegia o papel do Brasil, não percebe que a Argentina também tem um papel importante para a construção da integração regional sul-americana. É interesse dos dois países em construir a integração regional pautada nesses objetivos em

comum no qual a integração regional é vista como um meio para garantir esses objetivos. Além disso, a integração regional sul-americana é caracterizada por um intergovernamentalismo com fortes assimetrias entre os países da região, com falta de complementariedade econômica e pautado por uma flexibilidade.

Já no segundo capítulo foi feita a análise das teorias liberais também com objetivo de detectar as condicionantes da integração, mas desta vez tendo como objeto da análise a literatura do *mainstream*. Identificam que a integração regional acontece entre países que tem um contexto histórico, social e econômico em comum, pautado por uma interdependência econômica e por interesses em comum. Sendo que esses interesses em comum estão em constante mudança, no caso europeu, a integração regional era um espaço para aumentar a cooperação econômica e comercial entre os países da região e evitar novas guerras.

Por mais que as teorias tivessem sua análise principalmente focada na questão econômica, a segurança também é uma condicionante da integração regional. A diminuição das desconfianças entre Alemanha e França foram fundamentais para o início do processo de integração e para o seu aprofundamento. E a integração também era vista como um espaço para manter a paz da região devido ao aumento da transparência entre os países de modo que poderiam identificar as ameaças em comum e como combatê-las.

Sobre as características do processo de integração europeu, identificam que é fundamental a participação tanto do Estado como os atores transnacionais, mas o poder decisório ainda está centrado no Estado. A integração econômica é uma característica importante também, porque há uma identificação de que esse foi o principal motivador para a integração e por uma ideia de que devido as guerras, era melhor começar a integração por um setor não estratégico. E a integração regional é delimitada a partir de uma supranacionalidade junto com uma flexibilidade tanto para facilitar que novos temas possam ser tratados na integração regional como para que os Estados possam escolher quais sistemas querem ou não fazer parte, como é o caso da união monetária.

Com a identificação das condicionantes da integração regional nessas duas literaturas, no terceiro capítulo se realizou a leitura contrapontual para identificar quais condicionantes da integração regional sul-americana passaram por um processo

mimético ambivalente se tornando condicionantes híbridas ou se são condicionantes próprias da região ou se existe uma combinação desses dois sistemas. A análise mostrou que quando se trata das condicionantes da integração regional sul-americana o sistema combina os dois tipos de condicionantes, tanto híbridas como condicionantes próprias da região.

As condicionantes híbridas, portanto, são a relação bilateral entre Brasil e Argentina, a centralidade do papel brasileiro para a integração regional e o objetivo em comum de buscar maior inserção internacional. A respeito da relação bilateral entre Brasil e Argentina, notou-se que havia uma similaridade com a identificação da relação bilateral da França e Alemanha que também é vista como o principal motor da integração europeia. Entretanto, a relação bilateral também se deu a partir dos seus próprios termos com Brasil e Argentina resolvendo questões estratégicas e iniciando a integração a partir desse setor e não de um setor econômico como no caso da França e da Alemanha. No caso da Europa, como destacado na teoria do neofuncionalismo, a integração se iniciou em um setor não estratégico e pelo sucesso da integração, houve um processo de *spillover* que passou a integração para setores estratégicos (DIEZ; WIENER, 2009; GEHRIN, 1996; GROOM, 1994; HETTNE, 2005; LINDBERG, 1994; MALAMUD, 2005; MEDEIROS, 2003; RAMOS, 2005).

Por outro lado, a centralidade do papel do Brasil, se assemelha com a identificação da Alemanha como principal motor da integração regional depois da sua recuperação econômica. Em contrapartida, os dois Estados não apresentam a mesma realidade. Enquanto a Alemanha se consolidou como uma potência econômica, capaz de criar mecanismos de compensação que funcionam para diminuir as assimetrias entre os países e atua junto com a França em uma hegemonia compartilhada, o Brasil com seu baixo desenvolvimento econômico não consegue diminuir as assimetrias da região com os mecanismos de compensação e busca uma hegemonia compartilhada ou cooperativa com a Argentina para diminuir os custos da integração.

Assim como a Alemanha, dividir esse espaço com seu principal parceiro diminui a percepção dos demais países de que suas ações seriam hegemônicas. E como são os principais países dos processos de integração, haveria uma transferência dos interesses deles para a integração regional, ou seja, os interesses brasileiro-argentino delimitam a pauta da integração sul-americana assim como os

interesses franco-alemães delimitam os interesses da integração europeia. E a questão do objetivo em comum de buscar ter maior inserção internacional, tanto para o Brasil e a Argentina como para Alemanha e França, a integração regional é vista como um meio de se inserir no cenário internacional. Ou seja, a integração regional é um meio para melhorar a posição de barganha desses países.

Sobre as condicionantes que seriam próprias da região, são os demais objetivos em comum da integração regional sul-americana, a busca por maior autonomia, desenvolvimento, afastar a ingerência estrangeira e a defesa da democracia. A respeito da autonomia, este conceito está diretamente relacionado ao afastamento da ingerência estrangeira, pois significa a capacidade dos Estados de poder tomar suas próprias decisões no cenário internacional de modo a viabilizar os interesses nacionais. Ou seja, é a capacidade que o Estado tem de tomar suas próprias decisões sem a influência de outros países. Assim, a autonomia não se relaciona com a soberania, porque os países da região possuem a sua soberania nacional, mas não possuem as capacidades necessárias para conseguir conter os impactos da política internacional. Ou seja, ainda dependem das potências para seu desenvolvimento ou até mesmo para se protegerem.

Como é um conceito que está diretamente relacionado a superar essa dependência das potências estrangeiras e a sua influência nas políticas da região, não é uma ideia que se relaciona com a soberania. É uma ideia de contraposição com a ingerência estrangeira e não de uma interferência estrangeira, como observado no caso alemão no pós-Segunda Guerra Mundial com os EUA, França e Grã-Bretanha ocupando seu território. A França, por outro lado, também buscava a integração como um meio de garantir sua soberania, porque apresentou uma disputa territorial com a Alemanha.

Enquanto para os países sul-americanos, a integração regional é um meio de garantir sua autonomia de modo que a integração é vista como um meio para alcançá-la. De modo que a cooperação com países com características semelhantes diminuiria os fatores de dominação do norte global de modo a fortalecer a autonomia regional, porque afastaria as potências estrangeiras dos assuntos regionais tanto no que tange a uma estratégia econômica como na resolução de conflitos da região. É precisamente este o interesse tanto brasileiro como argentinos com a integração regional.

A respeito do desenvolvimento, a integração regional sul-americana é vista como um meio para superar o baixo desenvolvimento de modo que a integração possibilitaria aumentar o comércio da região, controlar o aumento da inflação, negociar a dívida externa, aumentar a industrialização e superar o aumento da pobreza (PECEQUILO; CARMO, 2013; SARAIVA, 2008). Entretanto, é uma estratégia que apresenta dificuldade no seu avanço, principalmente devido as grandes assimetrias na região e mesmo com a criação de mecanismos de compensação, acabam não sendo o suficiente. Afinal, os principais financiadores desses mecanismos, Brasil e Argentina, também precisam superar o seu baixo desenvolvimento e seus problemas estruturais que acabam sendo suas prioridades.

Enquanto no cenário europeu existe uma interdependência econômica, pautada por uma complementariedade comercial. Assim, conseguiram sua recuperação econômica e, sendo a Alemanha uma potência desse setor, as assimetrias econômicas conseguem ser superadas por conta dos mecanismos de compensação, no qual o principal financiador desses mecanismos são os alemães. O Estado alemão é considerado o *paymaster* da integração e possuem as capacidades necessárias para ocupar esta posição, algo que o Brasil ainda encontra dificuldades. Assim, a Europa não tem essa questão de buscar um desenvolvimento, pois já alcançaram esta condição com a recuperação econômica e conseguem criar mecanismos para os Estados que possuem um menor desenvolvimento. Sendo assim, a cooperação na Europa consegue diminuir as assimetrias existentes na região.

Já a democracia é uma condicionante que apresenta desafios para compreender sua condição. Isto porque a análise proposta pelos autores dessa literatura nacional tem uma ideia desenvolvida com base em um modelo europeu, mas desconsideram o período de ditaduras militares na América Sul. Portanto, percebem que a democracia surge para que a integração regional possa ter sucesso, mas não avaliam que essa busca por criar instrumentos formais para a defesa da democracia ocorre por terem receios de novos rompimentos democráticos na região. É diferente da Europa que criou a cláusula democrática como um instrumento formal para participar da integração regional, mas que não foi colocada a prova. Isto faz com que não exista nenhuma similaridade com a forma que a democracia é pautada nas regiões, fazendo com que não seja uma condicionante híbrida.

As características da integração também são interessantes de serem analisadas. A integração regional sul-americana é pautada por um intergovernamentalismo, com forte assimetria entre os membros e por uma flexibilidade que possibilita facilitar a adesão de novos membros e que a estrutura do bloco não seja tão rígida. Além disso, apresenta uma participação principalmente do Estado, não contando tanto com a participação de atores transnacionais. Enquanto na Europa, existe uma supranacionalidade, com uma interdependência econômica entre os Estados, participação não só do Estado como de atores transnacionais e com um caráter de flexibilidade. Neste caso, a flexibilidade ocorre para que os países membros possam decidir de quais sistemas querem fazer parte e quais não querem fazer parte. Mostrando que essa característica de flexibilidade também é híbrida, ocorrendo de acordo com seus próprios termos em cada região.

Sendo assim, a partir desses resultados, é possível perceber que a hipótese adotada por essa pesquisa de que em uma literatura brasileira sobre integração regional, o processo de integração regional é condicionado por princípios e objetivos híbridos que revelam ligações entre o pensamento nacional e o pensamento do *mainstream* da Teoria das Relações Internacionais pode ser verificada. Mas, além de ter princípios híbridos, apresenta também princípios próprios da região, mostrando que há uma combinação de desígnios híbridos e desígnios próprios. Dessa forma, é possível perceber que a própria estrutura de integração regional sul-americana passa por um processo mimético ambivalente, pois ao mesmo tempo em que se forma uma estrutura nova, não é tão diferente. Valores são mantidos, mas respeitando a realidade da região, como o caso da questão da flexibilidade.

Além disso, como apontado pelas teorias do *mainstream*, a integração regional surge em regiões que apresentam a mesma realidade. A América do Sul tem uma história própria de um passado colonial e com a presença constante de grandes potências na região, o que faz com que tenham buscado a integração regional como um meio para superar as consequências dessa realidade. Enquanto na Europa a integração foi vista como um meio evitar novas guerras, aumentar o comércio regional e melhorar sua economia.

A presente pesquisa teve como objetivo dar visibilidade a um pensamento do sul-global que é uma região marginalizada na produção do conhecimento para

demonstrar que a região não é apenas receptores de normas ou de conhecimento. Mas, também é produtora de conhecimento. Significou pensar a integração regional a partir dos seus próprios termos sem impor um conhecimento ou sem delimitar que a integração regional não é um sistema de sucesso. Quando analisadas sob a lente das teorias do *mainstream*, fragilidades são apontadas por não se adequar as teorias estabelecidas a partir da observação da Europa. Analisar a partir de uma agenda do sul-global possibilita olhar para a região a partir dos seus próprios termos e de fato conseguir ver os avanços obtidos com este processo.

Dar visibilidade a uma pauta do sul-global é importante para o enriquecimento das Relações Internacionais e nos estudos de Segurança Internacional. De modo que se destaca como os estudos das disciplinas precisam se expandir para adotar outras perspectivas para que de fato consiga ser um estudo internacional. A não expansão da disciplina, inclusive, restringe a produção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ACHARYA, Amitav. How Ideas Spread: Whose Norms Matter? Norm Localization and Institutional Change in Asian Regionalism. *Internacional Organization*, v. 58, n. 2, p. 239-275, 2004.
- ACHARYA, Amitav. Dialogue and Discovery: in search of International Relations Theories beyond the West. *Millennium*, v. 39, n. 3, p. 619-637, 2011.
- ACHARYA, Amitav. The End of American World Order. *Polity Press*, Cambridge, p. 1-157, 2014.
- ACHARYA, Amitav. Advancing Global IR: challenges, contentions, and contributions. *Internacional Studies Review*, v. 18, n. 1, p. 4-15, 2016.
- AZEVEDO, André Filipe Zago de. Mercosur: ambitious policies, poor practices. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 24, n. 4, p. 594-612, 2004.
- BAUN, Michael J. The Maastricht Treaty as High Politics: Germany, France, and European Integration. *Political Science Quarterly*, v. 110, n. 4, p. 605-624, 1995-1996.
- BHABHA, Homi. The Location of Culture. *Routledge*, New York, p. 1-408, 1994.
- BILGIN, Pinar. "Contrapuntal Reading" as a method, and ethos, and a metaphor for global IR. *Internacional Studies Review*, v. 18, n. 1, p. 1-15, 2016.
- BIERSTEKER, Thomas J. State, Sovereignty, and Territory. In: CARLSNAES, Walter; RISSE, Thomas; SIMMONS, Beth A. (ed.). *Handbook of International Relations*. [S. l.: s. n.], 2013. p. 245-272.
- BOTELHO, João Carlos Amoroso. A institucionalização de blocos de integração: uma proposta de critérios de medição. *Contexto Internacional*, v. 36, n. 1, p. 229-259, 2014.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Protocolo de Ushuaia*. Brasília, DF: MRE, 1998. Disponível em:
<https://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Braseuropa/pt-br/file/Tratados%20e%20Protocolos/ProtocoloUshuaia.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

- BRICEÑO-RUIZ, José; LOMBAERDE, Philippe de. Regionalismo latino-americano produção de saber e criação e importação de teoria. *Civitas*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 262-284, 2018.
- BULMER, Simon; PATERSON, William E. Germany in the European Union: gentle giant or emergent leader? *International Affairs*, v. 72, n. 1, p. 9-32, 1996.
- BURGEES, Michael. Federalism. In: WIENER, Antje; DIEZ, Thomas (ed.). *Theories of European Integration*. [S. l.: s. n.], 2009. p. 25-44.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. Beyond The Evolution of International Security Studies? *Security Dialogue*, v. 41, n. 6, p. 659-667, 2010.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón. Prólogo. Giro decolonial, teoria crítica y pensamiento heterárquico... In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón (ed.). *El Giro Decolonial Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. [S. l.: s. n.], 2007. p. 9-23
- CERVO, Amado Luiz. Conceitos em Relações Internacionais. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, n. 2, p. 8-25, 2008.
- COLE, Alistair. Franco-German Europe. In: DYSON, Kenneth; SEPOS, Angelos (ed.). *Which Europe? The Politics of Differentiated Integration*. London: Palgrave MacMillan, 2010. p. 156-169
- COUTO, Leandro Freitas. O horizonte regional do Brasil e a construção da América do Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 50, n. 1, p. 159-176, 2007.
- DAEHNHARDT, Patricia. Relações Alemanha-França: dinâmicas entre parceiros estratégicos. *Janus: Anuário de Relações Exteriores*, n. 15, p. 154-157, 2013.
- DECIANCIO, Melissa. International Relations from the South: a regional research agenda for global IR. *International Studies View*, v. 18, n. 1, p. 106-119, 2016.
- DIEZ, Thomas; WIENER, Antje. Introducing the Mosaic of Integration Theory. In: WIENER, Antje; DIEZ, Thomas (ed.). *Theories of European Integration*. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 1-22.
- DUNNE, Tim; HANSEN, Lane; WIGHT, Colin. The End of International Relations Theory? *European Journal of International Relations*, v. 19, n. 3, p. 405-425, 2013.

FUCCILLE, Alexandre; LUCIANO, Bruno Theodoro; BRESSAN, Regiane Nitsch. Para além do comércio: Mercosul, democracia e segurança regional. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 112, p. 217-250, 2021.

GEHRING, Thomas. Integrating Integration Theory: neo-functionalism and international regimes. *Global Society*, v. 10, n. 3, p. 225-253, 1996.

GONÇALVES, Williams. Argentina Contemporânea numa Perspectiva Brasileira. In: GONÇALVES *et al* (org.). *Argentina e Brasil: vencendo os preconceitos – as várias arestas de uma concepção estratégica*. Rio de Janeiro: REVAN, 2009. p. 157-178.

GROOM, A.J.R. Neofunctionalism: a case of mistaken identity. In: NELSEN, Brent F.; STUBB, Alexander C-G. (ed.). *The European Union readings on the theory and practice of European integration*. [S. l.]: Lynne Rienner, 1994. p. 111-123.

GROSGOUEL, Ramón. Colonial Difference, Geopolitics of Knowledge, and Global Coloniality in the Modern/Colonial Capitalist World-System. *Research Foundation of SUNY*, v. 25, n. 3, p. 203-224, 2002.

GROSGOUEL, Ramón. Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, p. 115-147, 2008.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá; ESTRE, Felipe. Foreign Policy Analysis in Brazil: the use of middle-range theories. *Oxford Research Encyclopedias*, 2021.

HETTNE, Björn. Beyond the “New” Regionalism. *New Political Economy*, v. 10, n. 4, p. 543-571, 2005.

HOFFMANN, Andrea Ribeiro; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. O processo de institucionalização da condicionalidade política na União Européia e sua eficácia como um instrumento de promoção da democracia. *Contexto Internacional*, v. 29, n. 2, p. 337-362, 2007.

HOFFMANN, Andrea Ribeiro; COUTINHO, Marcelo; KFURI, Regina. Indicadores e Análise Multidimensional do Processo de Integração do Cone Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, n. 2, p. 98-116, 2008.

HURRELL, Andrew. O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial. *Contexto Internacional*, v. 17, n. 1, p. 23-59, 1995.

JAGUARIBE, Helio. Nação e nacionalismo no século XXI. *Estudos Avançados*, v. 22, n. 62, p. 275-279, 2008.

JEFERRY, Charli; PATERSON, William. Germany and European Integration: a shifting of tectonic plates. *West European Politics*, v. 26, n. 4, p. 59-75, 2003.

JOPP, Mathias; BÖTTGER, Katrin. 60 anos de Política Europeia Alemã Revisão e Perspectivas. *Relações Internacionais*, p. 55-78, 2021.

KEOHANE, Robert. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. New Jersey: Cambridge University Press, 1984.

KLEMI, Albene Miriam Menezes; MENEZES, Roberto Goulart. Brasil e Mercosul: rumos da integração na lógica do neodesenvolvimentismo (2003-2014). *Caderno CRH*, v. 29, n. 3, p. 135-150, 2016.

KRISTENSEN, Peter Marcus. Revisiting the "American Social Science"—Mapping the Geography of International Relations'. *International Studies Perspectives*, v. 16, n. 2, p. 246–269, 2015.

LAMOSO, Lisandra Pereira. "Neodesenvolvimentismo" brasileiro: implicações para a integração regional no âmbito do Mercosul. *Sociedade & Natureza*, v. 24, n. 3, p. 391-403, 2012.

LAZAROU, Elena. Brazil and Regional Integration in South America: lessons from EU's Crisis. *Contexto Internacional*, v. 35, n. 2, p. 353-385, 2013.

LINDBERG, Leon N. Political Integration: Definitions and Hypotheses. In: NELSEN, Brent F.; STUBB, Alexander C-G. (ed.). *The European Union readings on the theory and practice of European integration*. 4. ed. [S. l.]: Lynne Rienner, 1994. p. 99-110.

MALAMUD, Andrés. Regional integration in Latin America: comparative theories and institutions. *Sociologia: problemas e práticas*, v. 44, p. 135-154, 2004.

MALAMUD, Andrés. Spillover in European and South American integration: a comparative evaluation, *CIES e-Working Paper*, p. 3-19, 2005.

MALAMUD, Andrés. Conceptos, teorías y debates sobre la integración regional. *Brazilian Journal of Internacional Relations*, v. 2, n. 3, p. 9-38, 2013a.

MALAMUD, Andrés. Overlapping Regionalism, No Integration: Conceptual Issues and the Latin American Experiences. *EUI Working Paper RSCAS*, p. 1-12, 2013b.

- MALAMUD, Andrés; SCHENONI, Luis L. Neoliberal Institutionalism and Neofuncitoonalism in Latin American Security Studies. *In*: MARES, David R.; KACOWICZ, Arie M. (ed.). *Routledge Handbook of Latin American Security*. London: Routledge, 2016. p. 44-55.
- MARIANO, Marcelo Passini; MARIANO, Karina I. Pasquariello. As teorias de integração regional e os Estados subnacionais. *Impulso*, v. 13, p. 47-68, 2002.
- MARIANO, Marcelo Passini; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. Uma análise das limitações estruturais do Mercosul a partir das posições da política externa brasileira. *Revista de Sociologia e Política*, v. 20, n. 43, p. 23-41, 2012.
- MARIANO, Marcelo Passini; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; VIGEVANI, Tullo. O Brasil e o Mercosul: atores domésticos e oscilações da política externa nos últimos 30 anos. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 112, p. 15-54, 2021.
- MATHIAS, Suzeley Kalil; GUZZI, André Cavaller; GIANNINI, Renata Avelar. Aspectos da integração regional em defesa no Cone Sul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, n. 1, p. 70-86, 2008.
- MATTLI, Walter. Integration in Europe. *In*: MATTLI, Walter. *The Logic of Regional Integration: Europe and Beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 68-138.
- MAULL, Hans W. Germany's Leadership in Europe: Finding Its New Role. *Rising Powers Quaterly*, v. 3, n. 1 p. 87-111, 2018.
- MEDEIROS, Marcelo de A. Prerrogativas estatais, integração regional e lógica distributiva. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 58, p. 141-168, 2003.
- MEDEIROS, Marcelo de Almeida; TEXEIRA, Augusto Wagner Menezes; REIS, Elton Gomes dos. Cooperação para autonomia? Explicando o paradoxo da política externa brasileira para a Unasul. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 61, p. 97-123, 2017.
- MERRITT, Richard L. American Influences in the Occupation of Germany. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 428, p. 91-103, 1976.

MITRANY, David. The Functional Approach to World Organization. *International Affairs*, v. 24, n. 3, p. 350-363, 1948.

MITRANY, David. A Working Peace System. In: NELSEN, Brent F.; STUBB, Alexander C-G. (ed.). *The European Union readings on the theory and practice of European integration*. 4. ed. [S. l.]: Lynne Rienner, 1994. p. 77-97.

MIYAMOTO, Shiguenolio. Mercosul e a segurança regional: uma agenda comum?. *São Paulo em Perspectiva*, v. 16, n. 1, p. 54-62, 2002.

MORAVCSIK, Andrew. Preferences and Power in the European Community: a Liberal Intergovernmentalist Approach. *Journal of Common Market Studies*, v. 31, n. 4, p. 473-524, 1993.

MORAVCSIK, Andrew; SCHIMMELFENNING, Frank. Liberal Intergovernmentalism. In: WIENER, Antje; DIEZ, Thomas (ed.). *Theories of European Integration*. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 64-87.

NIEMANN, Arne; SCHMITTER, Philippe C. Neofunctionalism. In: WIENER, Antje; DIEZ, Thomas (ed.). *Theories of European Integration*. Oxford: Oxford University Press, 2009. p. 45-67.

NYE, Joseph. *Bound to Lead*. New York: Basic Books, 1990.

OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. Teorias contemporâneas sobre as relações internacionais. *Estudos de Sociologia*, n.12, p. 145- 165, 2002.

ONUJI, Janina; OLIVEIRA, Amâncio Jorge de. Eleições, política externa e integração regional. *Revista de Sociologia e Política*, n. 27, p. 145-155, 2006.

PADULA, Raphael. *Integração Regional de Infra-estrutura e Comércio na América do Sul nos anos 2000: uma análise político estratégica*. 2010. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PATERSON, William E. The Reluctant Hegemon? Germany Moves Center Stage in the European Union. *Journal of Common Market Studies*, v. 49, p. 57-75, 2011.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; CARMO, Corival Alves do. Regional integration and Brazilian Foreign Policy: strategies in the South American space. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 48, p. 51-65, 2013.

PERROTA, Daniela Vanesa. El Campo de Estudios de la Integración Regional y su Aporte a las Relaciones Internacionales: una mirada desde América Latina.

Relaciones Internacionales, n. 38, p. 9-39, 2018.

RAMOS, Cláudia Toriz. Teorias da integração europeia: uma breve perspectiva.

Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, n. 2, p. 328-345, 2005.

RIGGIROZZI, Pía; TUSSIE, Diana. The Rise of Post-Hegemonic Regionalism in

Latin America. In: RIGGIROZZI, Pía; TUSSIE, Diana (ed.). *The Rise of Post-Hegemonic Regionalism in Latin America*. [S. l.]: Springer, 2012. p. 1-16.

SARAIVA, Miriam Gomes. As diferentes percepções na Argentina sobre o Mercosul.

Contexto Internacional, v. 30, n. 3, p. 735-775, 2008.

SCHILD, Joachim. Leadship in Hard Times Germany, France, and the Management of Eurozone Crisis. *German Politics and Society*, v. 31, n. 1, p. 24-47, 2013.

SCIELO. *Crítérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos na Coleção SciELO Brasil*. [S. l.]: SCIELO, 2020. Disponível em:

<https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/20200500-Criterios-SciELO-Brasil.pdf>.

Acesso em: 28 nov. 2022.

SOUZA, Wagner Watson de. A Moeda Europeia e os Projetos Nacionais: os papéis

da França e Alemanha e o surgimento do euro. *JURIS – Revista da Faculdade de Direito*, v. 13, p. 127-144, 2008.

SPEKTOR, Matias. O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de

integração: a política externa do governo de Ernesto Geisel (1974-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 45, n. 1, p. 117-145, 2002.

SÜDHÖLTER, Tobias. The Franco-German relationship – the engine of European

integration, 2014. Dissertação (Mestrado Estudos Europeus) – Universidade de Twente, Enschede, 2014.

TICKNER, Arlene. Hearing Latin American Voices in International Relations Studies.

International Studies Perspectives, v. 4, n. 4, p. 325-350, 2003a.

TICKNER, Arlene. Seeing IR Differently: notes from the Third World. *Millennium:*

Journal of International Studies, v. 32, n. 2, p. 295-324, 2003b.

TICKNER, Arlene. Latin American IR and the Primacy of lo práctico. *International Studies Review*, v. 10, n. 4, p. 735-748, 2008.

TRANHOLM-MIKKELSEN, Jeppe. Neo-functionalism: Obstinate or Obsolete? A Reappraisal in the Light of the New Dynamism of the EC. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 20, n. 1, p. 1-22, 1991.

TREACHER, Adrian. Franco-German relations and European integration: peeling off the labels. *British Journal of Politics and International Relations*, v. 4, n. 3, p. 510-518, 2002.

UNIÃO EUROPEIA. *Comunidade Europeia do Carvão e do Aço*. Belgium: EU, 1951. Disponível em: https://europa.eu/ecsc/index_pt.htm. Acesso em: 7 ago. 2022

UNIÃO EUROPEIA. *Tribunal de Justiça da União Europeia*. Belgium: EU, 1952. Disponível em: https://european-union.europa.eu/institutions-law-budget/institutions-and-bodies/institutions-and-bodies-profiles/court-justice-european-union-cjeu_pt. Acesso em: 25 jul. 2022.

UNIÃO EUROPEIA. *Tratado de Roma (CEE)*. Belgium: EU, 1957. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM:xy0023>. Acesso em: 5 jul. 2022.

UNIÃO EUROPEIA. *Comunidade Europeia da Energia Atômica*. Belgium: EU, 1957. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/about-parliament/pt/in-the-past/the-parliament-and-the-treaties/euratom-treaty>. Acesso em: 7 ago. 2022

UNIÃO EUROPEIA. *Comissão Europeia: panorâmica*. Belgium: EU, 1958. Disponível em: https://european-union.europa.eu/institutions-law-budget/institutions-and-bodies/institutions-and-bodies-profiles/european-commission_pt. Acesso em: 25 jul. 2022.

UNIÃO EUROPEIA. *Conselho da União Europeia: panorâmica*. Belgium: EU, 1958. Disponível em: https://european-union.europa.eu/institutions-law-budget/institutions-and-bodies/institutions-and-bodies-profiles/council-european-union_pt. Acesso em: 25 jul. 2022

UNIÃO EUROPEIA. *Parlamento Europeu: panorâmica*. Belgium: EU, 1962. Disponível em: <https://european-union.europa.eu/institutions-law-budget/institutions->

and-bodies/institutions-and-bodies-profiles/european-parliament_pt. Acesso em: 25 jul. 2022.

UNIÃO EUROPEIA. *Conselho Europeu: panorâmica*. Belgium: EU, 1974. Disponível em: https://european-union.europa.eu/institutions-law-budget/institutions-and-bodies/institutions-and-bodies-profiles/european-council_pt. Acesso em: 25 jul. 2022.

VADELL, Javier A.; LAMAS, Bárbara; RIBEIRO, Daniela M. de F. Integração e desenvolvimento no Mercosul: divergências e convergências nas políticas econômicas nos governos Lula e Kirchner. *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, n. 33, p. 39-54, 2009.

VAZ, Alcides Costa. *Cooperação, Integração e Processo Negociador a Construção do Mercosul*. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2002, p. 9-306

VIGEVANI, Tullo; MARIANO, Marcelo Passini; MENDES, Ricardo Gloe. Instituições e conflitos comerciais no Mercosul. *São Paulo em Perspectiva*, v. 16, n. 1, p. 44-53, 2002.

VIGEVANI, Tullo *et al.* O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e percepção das elites. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 51, n. 1, p. 5-27, 2008.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. Mudanças da inserção brasileira na América Latina. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 78, p. 37-75, 2009.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. Pensamento brasileiro e integração regional. *Contexto Internacional*, v. 32, n. 2, p. 437-487, 2010.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. Autonomia, integração regional e política externa brasileira: Mercosul e Unasul. *Dados*, v. 57, n. 2, p. 517-552, 2014.

VILLA, Rafael Duarte. Política externa brasileira: capital social e discurso democrático na América do Sul. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 61, p. 63-89, 2006.

WAEVER, Ole; TICKER, Arlene. Introduction: geocultural epistemologies. In: WAEVER, Ole; TICKER, Arlene (org.). *International Relations Scholarship Around the World*. New York: Routledge, 2009. p. 1-31

WIGHT, Colin; JOSEPH, Jonathan. Scientific Realism and International Relations. *In*: JOSEPH, Jonathan; WIGHT, Colin (ed.). *Scientific Realism and International Relations*. London: Palgrave Macmillan, 2010. p. 1-30.

ANEXO A – Critérios Adotados pelo Scielo para fazer parte da Coleção Brasil

Para participar de uma coleção do sistema Scielo é necessário passar por um Comitê Consultivo formado por cinco editores de cada área correspondente que possuem um mandato de dois anos permitida uma recondução, são eles o Diretor do Programa Scielo/Fundação Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e um representante da Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC), da FAPESP, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Para submeter a participação na Coleção Brasil do Scielo, a revista acadêmica interessada deve enviar uma carta de apresentação, o documento de submissão de pedido de avaliação de periódico para admissão na Coleção Scielo Brasil e preencher o formulário de avaliação de manuscritos utilizado pelo periódico.

Como parte do critério para publicação, cada revista acadêmica pode adotar seu próprio critério de avaliação, mas precisa ser um processo transparente no qual o autor tenha acesso a todas as fases do processo de avaliação e deve ter um tempo médio de seis meses. Sendo que estes processos de avaliação devem ser certificados pelo Scielo. Esse processo de avaliação deve passar por duas fases, a primeira fase consiste em analisar se cumpre com o escopo e os critérios de avaliação, os selecionados passam para a segunda fase que consiste em uma avaliação de um editor e um ou mais pareceristas. Além da transparência, todos os critérios devem ser aplicados a todos de forma igual. Esses artigos precisam ter uma diversidade de autores, instituições de publicação e de região, caso só tenham os mesmos autores publicando, não será considerado parte da Coleção Brasil do Scielo.

O sistema certificado pelo Scielo cria estatísticas para um relatório anual sobre desempenho que será analisado pelo Comitê Consultivo. Além disso, as revistas acadêmicas devem enviar documentos semestralmente com o número de artigos submetidos e aceitos para a publicação. Ademais, o Comitê pode indicar critérios para a melhoria das publicações ou indicar consultores para esse processo. Além disso, esses periódicos devem publicar predominantemente artigos de pesquisa, artigos de revisão ou ensaios. Precisam ser inéditos ou disponibilizados anteriormente em *preprints*, a dupla publicação não é permitida. Para fazer parte da Coleção Brasil, são passados por serviços para a identificação de possíveis plágios.

A submissão de artigos deve ocorrer de forma contínua e os avaliadores das revistas acadêmicas precisam ser especialistas na temática e podem ser pesquisadores nacionais e estrangeiros, recomenda-se que tenham avaliadores estrangeiros. Caso um periódico não tenha uma publicação em um prazo de seis meses, não será mais parte da Coleção do Scielo. E para submeter sua participação, é necessário ter pelo menos quatro edições publicadas ou um número mínimo de artigos atribuídos para cada área.

Os autores que estiverem presentes na Coleção Brasil precisam ser acompanhados pelo Open Researcher and Contributor Identifies (ORCID). Ademais de ser usado para identificar os autores, também serve para verificar a integridade da pesquisa.

Para fazer parte da Coleção Brasil também precisa estar no Directory of Open Access Journals (DOAJ), índice de livre acesso a periódico e de qualidade de reconhecimento internacional, fazer parte desse sistema indica que possui boas práticas e segue valores éticos. É responsabilidade de cada revista acadêmica procurar fazer parte do DOAJ, mas o Scielo Brasil pode auxiliar neste processo. Caso seja suspenso do DOAJ por mais de seis meses, será excluído automaticamente da Coleção Brasil.

Além disso, todos os artigos que fazem parte da Coleção Brasil devem possuir o número Digital Object Identifier (DOI) que é o identificador único de cada artigo e utilizado globalmente. É importante não só para a identificação como para promover a visibilidade do artigo. O DOI pode ser obtido pelo Crossref ou por outro sistema que seja reconhecido pela International DOI Foundation.

ANEXO B - Bibliometria da Coleção Brasil referente as ciências humanas no Scielo

ID	Title	Author(s)	Source	Journal	Language(s)	Publication
"S1982-45	Neodesenvolvimentismo bras	Lamoso, Lisandra Pere	Sociedade & amp;	Sociedade	Português	2012
S2175-623	O processo de regionalização	Krawczyk, Nora, Sand	Educação & amp;	Educação	Português	2012
S0034-732	Heterodox Autonomy Doctrine: r	Bernal-Meza, Raúl	Revista Brasileira de	Revista Bra	Inglês	2013
S0104-447	Regional integration and Braz	Pecequilo, Cristina Sore	Revista de Sociolog	Revista de	Inglês	2013
S0102-644	Relações interamericanas: a r	Lima, Maria Regina Soa	Lua Nova: Revista	Lua Nova:	Português	2013
S0034-732	A integração regional como n	Las Casas, Taiane	Revista Brasileira de	Revista Br	Português	2015
S0104-597	Fiocruz as an actor in Brazilia	Roa, Alejandra Carrillo,	História, Ciências,	História, C	Inglês, Por	2015
S0102-852	Uma Perspectiva de Longo P	Bueno, Clodoaldo, Ram	Contexto Internaci	Contexto I	Português	2014
S0102-644	Os imperativos do Brasil no desa	Tussie, Diana	Lua Nova: Revista de	Lua Nova: I	Português	2013
S0102-644	Atuando sozinho?: governos, so	Serbin, Andrés	Lua Nova: Revista de	Lua Nova: I	Português	2013
S1984-220	L'AMAZONIE BRESILIENNE, N	Granger, Stéphane	Mercator (Fortaleza);	Mercator (F	Francês	2014
S0104-447	Uma análise das limitações es	Mariano, Marcelo Passi	Revista de Sociolog	Revista de	Português	2012
S0101-315	Brasil: geopolítica e "abertura	PADULA, RAPHAEL	Brazilian Journal of	Brazilian J	Português	2016
S1414-407	Setor educacional do MERCOS	S. Silveira, Zuleide	Avaliação: Revista	Avaliação:	Português	2016
S0103-497	BRASIL E MERCOSUL: rum	Klemi, Albene Miriam M	Caderno CRH; 29(Caderno C	Português	2016
S0102-852	A institucionalização de bloco	Botelho, João Carlos A	Contexto Internaci	Contexto I	Português	2014
S0103-200	Mercado de carne de frango	Medeiros, Angélica Pot	Revista de Econom	Revista de	Português	2019
S0104-447	Cooperação para autonomia?	Medeiros, Marcelo de A	Revista de Sociolog	Revista de	Português	2017
S1519-608	Transnacionalismo, paradiplor	Mallmann, Maria Isabel	Civitas - Revista de	Civitas - R	Português	2016
S1519-608	Regionalismo latino-americano: F	Ruiz, José Briceño, Lomba	Civitas - Revista de C	Civitas - Re	Português	2018
S1518-701	O Plano de Desenvolvimento	Pozzer, Carlos Eduardo	Interações (Camp	Interações	Português	2018
S0102-852	Times of Change in Latin Americ	Briceño-Ruiz, José	Contexto Internacion	Contexto In	Inglês	2018
S0103-335	Aplicação metodológica da ar	Silva, Danielle Costa da	Revista Brasileira de	Revista Br	Português	2020
S0102-852	Putting in Check the Brazilian	Santos, Thauan, Santos,	Contexto Internaci	Contexto I	Inglês	2021
S0102-852	American Regionalism and B	Rocha, Felipe Ferreira de	Contexto Internaci	Contexto I	Inglês	2021
S2236-345	THE 1918 CÓRDOBA REF	Abba, Maria Julieta, Str	História da Educaç	História da	Inglês, Por	2021
S0100-550	O Estágio Regional da Faculd	Heckert, Uriel	Revista Brasileira de	Revista Br	Português	1998
S0103-200	Efeitos do acordo entre o Me	Alvim, Augusto M., Wa	Revista de Econom	Revista de	Português	2005
S0103-200	A formação da ALCA e os p	Fonsêca, Márcia Batista	Revista de Econom	Revista de	Português	2006
S0102-852	Lógicas de centro versus dinâ	Medeiros, Marcelo de A	Contexto Internaci	Contexto I	Português	2007
S0102-852	O processo de institucionaliza	Hoffmann, Andrea Ribe	Contexto Internaci	Contexto I	Português	2007
S0034-732	A Amazônia Caribenha	Procópio, Argemiro	Revista Brasileira de	Revista Br	Português	2007
S0034-732	The influence of nationalism in M	Christensen, Steen Fryba	Revista Brasileira de	Revista Bra	Inglês	2007

S0034-732	O horizonte regional do Bras	Couto, Leandro Freitas	Revista Br	Revista Br	Português	200
S0102-690	Política externa brasileira: ca	Villa, Rafael Duarte	Revista Br	Revista Br	Português	200
S0102-690	Mobilidade espacial da popul	Patarra, Neide Lopes, Bae	Revista Br	Revista Br	Português	200
S0102-690	Os usos políticos locais da "int	Boivin, Maurício	Revista Bra	Revista Bra	Português	20
S0103-401	Nação e nacionalismo no séc	Jaguaribe, Helio	Estudos A	Estudos A	Inglês, Por	200
S0034-732	O Brasil e o mundo no limiar do	Corrêa, Luiz Felipe de Seixas	Revista Bra	Revista Bra	Português	19
S0034-732	O papel da integração region	Vigevani, Tullo, Favaron, G	Revista Br	Revista Br	Português	200
S0034-732	Aspectos da integração regio	Mathias, Suzeley Kalil, Guz	Revista Br	Revista Br	Português	200
S0034-732	Argentina: entre o Mercosul e a	Bernal-Meza, Raúl, Quintanar,	Revista Bra	Revista Bra	Português	20
S0034-732	A política exterior do Brasil: 199	Bernal-Meza, Raúl	Revista Bra	Revista Bra	Português	20
S0034-732	O Brasil e a Argentina entre	Spektor, Matias	Revista Br	Revista Br	Português	200
S0103-497	Inercias y transformaciones en	Pucci, Francisco	Caderno CF	Caderno CF	Espanhol	20
S0034-732	Átomos na integração: a aprox	Vargas, Everton Vieira	Revista Bra	Revista Bra	Português	19
S0034-732	Indicadores e Análise Multid	Hoffmann, Andrea Ribeiro	Revista Br	Revista Br	Português	200
S0102-852	As diferentes percepções na	Saraiva, Miriam Gomes	Contexto I	Contexto I	Português	200
S0103-200	O comércio potencial brasile	Rubin, Luciane da Silva, Ilh	Revista de	Revista de	Português	200
S0104-447	Eleições, política externa e ir	Onuki, Janina, Oliveira, Am	Revista de	Revista de	Português	200
S0101-330	Nacionalismo e desenvolviment	Batista Jr., Paulo Nogueira	Novos estu	Novos estu	Português	20
S0102-852	O papel do legislativo nas nego	Neves, João Augusto de Cast	Contexto In	Contexto In	Português	20
S0102-644	A experiência da integração eur	Schmitter, Philippe C.	Lua Nova: I	Lua Nova: I	Português	20
S0102-852	Parlamentos supranacionais na	Malamud, Andrés, Sousa, Luí	Contexto In	Contexto In	Português	20
S0103-218	Relações Brasil-Argentina: a	Santos, Raquel Paz dos	Estudos H	Estudos H	Português	200
S0102-852	Será que as laranjas e a cana-de	Langevin, Mark	Contexto In	Contexto In	Português	20
S0104-447	Integração e desenvolviment	Vadell, Javier A., Lamas, E	Revista de	Revista de	Português	200
S0034-732	Instituições, Direito e sobera	Kegel, Patrícia Luíza, Ama	Revista Br	Revista Br	Português	200
S0102-852	Impacto dos fatores macro e mic	Bekerman, Marta, Montagu, F	Contexto In	Contexto In	Português	20
S0102-852	Pensamento brasileiro e inte	Vigevani, Tullo, Ramanzini	Contexto I	Contexto I	Português	20
S0102-852	O processo de integração re	Camargo, Sonia de	Contexto I	Contexto I	Português	20
S0102-852	Introdução ao estudo da mig	Aragón, Luis E	Contexto I	Contexto I	Português	20
S0102-644	Mudanças da inserção brasil	Vigevani, Tullo, Ramanzini	Lua Nova: I	Lua Nova: I	Português	200
S0102-644	PARA ALÉM DO COMÉR	Fuccille, Alexandre, Lucian	Lua Nova: I	Lua Nova: I	Português	20
S0102-644	URUGUAY COMO ESTADO PI	Burian, Camilo López, Míguez	Lua Nova: I	Lua Nova: I	Espanhol	20
S0011-525	Autonomia, integração regio	Vigevani, Tullo, Júnior, Har	Dados; 57	Dados	Português	20
S0102-852	Latin America's Decentred	Lima, Jean Santos	Contexto I	Contexto I	Inglês	20
S0104-447	A governação do Mercado Úni	Guimarães, Maria Helena	Revista de	Revista de	Português	20
S0101-315	Mercosur: ambitious policies	AZEVEDO, ANDRÉ FIL	Brazilian J	Brazilian J	Inglês	200
S0101-733	UNILA: A UNIVERSIDAD	Prolo, Ivor, Lima, Manolita	Educação	Educação	Português	20

S0102-644	O BRASIL E O MER	Mariano, Marcelo Pass	Lua Nova: Revista de C	Lua Nova:	Português
S0102-883	O Estado de São Paul	MARIANO, KARINA	São Paulo em Perspecti	São Paulo	Português
S0102-883	O Mercosul e a segur	MIYAMOTO, SHIGU	São Paulo em Perspecti	São Paulo	Português
S0102-883	Instituições e conflitos	VIGEVANI, TULLO,	São Paulo em Perspecti	São Paulo	Português
S0102-644	Prerrogativas estatais,	Medeiros, Marcelo de	Lua Nova: Revista de C	Lua Nova:	Português

Fonte: Base de Dados do Scielo Brasil

ANEXO C – Recorte dos autores baseados em instituições estrangeiras e *pratiners*

ID	Title	Author(s)	Source	Journal	Language(s)	Publication	Fulltext UR
"S1982-45	Neodesenvolvimento	Lamoso, Lisandra Pereira	Sociedade	Sociedade	Português	2012	http://www.
S2175-623	O processo de regio	Krawczyk, Nora, Sandov	Educação	Educação	Português	2012	http://www.
S0104-447	Regional integration	Pecequillo, Cristina Sorea	Revista de	Revista de	Inglês	2013	http://www.
S0102-644	Relações interameri	Lima, Maria Regina Soa	Lua Nova	Lua Nova	Português	2013	http://www.
S0034-732	A integração regiona	Las Casas, Taiane	Revista Br	Revista Br	Português	2015	http://www.
S0104-597	Fiocruz as an actor i	Roa, Alejandra Carrillo, S	História, C	História, C	Inglês, Por	2015	http://www.
S0102-852	Uma Perspectiva de	Bueno, Clodoaldo, Rama	Contexto I	Contexto I	Português	2014	http://www.
S0104-447	Uma análise das lim	Mariano, Marcelo Passin	Revista de	Revista de	Português	2012	http://www.
S0101-315	Brasil: geopolítica e	PADULA, RAPHAEL,	Brazilian J	Brazilian J	Português	2016	http://www.
S1414-407	Setor educacional de	S. Silveira, Zuleide	Avaliação	Avaliação	Português	2016	http://www.
S0103-497	BRASIL E MERCOSU	Klemi, Albene Miriam M	Caderno C	Caderno C	Português	2016	http://www.
S0102-852	A institucionalizaçã	Botelho, João Carlos Am	Contexto I	Contexto I	Português	2014	http://www.
S0103-200	Mercado de carne d	Medeiros, Angélica Pott	Revista de	Revista de	Português	2019	http://www.
S0104-447	Cooperação para au	Medeiros, Marcelo de A	Revista de	Revista de	Português	2017	http://www.
S1519-608	Transnacionalismo, j	Mallmann, Maria Isabel,	Civitas - R	Civitas - R	Português	2016	http://www.
S1518-701	O Plano de Desenv	Pozzer, Carlos Eduardo,	Interações	Interações	Português	2018	http://www.
S0103-335	Aplicação metodoló	Silva, Danielle Costa da,	Revista Br	Revista Br	Português	2020	http://www.
S0102-852	Putting in Check the	Santos, Thauan, Santos, I	Contexto I	Contexto I	Inglês	2021	http://www.
S0102-852	American Regionalis	Rocha, Felipe Ferreira de	Contexto I	Contexto I	Inglês	2021	http://www.
S2236-345	THE 1918 CÓRDO	Abba, Maria Julieta, Stre	História da	História da	Inglês, Por	2021	http://www.
S0100-550	O Estágio Regional	Heckert, Uriel	Revista Br	Revista Br	Português	1998	http://www.
S0103-200	Efeitos do acordo er	Alvim, Augusto M., Waq	Revista de	Revista de	Português	2005	http://www.
S0103-200	A formação da ALC	Fonsêca, Márcia Batista	Revista de	Revista de	Português	2006	http://www.
S0102-852	Lógicas de centro ve	Medeiros, Marcelo de A	Contexto I	Contexto I	Português	2007	http://www.
S0102-852	O processo de instit	Hoffmann, Andrea Ribe	Contexto I	Contexto I	Português	2007	http://www.
S0034-732	A Amazônia Caribe	Procópio, Argemiro	Revista Br	Revista Br	Português	2007	http://www.
S0034-732	O horizonte regional	Couto, Leandro Freitas	Revista Br	Revista Br	Português	2007	http://www.
S0102-690	Política externa bras	Villa, Rafael Duarte	Revista Br	Revista Br	Português	2006	http://www.
S0102-690	Mobilidade espacial	Patarra, Neide Lopes, Ba	Revista Br	Revista Br	Português	2006	http://www.
S0103-401	Nação e nacionalism	Jaguaribe, Helio	Estudos A	Estudos A	Inglês, Por	2008	http://www.
S0034-732	O papel da integraçã	Vigevani, Tullo, Favaron,	Revista Br	Revista Br	Português	2008	http://www.
S0034-732	Aspectos da integra	Mathias, Suzeley Kalil, G	Revista Br	Revista Br	Português	2008	http://www.
S0034-732	O Brasil e a Argenti	Spektor, Matias	Revista Br	Revista Br	Português	2002	http://www.

S0034-732	Indicadores e Análise Multi	Hoffmann, Andrea Ribeiro, C	Revista Br	Revista Br	Português	2008
S0102-852	As diferentes percepções na	Saraiva, Miriam Gomes	Contexto I	Contexto I	Português	2008
S0103-200	O comércio potencial brasile	Rubin, Luciane da Silva, Ilha	Revista de	Revista de	Português	2008
S0104-447	Eleições, política externa e i	Onuki, Janina, Oliveira, Amâ	Revista de	Revista de	Português	2006
S0103-218	Relações Brasil-Argentina:	Santos, Raquel Paz dos	Estudos H	Estudos H	Português	2009
S0104-447	Integração e desenvolvimen	Vadell, Javier A., Lamas, Bá	Revista de	Revista de	Português	2009
S0034-732	Instituições, Direito e sobera	Kegel, Patrícia Luíza, Amal,	Revista Br	Revista Br	Português	2009
S0102-852	Pensamento brasileiro e inte	Vigevani, Tullo, Ramanzini J	Contexto I	Contexto I	Português	2010
S0102-852	O processo de integração re	Camargo, Sonia de	Contexto I	Contexto I	Português	2010
S0102-852	Introdução ao estudo da mig	Aragón, Luis E	Contexto I	Contexto I	Português	2011
S0102-644	Mudanças da inserção bras	Vigevani, Tullo, Ramanzini J	Lua Nova	Lua Nova	Português	2009
S0102-644	PARA ALÉM DO COMÉ	Fuccille, Alexandre, Luciano	Lua Nova	Lua Nova	Português	2021
S0011-525	Autonomia, integração regio	Vigevani, Tullo, Júnior, Haro	Dados; 57	Dados	Português	2014
S0102-852	Latin America's Decentred	Lima, Jean Santos	Contexto I	Contexto I	Inglês	2018
S0101-315	Mercosur: ambitious policie	AZEVEDO, ANDRÉ FILIP	Brazilian J	Brazilian J	Inglês	2004
S0101-733	UNILA: A UNIVERSIDA	Prolo, Ivor, Lima, Manolita C	Educação	Educação	Português	2019
S0102-644	O BRASIL E O MERCOS	Mariano, Marcelo Passini, R	Lua Nova	Lua Nova	Português	2021
S0102-883	O Estado de São Paulo com	MARIANO, KARINA L. P	São Paulo	São Paulo	Português	2002
S0102-883	O Mercosul e a segurança t	MIYAMOTO, SHIGUENO	São Paulo	São Paulo	Português	2002
S0102-883	Instituições e conflitos come	VIGEVANI, TULLO, MAR	São Paulo	São Paulo	Português	2002
S0102-644	Prerrogativas estatais, integ	Medeiros, Marcelo de A.	Lua Nova	Lua Nova	Português	2003

Fonte: Base de Dados do Scielo Brasil

ANEXO D – Codificação temática

ID	Códigos	Title	Author(s)	Source	Journal	Language	Publicatio	Fulltext URL
"S1982-45	Teoria; Política Externa Bra	Neodesenv	Lamoso, L	Sociedade	Sociedade	Português	2012	http://www.sc
S2175-623	Educação; Mercosul	O processo	Krawczyk,	Educação &	Educação &	Português	2012	http://www.sc
S0104-447	Política Externa Brasileira;	Regional in	Pecequilo,	Revista de	Revista de	Inglês (8)	2013	http://www.sc
S0102-644	Américas; América do Sul; I	Relações in	Lima, Mari	Lua Nova: I	Lua Nova: I	Português	2013	http://www.sc
S0034-732	Teoria; Segurança Pública; M	A integraçã	Las Casas,	Revista Bra	Revista Bra	Português	2015	http://www.sc
S0104-597	Saúde; CPLP	Fiocruz as	Roa, Alejar	História, C	História, C	Inglês, Por	2015	http://www.sc
S0102-852	Teoria; Política Externa Bra	Uma Persp	Bueno, Clo	Contexto I	Contexto I	Português	2014	http://www.sc
S0104-447	Mercosul; Política Externa	Uma anális	Mariano, M	Revista de	Revista de	Português	2012	http://www.sc
S0101-315	Geopolítica; Pacífico	Brasil: geo	PADULA,	Brazilian J	Brazilian J	Português	2016	http://www.sc
S1414-407	Educação; Mercosul	Setor educa	S. Silveira,	Avaliação:	Avaliação:	Português	2016	http://www.sc
S0103-497	Teoria; Política Externa Bra	BRASIL E	Klemi, Alb	Caderno CI	Caderno CI	Português	2016	http://www.sc
S0102-852	Teoria	A instituiç	Botelho, Jo	Contexto I	Contexto I	Português	2014	http://www.sc
S0103-200	Comércio Exterior; Pacífico	Mercado de	Medeiros,	Revista de	Revista de	Português	2019	http://www.sc
S0104-447	Teoria; Política Externa Bra	Cooperaçã	Medeiros,	Revista de	Revista de	Português	2017	http://www.sc
S1519-608	Subnacional; Política Extern	Transnacio	Mallmann,	Civitas - R	Civitas - R	Português	2016	http://www.sc
S1518-701	Energia; Subnacional	O Plano de	Pozzer, Ca	Interações	Interações	Português	2018	http://www.sc
S0103-335	Teoria; Política Externa Bra	Aplicação r	Silva, Danie	Revista Bra	Revista Bra	Português	2020	http://www.sc
S0102-852	Meio Ambiente; Política Ex	Putting in C	Santos, Tha	Contexto I	Contexto I	Inglês	2021	http://www.sc
S0102-852	Estados Unidos; Política Ex	American F	Rocha, Fel	Contexto I	Contexto I	Inglês	2021	http://www.sc
S2236-345	Educação; América Latina	THE 1918	Abba, Mari	História da	História da	Inglês, Port	2021	http://www.sc
S0100-550	Educação; Subnacional	O Estágio F	Heckert, U	Revista Bra	Revista Bra	Português	1998	http://www.sc
S0103-200	Comércio Exterior; Interreg	Efeitos do	Alvim, Aug	Revista de	Revista de	Português	2005	http://www.sc
S0103-200	Comércio Exterior; Alca	A formaçã	Fonsêca, M	Revista de	Revista de	Português	2006	http://www.sc
S0102-852	Subnacional; União Europei	Lógicas de	Medeiros,	Contexto I	Contexto I	Português	2007	http://www.sc
S0102-852	Teoria; União Europeia	O processo	Hoffmann,	Contexto I	Contexto I	Português	2007	http://www.sc
S0034-732	América do Sul; Amazônia;	A Amazôni	Procópio, A	Revista Bra	Revista Bra	Português	2007	http://www.sc
S0034-732	Política Externa Brasileira;	O horizont	Couto, Lea	Revista Bra	Revista Bra	Português	2007	http://www.sc
S0102-690	Política Externa Brasileira;	Política ex	Villa, Rafae	Revista Bra	Revista Bra	Português	2006	http://www.sc
S0102-690	Migrações; Mercosul	Mobilidade	Patarra, Ne	Revista Bra	Revista Bra	Português	2006	http://www.sc
S0103-401	Teoria	Nação e na	Jaguaribe, I	Estudos Av	Estudos Av	Inglês, Por	2008	http://www.sc
S0034-732	Teoria; Política Externa Bra	O papel da	Vigevani, T	Revista Bra	Revista Bra	Português	2008	http://www.sc
S0034-732	Conesul; Segurança Regiona	Aspectos d	Mathias, Su	Revista Bra	Revista Bra	Português	2008	http://www.sc
S0034-732	Política Externa Brasileira;	O Brasil e	Spektor, M	Revista Bra	Revista Bra	Português	2002	http://www.sc
S0034-732	Teoria; Mercosul	Indicadores	Hoffmann,	Revista Bra	Revista Bra	Português	2008	http://www.sc
S0102-852	Argentina; Mercosul	As diferent	Saraiva, Mi	Contexto I	Contexto I	Português	2008	http://www.sc
S0103-200	Comércio Exterior; Améric	O comércio	Rubin, Luc	Revista de	Revista de	Português	2008	http://www.sc
S0104-447	Teoria; Política Externa Bra	Eleições, p	Onuki, Jani	Revista de	Revista de	Português	2006	http://www.sc
S0103-218	Cultura; Política Externa Br	Relações B	Santos, Rac	Estudos Hi	Estudos Hi	Português	2009	http://www.sc
S0104-447	Desenvolvimento; Mercosul	Integração	Vadell, Javi	Revista de	Revista de	Português	2009	http://www.sc

S0034-732	Direito; Mercosul; Ur	Instituições	Kegel, Patri	Revista Bra	Revista Bra	Português	2009	http://www
S0102-852	Teoria	Pensamento	Vigevani, T	Contexto In	Contexto In	Português	2010	http://www
S0102-852	Trabalho; Mercosul	O processo	Camargo, S	Contexto In	Contexto In	Português	2010	http://www
S0102-852	Migrações; América	Introdução	Aragón, Lu	Contexto In	Contexto In	Português	2011	http://www
S0102-644	Política Externa Brasi	Mudanças	Vigevani, T	Lua Nova: I	Lua Nova: I	Português	2009	http://www
S0102-644	Democracia; Seguran	PARA ALÉ	Fuccille, Al	Lua Nova: I	Lua Nova: I	Português	2021	http://www
S0011-525	Teoria; Política Extern	Autonomia	Vigevani, T	Dados; 57(2	Dados	Português	2014	http://www
S0102-852	Teoria; Alca; Aliança	Latin Amer	Lima, Jean S	Contexto In	Contexto In	Inglês	2018	http://www
S0101-315	Economia; Mercosul	Mercosur: a	AZEVEDO,	Brazilian Jo	Brazilian Jo	Inglês	2004	http://www
S0101-733	Educação; América d	UNILA: A	Prolo, Ivor,	Educação &	Educação &	Português	2019	http://www
S0102-644	Política Externa Brasi	O BRASIL	Mariano, M	Lua Nova: I	Lua Nova: I	Português	2021	http://www
S0102-883	Subnacional; São Pau	O Estado d	MARIANO	São Paulo e	São Paulo e	Português	2002	http://www
S0102-883	Segurança; Mercosu	O Mercosu	MIYAMOT	São Paulo e	São Paulo e	Português	2002	http://www
S0102-883	Comércio; Mercosul	Instituições	VIGEVANI,	São Paulo e	São Paulo e	Português	2002	http://www
S0102-644	Teoria; Mercosul; Ur	Prerrogativ	Medeiros, M	Lua Nova: I	Lua Nova: I	Português	2003	http://www

Fonte: Base de Dados do Scielo Brasil

ANEXO E - Codificação Final

ID	Códigos	Title	Author(s)	Source	Journal	Language	Publicatio	Fulltext URL
S1982-451	Teoria; Pol	Neodesenv	Lamoso, Li	Sociedade	Sociedade	Português	2012	http://www.scielo.br/s
S0104-447	Política Ex	Regional in	Pecequilo,	Revista de	Revista de	Inglês (8)	2013	http://www.scielo.br/s
S0104-447	Mercosul;	Uma análise	Mariano, M	Revista de	Revista de	Português	2012	http://www.scielo.br/s
S0103-497	Teoria; Pol	BRASIL E	Klemi, Alb	Caderno CI	Caderno CI	Português	2016	http://www.scielo.br/s
S0102-852	Teoria	A institucio	Botelho, Jo	Contexto In	Contexto In	Português	2014	http://www.scielo.br/s
S0104-447	Teoria; Pol	Cooperaçã	Medeiros,	Revista de	Revista de	Português	2017	http://www.scielo.br/s
S0102-852	Teoria; Uni	O processo	Hoffmann,	Contexto In	Contexto In	Português	2007	http://www.scielo.br/s
S0034-732	Política Ex	O horizont	Couto, Lea	Revista Bra	Revista Bra	Português	2007	http://www.scielo.br/s
S0102-690	Política Ex	Política ex	Villa, Rafae	Revista Bra	Revista Bra	Português	2006	http://www.scielo.br/s
S0103-401	Teoria	Nação e na	Jaguaribe, I	Estudos Av	Estudos Av	Inglês, Por	2008	http://www.scielo.br/s
S0034-732	Teoria; Pol	O papel da	Vigevani, T	Revista Bra	Revista Bra	Português	2008	http://www.scielo.br/s
S0034-732	Conesul; S	Aspectos d	Mathias, Su	Revista Bra	Revista Bra	Português	2008	http://www.scielo.br/s
S0034-732	Política Ex	O Brasil e a	Spektor, M	Revista Bra	Revista Bra	Português	2002	http://www.scielo.br/s
S0034-732	Teoria; Me	Indicadores	Hoffmann,	Revista Bra	Revista Bra	Português	2008	http://www.scielo.br/s
S0102-852	Argentina;	As diferent	Saraiwa, Mi	Contexto In	Contexto In	Português	2008	http://www.scielo.br/s
S0104-447	Teoria; Pol	Eleições, p	Onuki, Jani	Revista de	Revista de	Português	2006	http://www.scielo.br/s
S0104-447	Desenvolvi	Integração	Vadell, Javi	Revista de	Revista de	Português	2009	http://www.scielo.br/s
S0102-852	Teoria	Pensament	Vigevani, T	Contexto In	Contexto In	Português	2010	http://www.scielo.br/s
S0102-644	Política Ex	Mudanças c	Vigevani, T	Lua Nova: J	Lua Nova: J	Português	2009	http://www.scielo.br/s
S0102-644	Democraci	PARA ALÉ	Fuccille, A	Lua Nova: J	Lua Nova: J	Português	2021	http://www.scielo.br/s
S0011-525	Teoria; Pol	Autonomia	Vigevani, T	Dados; 57(Dados	Português	2014	http://www.scielo.br/s
S0101-315	Economia;	Mercosur:	AZEVEDO	Brazilian Jo	Brazilian Jo	Inglês	2004	http://www.scielo.br/s
S0102-644	Política Ex	O BRASIL	Mariano, M	Lua Nova: J	Lua Nova: J	Português	2021	http://www.scielo.br/s
S0102-883	Segurança;	O Mercosu	MIYAMOTI	São Paulo e	São Paulo e	Português	2002	http://www.scielo.br/s
S0102-883	Comércio;	Instituições	VIGEVANI	São Paulo e	São Paulo e	Português	2002	http://www.scielo.br/s
S0102-644	Teoria; Me	Prerrogativ	Medeiros,	Lua Nova: J	Lua Nova: J	Português	2003	http://www.scielo.br/s

Fonte: Base de Dados do Scielo Brasil